



Relatório de Gestão 2023

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Elizabeth Belo Hypólito

Diretoria de Geociências
Ivone Lopes Batista

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Paulo de Martino Jannuzzi

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Planejamento e Gestão
Ana Cristina Martins Bruno



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2024.

Guia de navegação



Para uma melhor experiência interativa, abra este arquivo em um computador. O programa indicado é o Adobe Acrobat 6.0 ou posterior.



Utilize o menu lateral para navegar entre as páginas ou acessar o Sumário a qualquer momento e o menu superior para navegar entre os capítulos.



Clique nos *links* e acesse o conteúdo especial em seu navegador.

Sumário



Quem somos

O IBGE	10
Estrutura organizacional e de governança	13
Como geramos valor à sociedade	18
Estratégia	22
Gestão de riscos	30
Sistema de integridade, transparência e acesso à informação	32
Auditoria interna	38

Nossos recursos

Recursos humanos	40
Relacionamento e comunicação	49
Tecnologia da informação	56
Logística	59
Sustentabilidade	65
Orçamento e finanças	68

Nossos resultados

Censo Demográfico 2022	82
Produção de informações estatísticas e geocientíficas	102
Ensino superior, pesquisa e extensão	139
Melhoria e inovação	144



Mensagem do Presidente do IBGE

Mensagem do Presidente do IBGE

O ano de 2023, para o IBGE, teve como grande desafio a finalização da coleta do Censo Demográfico 2022, a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada no País, que permite a composição de seu retrato mais abrangente e fiel. A coleta não atingiu o ritmo esperado, levando o IBGE a adotar estratégias para reduzir o número de recusas e de não-resposta e para alcançar as Terras Indígenas de difícil acesso. Com o empenho do conjunto de seus servidores e dos contratados para a operação censitária, as parcerias institucionais firmadas e o apoio da população, a coleta foi finalizada e os primeiros resultados puderam ser divulgados.

Em razão desse trabalho, foi possível conhecer que o Brasil tinha, em 1º de agosto de 2022, 203 080 756 habitantes, além de outras informações de natureza demográfica, tais como o crescimento e a densidade populacionais. Foram divulgados, também, dados inéditos sobre as populações quilombola e indígena, bem como resultados de população por idade e sexo e por cor ou raça.

Ademais, a integração entre informações estatísticas e geocientíficas potencializou a divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022. Além de tabelas e textos de análise, os temas divulgados contam com mapas temáticos, sendo possível, ainda, visualizar os resultados em mapas interativos com diferentes recortes geográficos, combinar visualizações, consultar metadados e, até mesmo, fazer o *download* dos dados geoespaciais, por meio da Plataforma Geográfica Interativa - PGI.

De forma concomitante à operação censitária, o IBGE seguiu o seu calendário regular de divulgação de resultados de sua produção de informações estatísticas e geocientíficas, bem como de suas atividades de ensino superior, pesquisa e extensão.

Em 2023, foram divulgados 232 resultados relacionados às informações estatísticas, cobrindo as áreas sociodemográfica, econômica e de multidomínio, contemplando, desde informações divulgadas com regularidade, tais como os



Marcio Pochmann
Presidente do IBGE

dados sobre o analfabetismo ou a estimativa da produção agrícola brasileira, bem como resultados inéditos, como é o caso das informações sobre teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais, evidenciando o compromisso do IBGE de atender ao interesse da sociedade por informações relevantes e tempestivas.

No âmbito das Geociências, foram divulgadas 23 informações relacionadas aos temas de organização do território, cartas e mapas, informações ambientais, posicionamento geodésico e métodos e documentos de referência. Destacam-se, as divulgações da Malha Municipal Digital atualizada, que subsidia os mapas municipais e os novos valores das áreas territoriais; e da atualização das estatísticas das espécies ameaçadas de extinção nos biomas brasileiros.

Além disso, o IBGE vem buscando desenvolver suas capacidades institucionais para realizar novas atividades ou aprimorar a eficiência daquelas já existentes. Em relação aos avanços no uso da tecnologia, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *big data*, ao uso de novas ferramentas de coleta – como o *web scraping* – e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados. Destacam-se, também, as

iniciativas que incorporam dados oriundos de registros administrativos.

Os trabalhos de disseminação e comunicação, para que tenham efetividade, seguem estratégias específicas para cada demanda, que envolvem reuniões de *briefing* com os técnicos, pré-embargos com as equipes que atuam nos Estados, embargo com os jornalistas, coletivas e entrevistas presenciais e *on-line*. Em 2023, foram realizadas 112 coletivas de imprensa. Ainda, por meio de sua Agência IBGE Notícias, o IBGE distribuiu 145 *releases* e 283 notícias e fez mais de 800 atendimentos à imprensa (sem considerar os atendimentos nos Estados).

Além de retratar a realidade do País, o IBGE possui outra importante atribuição: ofertar ensino superior de forma integrada à pesquisa acadêmica e à extensão, no âmbito de sua competência ou em áreas correlatas. Por meio de sua Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que completou 70 anos, em 2023, oferece à sociedade um curso de graduação e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), além das atividades de pesquisa e extensão. Em 2023, destacam-se a inclusão de vagas destinadas às ações afirmativas nos processos seletivos (para as turmas de 2024, em

todos os cursos), a incorporação de atividades de extensão ao currículo do curso de graduação, a realização de atividades de intercâmbio com pesquisadores de instituição internacional, além da capacitação de servidores do Instituto, principalmente, por meio de ações a distância.

Ademais, o compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, torna indispensável a implementação de controles de segurança da informação e das comunicações, o que tem merecido a devida atenção e resultou em ações concretas, em 2023, com destaque para a atualização de sua Política de Segurança da Informação e Comunicações - Posic e a criação de sua Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos - ETIR.

Em relação à sua capacidade de governança e gestão, o IBGE também tem realizado ações que representam avanços importantes, tais como: as ações de desenvolvimento voltadas para os gestores; o projeto estratégico de racionalização da ocupação de um dos prédios em que se situa no Rio de Janeiro (RJ), com a devolução prevista de quatro andares; a adoção de medidas para institucionalizar e fortalecer suas instâncias de integridade; e a



definição de procedimento interno para a destinação de uniformes (coletes, bolsas e bonés), priorizando o reaproveitamento, visando um consumo racional de recursos naturais.

Por fim, destaca-se a realização do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos, que introduziu mecanismos democráticos de planejamento participativo no IBGE, permitindo que servidores voluntários, de todo o Brasil, pudessem construir, coletivamente, um conjunto de 12 diretrizes, que guiaram a elaboração do Plano de Trabalho do IBGE para 2024.

O presente Relatório de Gestão é parte da prestação de contas do IBGE, em 2023, e está estruturado em três capítulos. O capítulo **Quem somos** apresenta a descrição da organização, bem como sua governança e estratégia. O capítulo **Nossos recursos** aborda os avanços nos recursos empregados para o cumprimento de sua missão institucional. O capítulo **Nossos resultados** apresenta os principais resultados divulgados, gerando valor à sociedade brasileira.

E, dessa maneira, asseguro a integridade deste Relatório, elaborado com a participação das diversas áreas do IBGE, aprovado pelo seu Conselho Diretor e disponibilizado à sociedade. Assim, convido a todos à leitura deste Relatório, que apresenta os principais resultados alcançados pelo Instituto em 2023, bem como as perspectivas para o futuro.



Marcio Pochmann
Presidente do IBGE





203,1 milhões

População calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022

25



Temas com resultados de pesquisas estatísticas divulgados

90,7 milhões



Domicílios recenseados no País

232



Resultados de pesquisas estatísticas divulgados

23



Levantamentos geocientíficos divulgados

1,3 milhão



População quilombola no País

1,7 milhão



População indígena no País

4,95 Pbytes



Armazenamento de dados

2 557



Servidores virtuais

89,8%



Cumprimento das obrigações de transparência ativa



em números

393



Alunos matriculados na ENCE

80,1%



Acesso à informação procurada no portal institucional

382 mil



Matérias veiculadas na mídia com citações ao IBGE

24 754



Concluintes de ações de capacitação oferecidas pela ENCE

58



Alunos graduados e pós-graduados

101,3 mil



Atendimentos realizados à sociedade

100%



Taxa de resultados alcançados na avaliação de desempenho institucional

40%



Força de trabalho no Programa de Gestão e Desempenho

49,5%



Redução do número de contratações

95,5%



Orçamento executado em relação ao previsto

39,6 mil



Peças de uniforme doadas visando a elaboração de novos produtos





Quem somos

O IBGE

Identidade Institucional

O IBGE é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania” por meio da produção, da análise, da pesquisa e da disseminação de informações de natureza estatístico-demográfica, socioeconômica, geocientífica, geográfica, cartográfica, territorial, geodésica e ambiental.

Suas principais atribuições incluem coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais e realizar pesquisas, levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do País. Assim, o IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos e entidades das diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal).

O IBGE é responsável pela realização do **Censo Demográfico**, pesquisa decenal que se constitui na principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população brasileira. Após os adiamentos em 2020 (por causa da pandemia da COVID-19) e em 2021 (por questões orçamentárias), em 2022, o IBGE iniciou a realização do Censo Demográfico. Em 2023, foi finalizada a coleta e iniciada a divulgação com os resultados sobre os totais da população brasileira por idade e sexo e por cor ou raça, bem como para os quilombolas e indígenas.

Ademais, o IBGE oferece gratuitamente à sociedade, cursos de graduação, especialização *lato sensu*, mestrado e doutorado, por meio de sua Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Além das atividades de ensino e pesquisa, a Escola é responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE e demais servidores públicos, oferecendo, também, cursos de extensão.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar a posição do IBGE como referência nacional e internacional na produção e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais públicas, relevantes, tempestivas e de fácil acesso.

VALORES

Ética, integridade e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nas demandas da sociedade; respeito ao informante; e valorização dos talentos.



Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

Norte

	agências
Acre	3
Amapá	1
Amazonas	13
Pará	22
Rondônia	5
Roraima	1
Tocantins	9
Total	54

Nordeste

	agências
Alagoas	10
Bahia	50
Ceará	19
Maranhão	19
Paraíba	11
Pernambuco	20
Piauí	14
Rio Grande do Norte	9
Sergipe	6
Total	158

Centro-Oeste

	agências
Distrito Federal*	4
Goiás	21
Mato Grosso	16
Mato Grosso do Sul	11
Total	52

Sudeste

	agências
Espírito Santo	10
Minas Gerais	75
Rio de Janeiro	25
São Paulo	95
Total	205

Sul

	agências
Paraná	38
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	38
Total	97

* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2023.

26
Estados + DF

5 568
Municípios

27
Superintendências
Estaduais

566
agências

Principais normas direcionadoras de sua atuação

A missão institucional do IBGE é cumprida com amparo em um amplo conjunto de normas, códigos e princípios, dentro do qual cabe destacar:

Decreto-lei n. 161, de 13.02.1967 [↗](#) - Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e dá outras providências.

Lei n. 5.878, de 11.05.1973 [↗](#) - Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências.

Decreto n. 11.177, de 18.08.2022 [↗](#) - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

Lei n. 8.184, de 10.05.1991 [↗](#) - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.

Lei n. 6.183, de 11.12.1974 [↗](#) - Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências.

Lei n. 5.534, de 14.11.1968 [↗](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas e dá outras providências.

Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais [↗](#)

Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE - 2ª edição (2021) [↗](#)

Declaração de Princípios Compartilhados que Orientam a Gestão da Informação Geoespacial [↗](#)

Para acessar o conjunto dos principais códigos e princípios que norteiam a atuação do IBGE, [clique aqui](#). Para políticas, planos e outros documentos, [clique aqui](#).

Materialidade das informações

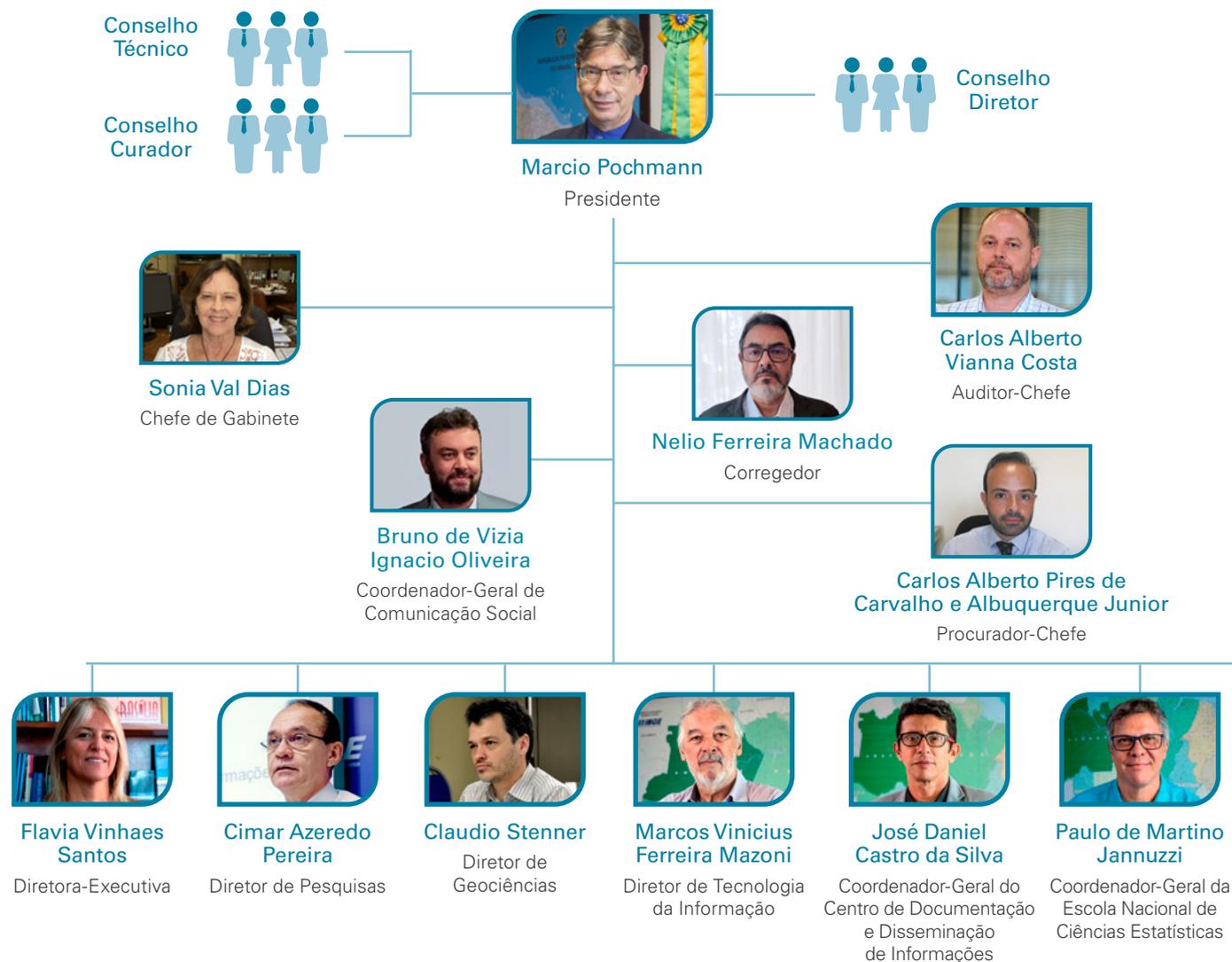
O IBGE definiu a estrutura básica desse Relatório e a organização de seu conteúdo [com base nas normas e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU](#) e em experiências anteriores dessa natureza. A divisão dos conteúdos nos capítulos está relacionada às linhas de negócio contidas na cadeia de valor institucional.

A produção de conteúdo foi realizada de forma descentralizada, considerando a participação das unidades do Instituto, de acordo com as suas competências e atribuições. Os temas e ações incluídos foram priorizados por tais unidades, a partir de suas experiências e percepções quanto à relevância das entregas para a sociedade, tendo como diretrizes principais o [Plano Estratégico Institucional](#) [↗](#) e a [Cadeia de Valor do IBGE](#) [↗](#).

A validação do conteúdo foi realizada pelo Diretor ou Coordenador-Geral responsável ou, ainda, pela liderança da respectiva unidade vinculada diretamente à Presidência. O relatório, na íntegra, foi aprovado pelo Conselho Diretor.



Estrutura organizacional e de governança



Superintendentes Estaduais do IBGE

- Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)
- Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)
- José Ilcleson Mendes Coelho (AM)
- Haroldo Canto Ferreira (AP)
- Andre Luiz Ferreira Urpia (BA)
- Francisco José Moreira Lopes (CE)
- Gabriel Moreira Antonaccio (DF)
- Max Athayde Fraga (ES)
- Edson Roberto Vieira (GO)
- Marcelo Virgínio de Melo (MA)
- Maria Antônia Esteves da Silva (MG)
- Mario Alexandre de Pinna Frazeto (MS)
- Millane Chaves da Silva (MT)
- Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)
- Roberto Salgado Beato (PB)
- Gliner Dias Alencar (PE)
- Leonardo Santana Passos (PI)
- Elias Guilherme Ricardo (PR)
- José Francisco Texeira Carvalho (RJ)
- Iara Brena da Ponte Feijao (RN)*
- Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)
- Welisson Araujo Cordeiro (RR)*
- Jose Renato Braga de Almeida (RS)
- Roberto Kern Gomes (SC)
- Adriane Almeida do Sacramento (SE)
- Francisco Garrido Barcia (SP)
- Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus (TO)

*Substituto(a)

Nota: Os ocupantes de cargos/funções mencionados são aqueles na data de encerramento do exercício (31.12.2023).

Fotos: Acervo IBGE.

Órgãos colegiados de direção superior

CONSELHO DIRETOR

Estabelece as políticas que regem a atuação do IBGE, publica seus atos e suas deliberações; avalia periodicamente o desempenho dos órgãos do IBGE e estabelece metas e recomendações de atuação; adota medidas preventivas ou corretivas para a execução adequada do plano estratégico; aprova os atos internos de estrutura organizacional do IBGE; aprova anualmente o relatório de gestão e o relatório orçamentário, financeiro e contábil; e emite pronunciamento sobre a celebração de convênios, parcerias e acordos.

Marcio Pochmann

Presidente

Flavia Vinhaes Santos

Diretora-Executiva

Cimar Azeredo Pereira

Diretor de Pesquisas

Claudio Stenner

Diretor de Geociências

Marcos Vinicius Ferreira Mazoni

Diretor de Tecnologia de Informação

José Daniel Castro da Silva

Coordenador-Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Paulo de Martino Jannuzzi

Coordenador-Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

CONSELHO CURADOR

Fiscaliza os atos inerentes à execução orçamentária e financeira do IBGE; avalia o cumprimento das recomendações feitas às unidades do IBGE pela Auditoria Interna; monitora a implementação das medidas determinadas pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União; analisa e emite parecer conclusivo sobre a prestação de contas anual do IBGE; e acompanha e controla a gestão patrimonial.

Marcio Pochmann

Presidente

Sergio Pinheiro Firpo

Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento

Raquel Nadal Cesar Goncalves

Representante do Ministério da Fazenda

Jaildo Lima de Oliveira

Representante do Banco Central do Brasil

João Ricardo Costa Silva

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

Leandro Brunholi Ramos

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

CONSELHO TÉCNICO

Acompanha as atividades técnicas do IBGE e, se necessário, recomenda a adoção das providências que julgar convenientes; e atua como órgão consultivo para os assuntos de natureza técnica no âmbito de competência do IBGE. É formado pelo Presidente do IBGE, que o presidirá, e 12 conselheiros, sendo seis de órgãos do Poder Executivo Federal e seis escolhidos dentre cidadãos com reconhecida representatividade e capacidade técnica nas áreas de competência do IBGE. Está em andamento o processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação de tal Conselho.

Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GAB

Assiste o Presidente do IBGE em sua representação política e social e ocupa-se do preparo e do despacho do seu expediente administrativo.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

Coordena a gestão da comunicação, de forma a garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais do IBGE para a mídia e a sociedade e zela e aprimora continuamente o relacionamento do IBGE com a mídia.



Órgãos seccionais

AUDITORIA INTERNA - AUD

No exercício de suas competências, vincula-se administrativamente ao Conselho Curador e se constitui na terceira linha, dentro do Modelo das Três Linhas definido pelo Instituto de Auditores Internos (The International of Internal Auditors - IIA). Visa agregar aos processos de governança, de gerenciamento dos riscos e aos controles internos que compõem a Cadeia de Valor do IBGE, por meio da prestação de serviços de avaliação e de consultoria independentes, além de acompanhar o cumprimento e a implementação das recomendações ou das determinações da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

DIRETORIA-EXECUTIVA - DE

Exerce atividades de planejamento, organização, coordenação, orientação e execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e contábeis, presta suporte às unidades descentralizadas na execução dessas atividades e assessora o Presidente do IBGE nos assuntos de governança, planejamento e gestão.

PROCURADORIA FEDERAL - PF

Vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, nos termos do § 3º do Art. 2º, da Lei Complementar n. 73, de 10.02.1993 e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal - PGF, representa judicial e extrajudicialmente o IBGE e exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no IBGE.

CORREGEDORIA - CORREG

Planeja, dirige, orienta, supervisiona, avalia e controla as atividades de correição no âmbito do IBGE.

Órgãos específicos singulares

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de documentação e de disseminação de informações produzidas pelo IBGE; desenvolve produtos e serviços de informação adequados aos segmentos de usuários e promover sua divulgação e comercialização; atende às demandas dos usuários por meio de seus canais de comunicação com a sociedade; e faz a gestão da comunicação interna.

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS - DGC

Planeja, organiza, coordena e executa levantamentos, pesquisas, prospecções tecnológicas, análises, estudos e mapeamentos de natureza geocientífica e estatística relacionados às áreas de geodésia, cartografia, estruturas territoriais, geografia, recursos naturais e meio ambiente e executa as ações de competência do IBGE, no âmbito da coordenação do Sistema Geodésico Brasileiro, do Sistema Cartográfico Nacional, da Infraestrutura de Dados Geoespaciais e da sistematização de informações sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria geocientífica.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de governança digital, de processamento de dados e de informações, por meio do apoio, da promoção e do desenvolvimento da arquitetura, dos processos de informatização e dos sistemas do IBGE e administrar e zelar pela infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC e pela preservação e pela garantia da segurança da informação e da proteção da base de dados do IBGE.

DIRETORIA DE PESQUISAS - DPE

Planeja, organiza, coordena e executa estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executa as ações de competência do IBGE, na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria estatística.

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENCE

Planeja, organiza, coordena e executa atividades de ensino, pesquisa e extensão – podendo manter cursos de graduação e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, promovendo a difusão de conhecimento, o desenvolvimento e o fomento de pesquisa científica relacionada à esfera de atuação do IBGE – bem como ações e atividades de capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa, para o corpo funcional do IBGE, para outras instituições públicas e para o público em geral.



Órgãos descentralizados

SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS - SESs

O IBGE possui 27 Superintendências Estaduais - SESs, uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As SESs têm como competência, no âmbito de sua jurisdição: planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas, administrativas e de disseminação das informações do IBGE; representar o IBGE perante os Poderes Públicos constituídos, órgãos públicos, sociedade e demais entidades representativas; e administrar e gerir as suas unidades organizacionais subordinadas e a rede de agências do IBGE. As SESs contam com agências em 566 Municípios brasileiros, para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as atividades de coleta de dados pelo IBGE.

Principais instâncias internas de apoio à governança

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES - CGOV

Regido pela Resolução do Conselho Diretor - R.CD n. 26, de 24.07.2020. Principais competências: a) auxiliar o Conselho Diretor na manutenção e monitoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos, com vistas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e o cumprimento da missão institucional; e b) monitorar e avaliar (trimestralmente) e revisar e atualizar (anualmente) o plano estratégico institucional.

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC

Regido pela R.CD n. 18, de 04.08.2023. Principais competências: a) apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para aprovação, o Plano Diretor de TIC - PDTI do IBGE, para alinhar os investimentos nesta área com o planejamento e metas institucionais; e b) deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de TIC.

COMITÊ DE CONTRATAÇÕES E LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - CCLS

Regido pela R.CD n. 32, de 30.10.2023. Principais competências: a) propor a implementação e o aprimoramento de instrumentos de governança das contratações e da sustentabilidade organizacional; e b) propor diretrizes para a elaboração, revisão, alteração e execução e monitoramento sistemático do Plano de Contratações Anual - PCA e do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CSI

Regido pela R.CD n. 12, de 23.07.2021. Principais competências: a) assessorar a implementação das ações de segurança da informação; b) propor atualizações na Política de Segurança da Informação e Comunicação - Posic do IBGE; e c) propor normas internas relativas à segurança da informação.

COMITÊ DE SIGILO

Regido pela R.CD n. 5, de 14.01.2022. Principais competências: a) propor soluções para questões relacionadas ao sigilo e à confidencialidade das informações; b) apreciar as solicitações de acesso às informações confidenciais, dando parecer sobre autorização e condições de uso; e c) apreciar as demandas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CENSOS - CPO

Regida pela R.CD n. 1, de 05.01.2022. Competências: a) estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações censitárias; e b) decidir sobre programações orçamentárias e de desembolsos financeiros, segundo os exercícios fiscais, cronogramas gerais de atividades e outros assuntos estratégicos relacionados aos Censos.



COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO IBGE - CAEOF/IBGE

Regido pela R.CD n. 29, de 04.05.2022. Principais competências: a) propor critérios para a distribuição do limite de empenho e do limite de pagamento no âmbito do IBGE; b) acompanhar e avaliar o dever de execução orçamentária das unidades organizacionais do IBGE e suas programações; c) propor e avaliar propostas de remanejamento interno de créditos e limite de empenho quando da baixa execução orçamentária frente ao dever de execução do orçamento; e d) acompanhar e avaliar a execução financeira do IBGE conforme limite de pagamento definido.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO DE TREINAMENTO - CCT

Regido pela R.CD n. 27, de 22.12.2003. Principais competências: a) identificar e propor políticas e diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento; b) analisar e decidir quanto aos pedidos de afastamento de servidores para a realização de programas de formação e aperfeiçoamento; e c) acompanhar e avaliar, continuamente, os programas de treinamento e aperfeiçoamento do IBGE.

Indicadores de governança e gestão

O TCU tem buscado aferir a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais. Para tanto, tem realizado o levantamento e a divulgação do [Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas](#), tendo como marcos os [Acórdãos 588/2018-Plenário](#) e [2699/2018-Plenário](#).

Na última edição do levantamento, realizado em 2021, foram avaliados 378 órgãos e entidades da Administração Pública Federal, em relação aos temas de governança pública organizacional e de governança e gestão de segurança e da tecnologia da informação, de pessoas, de contratações e orçamentária. Para conhecer os resultados obtidos pelo IBGE, [clique aqui](#).

Desde então, o IBGE vem focando em ações para elevar sua capacidade de governança e gestão, destacando-se:

- **na dimensão liderança:** elaboração e implementação de um [programa de sucessão](#), priorizando as unidades em que há servidores ativos que já alcançaram as condições para a aposentadoria, sendo que, em 2023, foram capacitados **57 servidores** (entre sucessores e sucedidos).;

- **na dimensão estratégia:** no último quadrimestre de 2023, foi iniciado o [Projeto IBGE 90 Anos \(2023-2026\)](#), que introduziu novos mecanismos democráticos de planejamento institucional. Uma de suas entregas foi a definição democrática de **12 diretrizes estratégicas** que nortearam a elaboração do Plano de Trabalho do IBGE para 2024; e
- **na dimensão controle:** o início da implementação de [plano de capacitação para os envolvidos na atividade correcional](#), englobando o desenvolvimento de trilhas de conhecimento e a realização de cursos, encontros e seminários.

Em 2023, o TCU aprovou, por meio do [Acórdão 1.205/2023-Plenário](#), a remodelagem do atual questionário, de tal modo que passará a abordar questões relacionadas à sustentabilidade (em suas dimensões ambiental e social), para avaliar a aderência às práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*), cujo levantamento será realizado em 2024.

Como geramos valor à sociedade

O [Modelo de Negócios do IBGE](#) apresenta o sistema posto em prática para a transformação de seus capitais (humanos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e intelectuais) em produtos, disponibilizados gratuitamente à sociedade, com regularidade, transparência e tempestividade.

Para cumprir sua missão, alcançar seus objetivos estratégicos e entregar valor público aos usuários, a instituição realiza um conjunto de **26 macroprocessos**, que se desdobram em **149 processos**. Os macroprocessos estão organizados em **cinco linhas de negócios**, a saber: Governança, Suporte Corporativo; Melhoria e Inovação; Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas; e Ensino Superior, Pesquisa e Extensão (as duas últimas, linhas finalísticas). Todo esse conjunto está representado na [Cadeia de Valor do IBGE](#) , que se constitui em um documento institucional de

referência para a gestão integrada dos mais diversos processos. Importante destacar que a cadeia de valor institucional é um instrumento vivo e passível de ser modificado e atualizado, sempre que necessário, para refletir mudanças institucionais.

São valores públicos gerados: o “[retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil](#)”, a “[garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais](#)” e a “[geração e difusão dos conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências](#)”.

O grande interesse da sociedade e a expressiva repercussão da produção institucional podem ser comprovados pelo número de matérias publicadas sobre o IBGE em veículos impressos e sites, tais como jornais, revistas e TV, bem como pelos milhões de usuários da [Agência IBGE Notícias](#)  e do [Portal do IBGE](#) .



Modelo de Negócios do IBGE

Em 2023 **Capitais** aplicados às **Linhas de Negócio e Macroprocessos** resultaram em **Produtos**

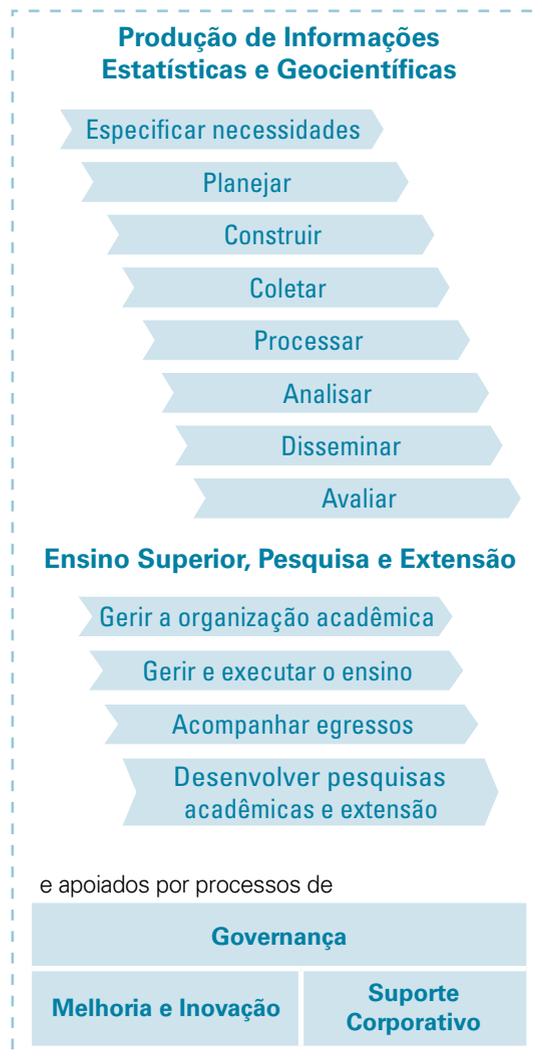
Humanos
3 827 servidores ativos **6 516** contratados temporariamente

Financeiros
R\$ 777 milhões em valores empenhados em pessoal ativo
R\$ 16,8 milhões em convênios firmados
R\$ 718 milhões em valores empenhados em custeio
R\$ 23 milhões em valores empenhados em investimentos

Tecnológicos
4,95 Pbytes de capacidade de armazenamento **2 557** entre servidores físicos e virtuais

Organizacionais
566 Agências **27** Superintendências Estaduais **1** Reserva Ecológica

Intelectuais
2 487 438 questionários aplicados **8 510 417 km²** mapeados
52 862 arquivos de observação da RBMC disponibilizados **393** alunos matriculados **83** bolsas de estudos



disponibilizados gratuitamente, com regularidade, transparência, no tempo devido,

Estadísticas

Sociais

- População
- Trabalho
- Educação
- Saúde
- Habitação
- Rendimento, despesa e consumo
- Administração pública e participação político-social
- Justiça e segurança
- Proteção social

Econômicas

- Agricultura, pecuária e outros
- Indústria e construção
- Comércio
- Preços e custos
- Setor informal
- Contas nacionais
- Finanças públicas
- Outras estatísticas econômicas

Demográficas e de multidomínio

- Condições de vida, desigualdade e pobreza
- Ciência, tecnologia e inovação
- Empreendedorismo
- Gênero
- Cultura, recreação e esporte
- Turismo
- Meio ambiente

232 Resultados divulgados

Levantamentos geocientíficos

- Organização do território
- Posicionamento geodésico
- Atlas
- Modelos digitais de superfície
- Cartas e mapas
- Imagens do território
- Informações ambientais
- Métodos e documentos de referência

23 Informações divulgadas

e fundamentais para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas.

e **Profissionais graduados e pós-graduados**

Bacharelado em Estatística 33	Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território 18	Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas 17
--------------------------------------	--	---

gerando **Valor público** a toda sociedade: Estado, iniciativa privada, academia e cidadãos.

Retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil	Garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais	Geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências
--	--	---

Cadeia de Valor do IBGE

Governança															
1. Formular a estratégia		2. Gerir a estratégia			3. Realizar controle institucional			4. Gerir colaboração e cooperação estratégicas							
1.1 Elaborar plano e mapa estratégicos 1.2 Definir e publicar políticas, diretrizes e planos		2.1 Avaliar desempenho institucional 2.2 Monitorar e avaliar o Plano Estratégico Institucional 2.3 Revisar e atualizar o Plano Estratégico Institucional 2.4 Gerir a arquitetura organizacional 2.5 Gerir projetos estratégicos e planos institucionais			3.1 Gerir integridade institucional 3.2 Gerir manifestações de ouvidoria 3.3 Gerir procedimentos de apuração de irregularidades 3.4 Gerir segurança da informação e comunicações 3.5 Gerir riscos 3.6 Prestar contas aos órgãos de controle e à sociedade 3.7 Realizar auditorias internas			4.1 Construir e manter relações estratégicas nacionais 4.2 Construir e manter relações estratégicas internacionais 4.3 Transmitir informações oficiais para organizações e autoridades nacionais e internacionais 4.4 Coordenar instâncias técnicas nas áreas de Estatística e Geociências 4.5 Acompanhar matérias legislativas de interesse institucional							
Melhoria e Inovação	Suporte Corporativo														
5. Gerir mudanças institucionais	6. Gerir aspectos legais	7. Gerir métodos	8. Gerir qualidade institucional	9. Gerir conhecimento e informação	10. Gerir relacionamento	11. Gerir orçamento e finanças	12. Gerir pessoas	13. Gerir tecnologia da informação e comunicação	14. Gerir logística e infraestrutura						
5.1 Gerir projetos de transformações de processos 5.2 Gerir mudanças metodológicas 5.3 Gerir mudanças tecnológicas	6.1 Prestar atividades de contencioso 6.2 Prestar consultoria e assessoramento jurídico	7.1 Gerir métodos estatísticos 7.2 Gerir métodos geocientíficos	8.1 Gerir sistema de gestão da qualidade 8.2 Gerir projetos de melhoria de processos	9.1 Registrar a memória institucional 9.2 Gerir sistema de dados e metadados 9.3 Gerir documentos, registros e arquivos 9.4 Gerir o conhecimento 9.5 Gerir o conhecimento	10.1 Gerir comunicação externa e imagem institucional 10.2 Gerir comunicação interna e imagem organizacional 10.3 Gerir relacionamento com informantes 10.4 Gerir relacionamento com os usuários 10.5 Prospectar e atender demandas autofinanciadas	11.1 Planejar e programar orçamento e finanças 11.2 Gerir a execução orçamentária e financeira 11.3 Gerir contabilidade 11.4 Gerir custos	12.1 Prover pessoas e capacitar pessoas 12.2 Gerir força de trabalho 12.3 Desenvolver e capacitar pessoas 12.4 Administrar registro funcional e folha de pagamento 12.5 Gerir relações trabalhistas 12.6 Prover saúde e qualidade de vida	13.1 Gerir desenvolvimento de sistemas 13.2 Manter sistemas em produção 13.3 Gerir bases de dados 13.4 Gerir infraestrutura tecnológica 13.5 Prover suporte técnico, operacional e serviços de TIC	14.1 Planejar aquisições e contratações 14.2 Gerir aquisições 14.3 Gerir contratos 14.4 Gerir patrimônio 14.5 Gerir serviços de infraestrutura 14.6 Gerir logística de suprimentos e materiais						
Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas															
Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica															
15. Especificar necessidades		16. Planejar		17. Construir		18. Coletar		19. Processar		20. Analisar		21. Disseminar		22. Avaliar	
Ensino Superior, Pesquisa e Extensão															
23. Gerir a organização acadêmica			24. Gerir e executar o ensino			25. Acompanhar egressos		26. Desenvolver pesquisas acadêmicas e extensão							
23.1 Elaborar e revisar normas e documentos acadêmicos e institucionais	23.2 Planejar projeto acadêmico	23.3 Definir projeto institucional de ensino	23.4 Selecionar corpo discente	24.1 Implementar cursos	24.2 Realizar avaliações periódicas	24.3 Realizar acompanhamento pedagógico, profissional e acadêmico	25.1 Gerir relacionamento com ex-alunos	26.1 Desenvolver e orientar pesquisas acadêmicas	26.2 Desenvolver atividades de extensão	26.3 Promover pesquisas acadêmicas integradas à produção de informações	26.4 Difundir o conhecimento científico				

Valor público gerado

▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

▶ Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

Legenda

🔄 Processo estruturado em parte

☹️ Processo não estruturado

Obs: os demais processos são estruturados.



Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica

	15. Especificar necessidades	16. Planejar	17. Construir	18. Coletar	19. Processar	20. Analisar	21. Disseminar	22. Avaliar
+ Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística - GSBPM	15.1a Identificar as necessidades 15.2a Consultar e confirmar as necessidades 15.3a Estabelecer os objetivos 15.4a Identificar os conceitos 15.5a Verificar a disponibilidade de dados 15.6a Preparar e submeter o plano de ação	16.1a Desenhar os resultados 16.2a Definir as variáveis 16.3a Definir a metodologia de coleta 16.4a Especificar o cadastro e a amostragem 16.5a Definir o processamento e a análise 16.6a Desenhar fluxograma e sistema de produção	17.1a Reutilizar ou construir os instrumentos de coleta 17.2a Reutilizar ou construir os componentes de processamento e análise 17.3a Reutilizar ou construir os componentes da disseminação 17.4a Configurar fluxos de trabalho 17.5a Testar os sistemas de produção 17.6a Testar o processo estatístico de produção 17.7a Finalizar os sistemas de produção	18.1a Criar os cadastros e selecionar as amostras 18.2a Preparar a coleta 18.3a Coletar 18.4a Finalizar a coleta	19.1a Integrar dados 19.2a Classificar e codificar 19.3a Criticar microdados 19.4a Imputar 19.5a Derivar novas variáveis e unidades 19.6a Calcular os pesos 19.7a Calcular resultados agregados 19.8a Finalizar os arquivos de dados	20.1a Preparar os resultados 20.2a Validar os resultados 20.3a Interpretar e explicar os resultados 20.4a Assegurar a confidencialidade 20.5a Finalizar os resultados	21.1a Atualizar sistemas de disseminação 21.2a Elaborar produtos de disseminação 21.3a Gerenciar a disseminação 21.4a Promover os produtos de disseminação 21.5a Gerenciar o suporte ao usuário	22.1a Reunir os elementos para avaliação 22.2a Realizar a avaliação 22.3a Acordar um plano de melhorias
Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM	15.1b Identificar as necessidades 15.2b Estabelecer objetivos e conceitos 15.3b Confirmar as necessidades 15.4b Verificar a disponibilidade dos dados 15.5b Obter aprovação	16.1b Detalhar os resultados esperados 16.2b Definir a modelagem de dados 16.3b Definir a metodologia para coleta, processamento e análise 16.4b Definir os requisitos para coleta, processamento e análise 16.5b Definir um plano de disseminação 16.6b Elaborar o plano de ação	17.1b Construir ou melhorar instrumentos de coleta ou levantamento 17.2b Construir ou melhorar sistema computacional para processamento e análise 17.3b Construir ou melhorar o ambiente da disseminação 17.4b Treinar equipes 17.5b Preparar teste piloto 17.6b Executar o teste piloto	18.1b Preparar coleta ou levantamento de dados 18.2b Coletar ou levantar 18.3b Validar conjunto de dados coletados ou levantados	19.1b Preparar dados para processamento 19.2b Processar 19.3b Assegurar a confidencialidade 19.4b Validar os resultados do processamento	20.1b Preparar análise 20.2b Consolidar a análise 20.3b Elaborar documentação técnica	21.1b Elaborar produtos de disseminação 21.2b Atualizar sistemas de disseminação 21.3b Gerenciar a disseminação 21.4b Promover produtos 21.5b Gerenciar o suporte ao usuário	22.1b Reunir informações para avaliação 22.2b Realizar a avaliação 22.3b Acordar um plano de melhorias



Estratégia

Ambiente externo

Tendo em vista o impacto que as informações produzidas pelo IBGE têm sobre a sociedade e demais partes interessadas, é fundamental para o Instituto conhecer seu ambiente de atuação, para identificar tanto as oportunidades quanto os desafios que podem influenciar suas escolhas estratégicas e o cumprimento da missão institucional.

No ano de 2023, o IBGE contou com o apoio de diversas instituições para ações de **finalização da coleta do Censo Demográfico 2022** em Terras Indígenas, em favelas e comunidades urbanas. Também **foram estabelecidas ou retomadas parcerias nacionais e internacionais** com agências da Organização das Nações Unidas - ONU, organizações de estatísticas, outras instituições e a comunidade acadêmica, as quais foram fundamentais para enfrentar os desafios da produção de estatísticas e de levantamentos geocientíficos públicos.

Oportunidades

- Avanços no **desenvolvimento e disponibilidade de tecnologias digitais e de geoprocessamento** para a captura, tratamento e disseminação das informações
- Alta demanda por **informações geoespaciais integradas às estatísticas**, especialmente com maior desagregação temática e geográfica, para subsidiar políticas públicas e o acompanhamento de acordos, protocolos e conferências
- Ampliação do **acesso aos registros administrativos** por meio do programa **ConectaGov** 
- Ampliação da **utilização da Ciência de Dados** e de todos os seus domínios
- Possibilidade de **estreitamento de interações e troca de conhecimentos e experiências** com institutos de estatística, de mapeamento, de pesquisas e outros, por meio do ambiente virtual

Desafios

- Contratação insuficiente e lenta do **quadro de servidores efetivos**, frente às aposentadorias e egressos
- **Desatualização dos marcos legais estatístico e cartográfico** e inadequação de legislações correlatas à atividade do IBGE
- Dificuldade de **acesso a registros administrativos** e a dados específicos que possam ser utilizados na produção do IBGE, não contemplados no programa ConectaGov
- Incerteza e limitação na **disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros**
- Possibilidade de **surgimento de novos agentes concorrentes** na produção de informações oficiais
- Dificuldade crescente de **obter informações e cooperação dos informantes**



Fonte: IBGE, Plano Estratégico Institucional 2022-2025.

Políticas e programas de governo

O IBGE participa do Plano Plurianual - PPA 2020-2023 por meio de ações orçamentárias executadas em diferentes programas, conforme quadro ao lado.

O Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, em 2023, conduziu a formulação do seu programa finalístico, nas oficinas de elaboração do PPA 2024-2027. O IBGE, como entidade vinculada, participou desse processo e teve aprovada a inclusão de um objetivo específico e das entregas a seguir:

- Objetivo específico: Retratar a realidade do País, com informações estatísticas e geoespaciais, de modo acessível, para fortalecimento do exercício da cidadania;
- Entrega 1: Resultados do Censo Demográfico 2022 divulgados de forma acessível;
- Entrega 2: Informações estatísticas e geoespaciais divulgadas com recortes por temas transversais;
- Entrega 3: Resultados do 12º Censo Agropecuário divulgados de forma acessível; e
- Entrega 4: Resultados da 3ª Contagem da População divulgados de forma acessível.

Programa	Tipo	Ministério	Ação Orçamentária
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Gestão	MPO	2000-Adm. da Unidade
			2004-Assist. Médica e Odont. aos Serv. Cívics, Empregados, Militares e seus Dependentes
			20TP-Ativos Cívics da União
			20U6-Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos
			20U7-Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico
			212B-Benef. Obrig. aos Serv. Cívics, Empregados, Militares e seus Dependentes
			0181-Aposentadorias e Pensões Cívics da União
09HB-Contr. da União, de suas Autarquias e Fund. para o Custeio do Reg. de Previdência dos Serv. Públicos Federais			
5013-Educ. Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalístico	MEC	20U5-Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Operações especiais	MPO	00S6 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias 0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	Operações especiais	MPO	000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica

Fonte: IBGE, 2023.

Projeto Diálogos IBGE 90 Anos

O IBGE encerrou, em 17 de novembro de 2023, o 1º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos, que definiu **12 diretrizes estratégicas** que nortearão a atuação do Instituto para os próximos três anos, até seu 90º aniversário, em 2026. O evento aconteceu em dois dias, na unidade localizada em Parada de Lucas, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Com quase 20 horas de programação, o Encontro reuniu mais de **500 participantes**, entre servidores, aposentados, sindicalistas e colaboradores do IBGE, além de autoridades e representações diplomáticas internacionais.

Como ação preparatória para o Encontro, no mês de setembro, foram organizados 12 grupos de trabalho, com participação voluntária, para discussão de diferentes temáticas, no âmbito dos **Diálogos Horizontais**. Cada grupo apresentou suas experiências e contribuições e discutiu os desafios para os próximos três anos. Ao todo, o projeto contabilizou mais de 10 mil participações, centenas de propostas e contribuições, apresentadas em mais de 50 reuniões dos grupos e subgrupos temáticos realizadas nas modalidades presencial e remota. O detalhamento de cada uma das **12 diretrizes** tem mais de 2 mil páginas.

Nos meses de novembro e dezembro, foram realizados os **Diálogos Setoriais** com o objetivo de preparar e definir um plano de trabalho para o exercício de 2024, em sintonia com a proposta orçamentária e com o regime laboral adequados ao ano de 2024. Foram realizadas 44 reuniões, envolvendo mais de 220 servidores das Superintendências Estaduais, Diretorias, Coordenações-Gerais, Coordenações e Gerências, responsáveis pela produção e sistematização estatística e geocientífica e pelas ações de suporte corporativo.

Para 2024, além das 12 diretrizes que nortearão o Instituto até 2026, foram definidas dez ações orientadoras e foi publicado o **Plano de Trabalho do IBGE 2024**, contemplando as prioridades de todas as áreas de atuação do IBGE.



Participantes do 1º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos, em Parada de Lucas, Rio de Janeiro (RJ). Foto: Licia Rubinstein/Agência IBGE Notícias.



Participantes de reunião do grupo 7 do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos. Foto: Acervo IBGE.

- ◀ Diálogos Setoriais com os Superintendentes Estaduais do IBGE, realizados em 18 de novembro de 2023. Foto: Acervo IBGE.

Gestão estratégica

Formulação da estratégia

Em conformidade com a [IN SEGES/ME n. 24, de 18.03.2020](#), o [Plano Estratégico do IBGE 2022-2025](#) - PEI 2022-2025 contém os seguintes elementos mínimos obrigatórios: (i) cadeia de valor, ferramenta de suporte à gestão que representa o conjunto de processos executados cotidianamente para o cumprimento da missão institucional e a entrega de valor à sociedade; (ii) identidade estratégica (missão, visão de futuro, valores e [mapa estratégico](#) – documento que comunica a estratégia institucional e ilustra, de forma sintética e gráfica, os principais desafios institucionais para o período de execução do plano); (iii) objetivos estratégicos, indicadores e respectivas metas; e (iv) projetos estratégicos e suas principais entregas. Seu desempenho é monitorado e avaliado trimestralmente. Na figura ao lado, encontra-se uma síntese desses elementos e de seus quantitativos no PEI 2022-2025.

Cabe mencionar que, ao final de 2023, como resultado do processo de monitoramento trimestral e da dinâmica da estratégia, seguem fazendo parte do PEI 2022-2025 81 projetos e 360 entregas.

PEI 2022-2025 em números



Monitoramento e avaliação da estratégia

Em 2023, o IBGE deu continuidade aos processos de [execução, monitoramento e avaliação da estratégia](#). O [monitoramento](#) é um processo dinâmico e incremental que visa acompanhar a execução do plano e verificar o desempenho da estratégia, de modo a antecipar problemas e estimular a implementação de ações preventivas e corretivas para aumentar as chances de que as metas sejam alcançadas e as entregas planejadas sejam concluídas. A [avaliação da estratégia](#), por sua vez, é realizada pelo Conselho Diretor, para acompanhamento, atualização e direcionamento da estratégia institucional, sempre que necessário.

No rito estabelecido, o monitoramento e a avaliação da estratégia ocorrem trimestralmente e incluem a coleta, análise e síntese de informações sobre os indicadores dos objetivos estratégicos e suas metas (conforme suas periodicidades de apuração) e sobre a execução dos projetos e suas entregas.

Na etapa de consolidação e análise, são produzidos relatórios gerenciais ([Relatório de Desempenho da Estratégia - RDE](#)) com a síntese

das informações, trimestralmente, para avaliação e tomada de decisões. Essas informações são disponibilizadas para os gestores no [Painel da Estratégia](#), um painel de indicadores. Esse Relatório é o principal insumo para a [Reunião de Gestão Estratégica - RGE](#), no CGOV e para a [Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE](#), no Conselho Diretor. O rito de monitoramento e avaliação da estratégia está sintetizado na imagem ao lado.

Em 2023, embora a Instituição estivesse, no primeiro semestre, ainda focada na conclusão do Censo Demográfico 2022, o monitoramento do PEI 2022-2025 foi mantido, contudo, sem cumprimento da periodicidade ideal. As RGEs e as RAEs foram realizadas/previstas conforme quadro ao lado.

Ciclos de monitoramento e avaliação da estratégia



Fonte: IBGE, 2023.

Avaliação da estratégia em 2023

Período de avaliação da estratégia	RGE no CGOV	RAE no Conselho Diretor
1º trimestre de 2023	Julho de 2023	Novembro de 2023
2º trimestre de 2023	Agosto de 2023	
3º trimestre de 2023	Novembro de 2023	Março de 2024
4º trimestre de 2023 e avaliação do exercício	Fevereiro de 2024	

Principais resultados do desempenho da estratégia

Em 2023, 49 indicadores (e suas metas), 22 projetos e 136 entregas foram monitorados e avaliados. O resultado do desempenho da estratégia, em 2023, pode ser sintetizado na tabela a seguir.

As principais justificativas para as diferenças entre o que foi planejado e o que foi executado incluem a prorrogação do prazo da coleta do Censo Demográfico 2022, as dificuldades com ações que dependem de atores externos ao IBGE e, ainda, desafios internos das unidades, em particular, o número insuficiente de recursos humanos no quadro de servi-

dores efetivos. Cabe ressaltar que, ao longo do exercício, com a finalização da coleta do Censo Demográfico 2022, tal fator foi se demonstrando menos significativo.

Com o objetivo de aferir o alcance dos objetivos estratégicos, o IBGE utiliza o [Mapa Estratégico Sinalizado Acumulado](#), a seguir, que apresenta o percentual de entregas dos projetos realizadas no prazo planejado, por objetivo estratégico, desde o início da vigência do Plano. De tal Mapa, é possível verificar que, desde o início da implementação do PEI, uma média de 58% das entregas previstas foram concluídas no prazo, 64% na perspectiva "Sociedade".

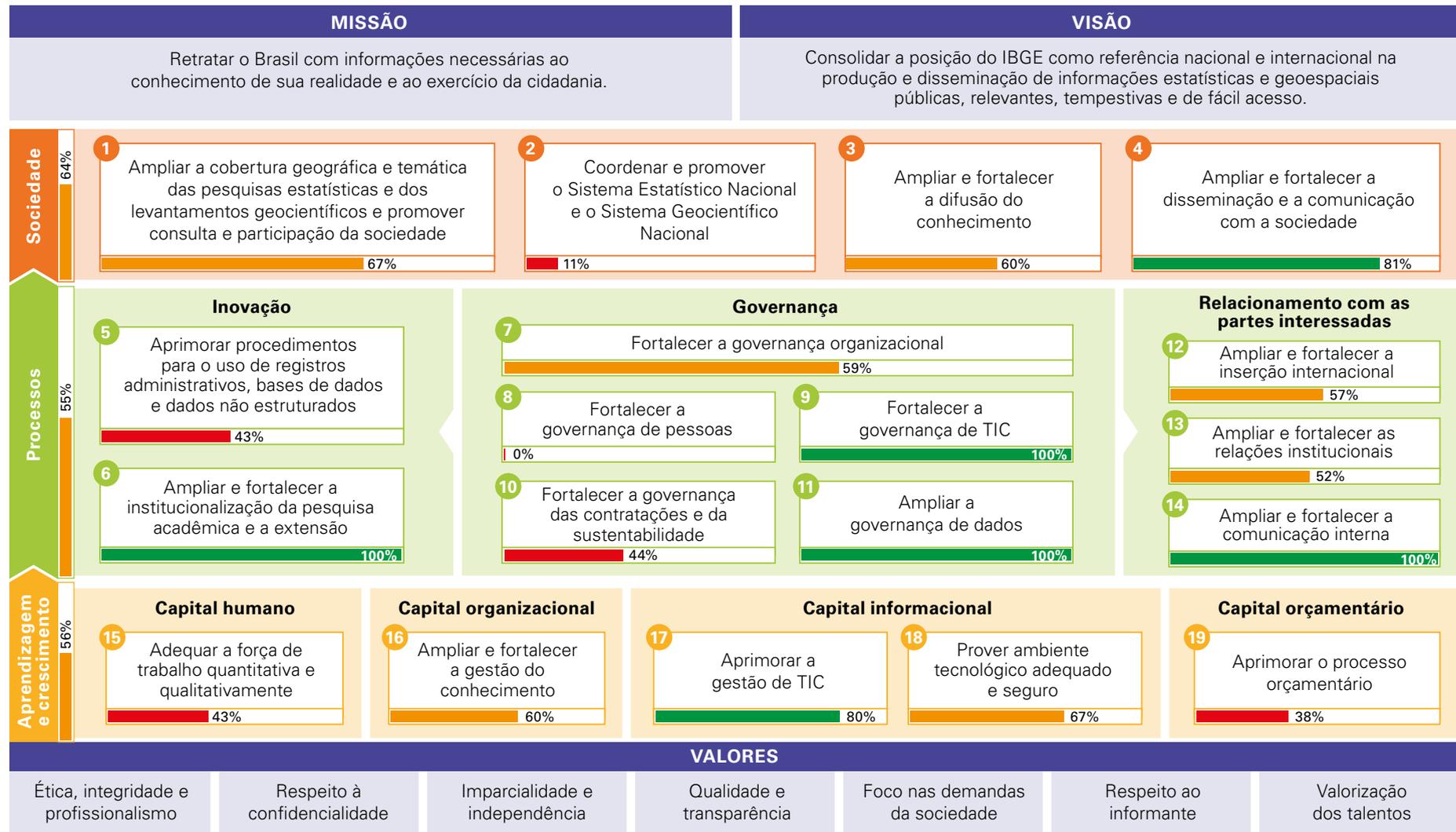
A fim de incorporar as orientações estratégicas da nova gestão, os resultados do [Projeto Diálogos IBGE 90 Anos](#), em especial as [12 diretrizes estratégicas](#) e as 10 ações prioritárias previstas no [Plano de Trabalho 2024 do IBGE](#), em 2024, o Plano Estratégico Institucional passará por uma revisão e atualização.

Resultados do desempenho da estratégia em 2023

Elemento do PEI	Total monitorado	Desempenho
Indicadores	49	29 (59%) alcançaram a meta prevista
Projetos estratégicos	22	8 (36,4%) concluídos no prazo previsto
		9 (40,9%) postergados
		5 (22,7%) suspensos
Entregas	136	55 (40,4%) concluídas no prazo previsto



Mapa Estratégico Sinalizado Acumulado



Percentual de entregas no prazo: ■ Sem entregas no período ■ Menos que 50% ■ Entre 50% e 80% ■ 80% ou mais Global acumulado 58%

Desdobramento da estratégia

O Plano Estratégico do IBGE 2022-2025 foi construído em alinhamento aos instrumentos de planejamento governamentais de longo e médio prazos, respectivamente: a [Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 - EFD 2020-2031](#) e o [PPA 2020-2023](#).

Os objetivos estratégicos são alcançados por meio de projetos estratégicos e acompanhados por meio de indicadores de desempenho. Alinhados ao plano estratégico institucional, são elaborados planos táticos e operacionais de médio e curto prazos, conforme quadro ao lado, e que contribuem para a criação de consciência estratégica nos gestores e servidores.

Planos estratégicos



Principais planos táticos e operacionais

- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - EGTI 2023-2024
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI 2023-2024
- Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS 2019-2023
- Plano de Integridade do IBGE 2023-2024
- Plano de Contratações Anual - PCA 2023
- Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IBGE - PDP 2023
- Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT 2023

Avaliação de desempenho institucional

Por meio da avaliação de desempenho institucional é aferido o alcance das metas institucionais, alinhadas ao calendário de divulgações de informações estatísticas e levantamentos geoespaciais e às ações do PPA, de responsabilidade do IBGE, para cada período de avaliação (semestral).

Por meio do indicador de eficácia **Taxa de resultados alcançados** mensura-se o percentual de cumprimento das metas institucionais.

Nos dois semestres de 2023, o IBGE alcançou as metas estipuladas de divulgação e a taxa de resultados alcançados foi de **100%**.

Taxa de resultados alcançados



Fonte: IBGE, 2023.

Gestão de riscos

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2023

No IBGE, a cada [ciclo anual de gerenciamento de riscos](#), são priorizados os objetos para identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos. Para [os riscos estratégicos e à integridade](#), este trabalho é realizado pelo CGOV, a partir de prioridades definidas e critérios de criticidade, relevância e materialidade. Dependendo da temática, são convidados técnicos e especialistas para participarem das discussões e contribuírem com o processo.

O quadro a seguir apresenta os objetos priorizados, riscos identificados e respostas aos riscos para o Ciclo de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e à Integridade 2023.

Para a discussão sobre os riscos de assédio no trabalho foi organizado um grupo de trabalho, com 44 voluntários, entre servidores de 18 Superintendências Estaduais e da Administração Central. A discussão sobre o risco à imagem institucional, por sua vez, contou com um grupo composto de 16 servidores, mediante convite, de unidades organizacionais diversas.

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2023 - Riscos estratégicos e à integridade

Categoria de riscos	Objetos priorizados	Riscos identificados	Respostas
Estratégico	Gerir Comunicação Externa e Imagem Institucional	Ter a imagem institucional prejudicada	Mitigar 3 medidas planejadas
Integridade	Plano de Trabalho Institucional	Assédio no Trabalho – Assédio Moral e Assédio Sexual <ul style="list-style-type: none"> • Ocorrer Assédio Moral Organizacional • Ocorrer Assédio Moral Horizontal • Ocorrer Assédio Moral Horizontal • Ocorrer Assédio Moral Vertical Descendente • Ocorrer Assédio e Importunação Sexual 	Mitigar 19 medidas planejadas

Para cada risco identificado, estão documentadas as causas e consequências potenciais, os controles existentes, a probabilidade de ocorrência do conjunto de causas e a magnitude dos impactos. Na análise de riscos, é feita a aferição do nível de criticidade, de acordo com a [Matriz de Riscos do IBGE](#), conforme previsto na [Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE](#). A avaliação do risco leva em conta a suficiência e a qualidade dos controles existentes para manter os níveis de risco dentro dos limites aceitáveis e a necessidade de medidas

de tratamento adicionais que possam fortalecer os controles existentes e reduzir o nível de risco residual. As medidas de tratamento propostas, os prazos e os responsáveis pela implementação das ações são registrados no [Plano de Tratamento dos Riscos](#), parte do [Relatório de Avaliação de Riscos Estratégicos e à Integridade](#), produzido pelo CGOV e aprovado pelo Conselho Diretor, a cada ciclo anual. Trimestralmente, é feito o monitoramento da situação da implementação das medidas planejadas.



Gerenciamento de riscos no IBGE (2018-2023)



A gestão de **riscos operacionais** e a implementação dos controles e das medidas de tratamento são tarefas das Diretorias e Coordenações-Gerais, como 1ª linha de defesa. Anualmente, a gestão deve priorizar os objetos (processos da cadeia de valor institucional ou projetos estratégicos) e gerir os riscos, ou seja, identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos operacionais. Os objetos priorizados e o resultado da avaliação de riscos são apresentados pelas unidades, anualmente, ao CGOV.

O quadro ao lado apresenta, para o **Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2023**, os objetos priorizados para a avaliação de riscos operacionais, bem como os riscos identificados e respectivas respostas planejadas.

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2023 - segundo ciclo anual de gestão de riscos operacionais

Categoria de riscos	Objetos priorizados	Riscos identificados	Respostas
Operacionais	Projeto estratégico: Aprimoramento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD	Não haver disponibilidade de recursos para execução das pesquisas integradas ao SIPD	Mitigar 9 medidas
		Comprometer as etapas de trabalho para o desenvolvimento das pesquisas e aprimoramento do SIPD	
	Projeto estratégico: Pesquisa-ação em Ciência de Dados na Produção Geoespacial – Segundo Ciclo	Sair pessoas-chave do projeto	Monitorar
	Subprocesso: Promover capacitações e treinamentos, na realização do treinamento de supervisão e qualidade dos novos Supervisores de Coleta e Qualidade - SCQs do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE oriundos do Processo Seletivo Simplificado - PSS 2023	Não realizar do treinamento de supervisão e qualidade dos novos SCQs	Mitigar 3 medidas
	Subprocesso: Gerir governança de TIC	Encontrar resistência na implantação do processo de gestão de demandas de TIC pelo CTIC	Mitigar 1 medida
		Enfraquecer a atuação do CTIC	Mitigar 2 medidas
Não atender as demandas de TIC do IBGE		Mitigar 1 medida	

Participações em comitês externos de gestão de riscos

Em 2023, o IBGE foi convidado a participar do Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade - SRTCI do MPO. No âmbito do SRTCI, o IBGE foi convidado a contribuir com o [Programa Integridade Planejada do MPO, IPEA e IBGE](#) e com os documentos norteadores, como a Política, a Metodologia de Gestão de Riscos e o Plano de Integridade do MPO, com a inclusão de ações de promoção à democracia e à diversidade.

Capacitação em gestão de riscos

Foi realizada mais uma turma da oficina de capacitação na Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE. Participaram servidores das Superintendências Estaduais e, também, convidados do MPO, que atuam no suporte ao SRTCI. A oficina adota uma abordagem reflexiva e visa a aplicação prática dos conceitos em processos e projetos reais. Por meio das ações de capacitação, o IBGE vem fortalecendo a cultura da gestão de riscos e o papel dos gestores como primeira linha, além de preparar os participantes para atuarem como facilitadores e agentes de riscos em suas unidades. Desde 2020, já foram capacitados [134 gestores](#).

Sistema de integridade, transparência e acesso à informação

O [Decreto n. 9.203, de 22.11.2017](#), traz a integridade como um dos princípios e um dos mecanismos da governança pública.

O [Programa Integridade Planejada](#), lançado, em 2023, como uma proposta de atuação conjunta do MPO com as entidades vinculadas estabelece as diretrizes e apresenta os princípios e valores que norteiam a integridade destas instituições.

A partir desse referencial comum, o IBGE estruturou o seu novo [Plano de Integridade](#), contemplando, nesta terceira edição, o período 2023-2025, com vistas a promover a prevenção, detecção, punição e remediação de riscos à integridade, como fraudes e atos de corrupção, recebimento e/ou oferta de propina, desvio de verbas, abuso de poder e/ou influência, nepotismo, conflito de interesses, uso indevido e/ou vazamento de informação sigilosa, práticas antiéticas e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucionais. Essas medidas estão alinhadas à estratégia do IBGE e à manuten-

ção de uma cultura sustentável de integridade institucional, por meio da aplicação efetiva de políticas, diretrizes e códigos de ética e de conduta, bem como do tratamento adequado para mitigação de riscos à integridade.

Tendo em vista as diretrizes fornecidas pela CGU, por meio da [Portaria CGU n. 57, de 04.01.2019](#), bem como pelo [Decreto n. 11.529, de 16.05.2023](#), que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - SITAI e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, o IBGE adotou medidas para institucionalizar e fortalecer suas instâncias de integridade.

Funções de integridade no IBGE

As estruturas internas de apoio à governança que atuam como **funções de integridade** estão descritas no quadro ao lado. Tais instâncias compõem o **Grupo Técnico da Integridade - GTI**, criado para fortalecer os processos e funções de integridade e permitir uma adequada coordenação de suas atividades. Cabe mencionar, ainda, a participação da ENCE, por meio de sua Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento - CTA, que oferece apoio técnico na área de capacitação.



Gerência de Integridade

Tem como atribuições gerir o GTI e orquestrar, organizar, identificar fragilidades e integrar as instâncias de integridade do IBGE, para que sejam parte de um ecossistema, e exerçam suas atividades como unidade setorial do SITAI, responsável pela gestão da integridade no IBGE. Sua abordagem é preventiva, voltada, sobretudo, ao fomento e à disseminação do tema da integridade.

Ouvidoria

Acolhe, analisa e encaminha as manifestações recebidas às unidades competentes, aguarda as respostas e as publica na **Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR** para ciência do manifestante.

Corregedoria

Atua na prevenção e apuração de desvios de conduta por servidores efetivos ou contratados temporários. De acordo com o **Decreto n. 5.480, de 30.06.2005**, integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Comissão de Ética

Recebe e avalia denúncias relacionadas à possível prática de desvios éticos, atua como instância consultiva para dirimir dilemas éticos e promove o código de ética e ações educativas para orientar os servidores sobre os temas da ética e da integridade.

Auditoria Interna

Unidade auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, visa agregar valor aos processos de trabalho da organização, por meio da prestação de serviços de avaliação e de consultoria independentes, atuando como terceira linha na prevenção dos riscos.

Coordenação de Atendimento e Informação

Promove a transparência ativa e o acesso à informação, em conformidade com a **Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei n. 12.527, de 18.11.2011)**, por meio da Plataforma Fala.BR, e é responsável pela elaboração do **Plano de Dados Abertos do IBGE**, com vistas a nortear a implementação dos processos institucionais de manutenção, atualização e disseminação dos dados sob sua responsabilidade demandados pela sociedade e demais partes interessadas. É uma unidade do CDDI.

Coordenação de Recursos Humanos

Responsável pela orientação, identificação e pelo tratamento de casos de nepotismo e de questões que abordem conflitos de interesse. É uma unidade da Diretoria-Executiva.

Ações para a promoção da integridade

As ações, a seguir listadas, evidenciam o comprometimento institucional com a promoção da cultura da integridade.

- Alimentação do sistema e-Prevenção, do Plano Nacional de Prevenção a Corrupção - PNPC, liderado pelo TCU, com as ações já realizadas pelas instâncias de integridade;
- Gerenciamento do projeto estratégico 7.5 "Fortalecimento da Gestão da Integridade", melhorando o indicador do PNPC, referente à suscetibilidade à fraude e corrupção;
- Revisão/criação dos fluxos de trabalho das instâncias de integridade;
- Publicação da 3ª edição do [Plano de Integridade do IBGE 2023 - 2025](#) 
- Liderança do processo de avaliação dos riscos de assédio no trabalho, como temática priorizada para o ciclo de avaliação de riscos 2023, por meio de um grupo de trabalho composto por voluntários das Superintendências Estaduais e da Administração Central.
- Priorização, junto ao CGOV, dos riscos à integridade relacionados à corrupção e fraudes, como tema de avaliação e tratamento no ciclo de avaliação de riscos à integridade 2024;

- Elaboração de [Cartilha de Conduta Ética e Integridade no IBGE](#) , guia para os agentes públicos do Instituto sobre condutas e procedimentos de ética e integridade institucional;
- Manutenção do Canal da Integridade, na intranet, que dissemina conteúdos sobre ética e integridade no IBGE; e
- Elaboração e encaminhamento frequentes de matérias e mensagens visando fortalecer a cultura institucional da ética e da integridade.

Ciclo de Palestras 2023

Ao longo de 2023, com foco na promoção e fortalecimento da cultura da ética e da integridade, foram promovidas as seguintes palestras virtuais (webinários):

- CGU explica: o papel da Ouvidoria;
- LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados: proteção e privacidade de dados no IBGE;
- O papel da Auditoria Interna nas organizações;
- Assédios: causas, consequências e impactos;
- Setembro amarelo: integridade, ética e uma cultura de saúde mental nas organizações;
- Guia lilás na prática: orientações sobre assédio e discriminação;
- Roda de conversa "Integridade, ética e uma cultura de saúde mental no IBGE"; e

- Apresentação para a rede de coleta da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua sobre Integridade e Ética no IBGE.

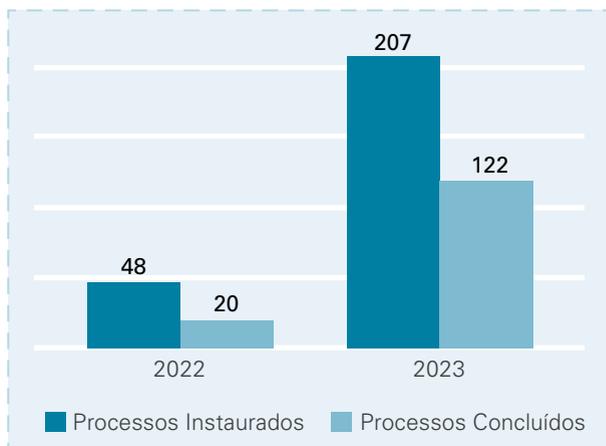
Também foram realizadas duas apresentações institucionais presenciais, em eventos realizados em Brasília:

- Painel "Controle Interno e Integridade", no 2º Encontro Nacional de Avaliação Técnica do Censo Demográfico 2022; e
- Painel "Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação - SITAI" no 1º Seminário do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - SisOuv - Conectando Vozes e Construindo Soluções.

Atividade correcional

Com a contratação de mais de 100 mil servidores temporários para o Censo Demográfico 2022, cuja coleta de dados se estendeu até 2023, houve aumento significativo da atividade correcional. Em 2023, foram instaurados [207 processos investigativos/acusatórios](#), número quase cinco vezes maior que no ano anterior, conforme gráfico a seguir.

Procedimentos instaurados e concluídos em 2022 e 2023



Fonte: CGU - Painel "Correição em Dados", 2023.

Os três assuntos mais recorrentes nos processos instaurados nos últimos 19 anos são: "erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos"; "desaparecimento ou perecimento de bens públicos"; e "irregularidades definidas em normativos ou regulamentos", conforme gráfico ao lado.

Em 54 processos, dos 207 instaurados em 2023, houve irregularidades relativas ao tema "desaparecimento ou perecimento de bens públicos", conforme se vê no gráfico à direita, o que decorre, muitas vezes, de furtos ou roubos sofridos pelos agentes públicos do IBGE durante as operações de coleta de dados, como o Censo Demográfico.

Assuntos mais recorrentes nos processos instaurados (2004-2023)



Fonte: CGU - Painel "Correição em Dados", 2023. Os assuntos com 10 registros ou menos foram agrupados na categoria "Outros".

Assuntos mais recorrentes nos processos instaurados em 2023



Fonte: CGU - Painel "Correição em Dados", 2023. Os assuntos com três registros ou menos foram agrupados na categoria "Outros".

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao erário

Pelo segundo ano consecutivo, não houve caso de Tomada de Contas Especial -TCE, e não ocorreram fatos que, após avaliação técnica, pudessem ser convertidos em processos de tal natureza.

Atividades de ouvidoria

Em 2023, ano da finalização do Censo Demográfico, foram recebidas, no Sistema Fala.BR, **2 143 manifestações de ouvidoria**, uma média mensal de, aproximadamente, 179 manifestações. Em comparação ao ano de 2022, quando a quantidade recebida foi de 3 736, houve uma **redução de 42,64%**.

Manifestações de ouvidoria ao IBGE por tipologia registradas em 2023

Reclamação	1 059 (54,8%)
Solicitação	499 (25,8%)
Denúncia	161 (8,3%)
Sugestão	34 (1,8%)
Elogio	17 (0,9%)
Simplifique	0 (0,0%)
Comunicação	163 (8,4%)
Total	2 143

Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2023.
Nota: Considera apenas as manifestações Respondidas e Em Tratamento.

Nota-se uma diminuição de manifestações recebidas com a proximidade do período de finalização do Censo Demográfico 2022, conforme gráfico abaixo.

O assunto “Recursos Humanos” foi o que registrou maior número de manifestações respondidas ou em tratamento.

Nos infográficos ao lado estão os resultados registrados em 2023 para dois indicadores: resolatividade (se a demanda foi resolvida) e satisfação (se o usuário está satisfeito com o atendimento prestado).

Número de manifestações ao longo dos meses de 2023

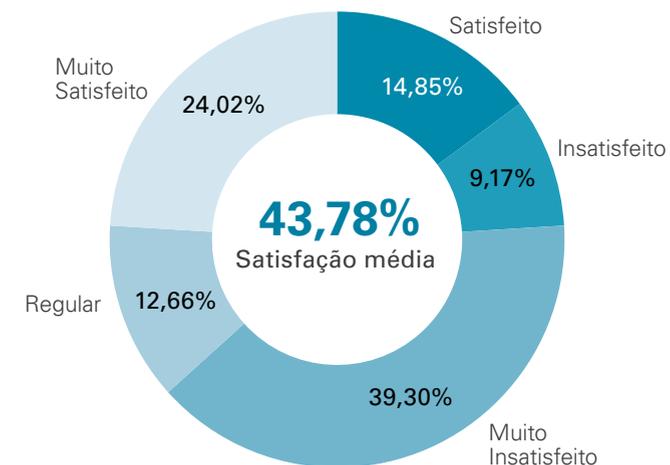


Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2023.

Resolutividade



Satisfação



Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2023.

No ano de 2023, o tempo médio de resposta da Ouvidoria do IBGE foi de **23,25 dias**, o que representa uma redução do tempo médio em relação ao ano anterior (29,80 dias). Cabe mencionar, por fim, que houve **50 atendimentos** realizados por telefone ou outros meios de contato.

Atividades relativas à ética profissional

Em 2023, o trabalho realizado teve foco preventivo e educativo, no intuito de evitar a ocorrência de desvios éticos e minimizar os seus impactos negativos. Os relatos sobre questões éticas foram recebidos por e-mail e pela Plataforma Fala.BR. Houve uma quantidade expressiva de demandas devido à complexidade da operação censitária. Para mitigar conflitos éticos, foi adotado um **procedimento educativo**, com envio de material escrito e realização de reunião de conscientização dos servidores envolvidos. Essa rotina foi alinhada com as demais instâncias de integridade e os relatos mais graves ou complexos foram encaminhados para apuração no âmbito correccional.

Acesso à informação

O número de manifestações de acesso à informação, recebidas pela Plataforma Fala.BR em 2023, **creceu 85% em relação a 2022**, o que não foi previsto, pois a coleta do Censo Demográfico 2022 se encerrou em maio de 2023. 98,71% das manifestações foram respondidas com um prazo médio de resposta de 12,02 dias.

Em relação à ampliação da transparência, o IBGE não classificou qualquer informação como sigilosa, além de atualizar a **seção de Perguntas Frequentes**, com base nos pedidos de acesso à informação e nos atendimentos realizados pelo **Serviço de Informações ao Cidadão - SIC**. Além disso, o Instituto realizou atualizações regulares no formulário de Transparência Ativa da Plataforma Fala.BR, para acompanhamento da CGU, alcançando **89,8% de cumprimento** das obrigações de transparência ativa.



Fonte: CGU - Painel "Lei de Acesso à Informação", 2023.

Status dos pedidos



Fonte: CGU - Painel "Lei de Acesso à Informação", 2023.

Cumprimento de itens de transparência ativa



Fonte: CGU - Painel "Lei de Acesso à Informação", 2023.

Nepotismo e conflito de interesses

No que se refere ao risco de situações de nepotismo, há um acompanhamento **apenas das nomeações para cargos e funções comissionados**, uma vez que as contratações de pessoal são feitas por processos seletivos públicos.

Em relação ao conflito de interesses, quando o servidor tem a intenção de realizar alguma atividade privada e tem dúvidas sobre a existência do conflito, sua consulta é encaminhada pelo **Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses - SECI**, administrado pela CGU, que também age como órgão recursal. As consultas são analisadas e pareceres são emitidos, sejam elas relativas a casos em concreto ou não.

Em 2023, **não houve situação de suspeita de nepotismo**. Quanto ao conflito de interesses, foram recebidas **cinco solicitações de autorização para o exercício de atividade privada**, todas respondidas no prazo e autorizadas.

Auditoria interna

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa da CGU, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e consubstanciadas no [Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT](#). A Auditoria Interna vem trabalhando para atuar de maneira inovadora para agregar efetivo valor ao Instituto. Assim, importante registrar que houve evoluções em ações mitigadoras da avaliação julgada insuficiente no indicador 3140 “Assegurar a Efetividade da Auditoria Interna” que compõe o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas do ano de 2021 - iGG 2021, e esforços serão realizados para continuidade das medidas de tratamento para o seu pleno alcance.

Além do planejamento, gestão e execução das atividades de auditoria interna, a unidade realiza outras atividades como: (i) atendimento e relacionamento com órgãos externos de controle; e (ii) desenvolvimento de soluções em inteligência analítica (*analytics*).

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados no exercício são apresentadas no [Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINI](#), encaminhado anualmente à CGU. O PAINT 2023 e o RAINI 2023 se

encontram disponíveis no submenu [Supervisão e Controle](#) e da seção Transparência e Prestação de Contas do portal do IBGE.

Destacam-se os seguintes trabalhos realizados:

- relativos ao Censo Demográfico 2022:
 - a) avaliações de auditoria em processos selecionados com base em riscos – “Gerir Privacidade de Dados” e “Gerir Segurança da Informação”;
 - b) demandas extraordinárias de auditorias de conformidade e de apuração de irregularidades;
 - c) monitoramento contínuo de eventos de risco em suprimento de fundos, por robô baseado em *analytics*; e
- efetiva gestão das ações da supervisão do controle externo, notadamente da CGU e do TCU, agindo como órgão de articulação interna com as diversas unidades do IBGE.

Além disso, foram indicados fatores de motivação para o estabelecimento de seu [Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna - PGMQ](#). Tais preceitos direcionaram o [PAINT 2024](#), com destaque para:

- priorização de objetos para realização das ações de auditoria após debates e discussões com os membros dos Conselhos Diretor e Curador do IBGE, em harmonia com o Manual de Orientações Técnicas da CGU;
- continuidade no uso de técnicas de mineração de dados (*analytics*);
- continuidade aos esforços de melhoria dos processos de acompanhamento das recomendações de trabalhos de auditoria e a contabilização de benefícios, e;
- continuidade do desenvolvimento do PGMQ, com atenção para a finalização e o reporte da autoavaliação do Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna Governamental - Modelo IA-CM, do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA, adotado como instrumento para avaliação interna das atividades, conforme a Deliberação da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI n. 1, publicada por meio da [Portaria CGU n. 777, de 18.02.2019](#).



Nossos recursos

Recursos humanos

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a **Lei n. 8.112, de 11.12.1990** , e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o IBGE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo governo federal e órgãos de controle, verificando, diariamente, as normas publicadas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC e emitindo orientações quanto aos regulamentos aplicáveis.

No ano de 2023, foram publicadas **sete novas instruções normativas**, visando atualizar e padronizar os procedimentos de gestão de pessoas das diferentes unidades de RH descentralizadas do IBGE.

Além disso, foram atendidas **747 demandas provenientes da Procuradoria Federal**, referentes à gratificação por desempenho, pensão por morte, licença prêmio, contratação temporária, indenização de campo etc.

Controles e auditorias

O Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE é submetido a auditorias internas,

a fim de verificar se as informações relacionadas à administração de pessoal encontram-se de acordo com os normativos vigentes. Além disso, há frequentes auditorias realizadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pela Controladoria Geral da União - CGU. Todas as diligências apontadas são analisadas para que as correções sejam providenciadas.

Podem ser apontados como mecanismos de controle adotados no IBGE: (i) relatórios do Sistema de Dados Administrativos - SDA; (ii) conferências efetuadas por servidores da área; (iii) análise amostral dos lançamentos; (iv) tratamentos de demandas via SDA; (v) planilhas de controle e conferência; e (vi) verificações e conferências de publicações no Diário Oficial da União - DOU.

eSocial

Mais de 90% dos contratados para o Censo tiveram seus dados de admissão e desligamento escriturados e o IBGE iniciou, em 2023, os testes para o lançamento de eventos periódicos e os de saúde e segurança do trabalhador relativos ao Censo.

Avaliação da força de trabalho

O IBGE contava com **10 343 trabalhadores**, em dezembro de 2023, entre servidores efetivos e temporários. E, incluídos os aposentados e pensionistas, sua folha de pagamento totalizava mais de 20 mil pessoas. A gestão de pessoas é atividade estratégica e representa mais de 80% de todo o orçamento do Instituto.

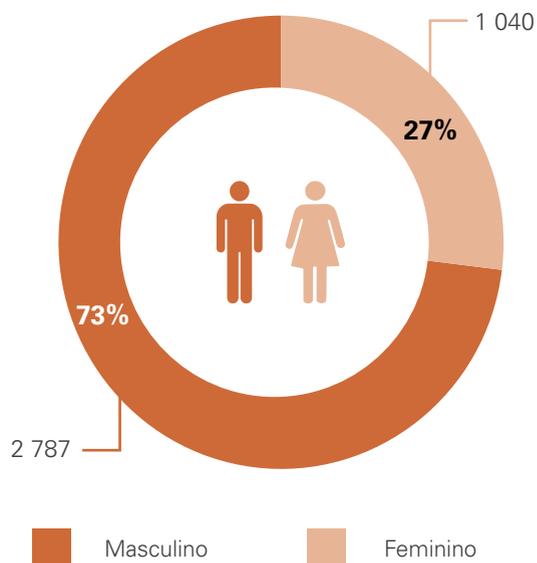
Número de servidores por situação funcional

Aposentado	7 512
Contrato Temporário	6 516
Ativo Permanente	3 827
Instituidor de Pensão	2 621
ETG - Contrato de Estágio	153
Cedido	62
Exerc. §7º Art. 93 8112	42
Nomeado cargo comissão	13
Exerc. descent carreira	9
Outros (1)	4

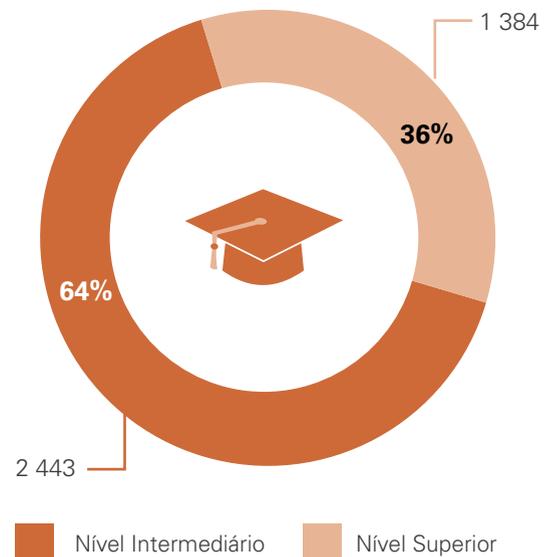
Fonte: SIAPE, dez/2023.

(1) Considera as seguintes situações funcionais: Celetista, Exercício provisório e Cedido/Requisitado.

Gênero dos servidores efetivos



Escolaridade dos servidores efetivos

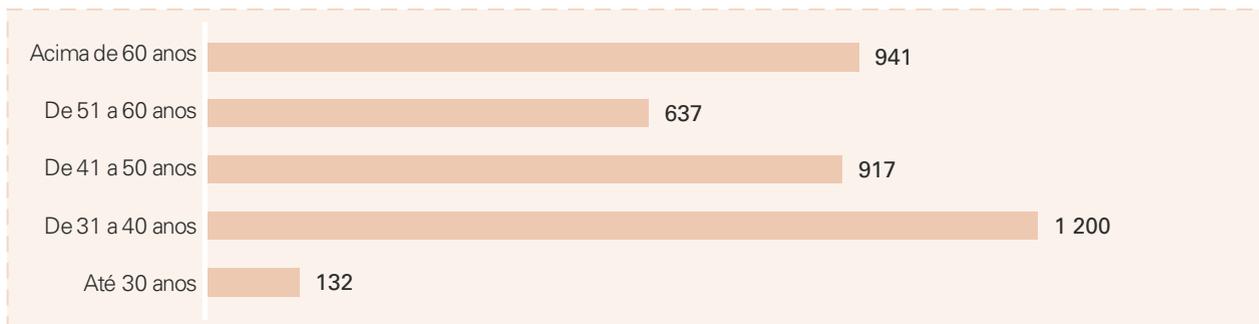


Distribuição dos servidores efetivos por etnia

Etnia	Nº
Branca	2 327
Parda	1 199
Preta	219
Amarela	77
Indígena	5
Total Geral	3 827

126
servidores com
deficiência

Faixa etária dos servidores

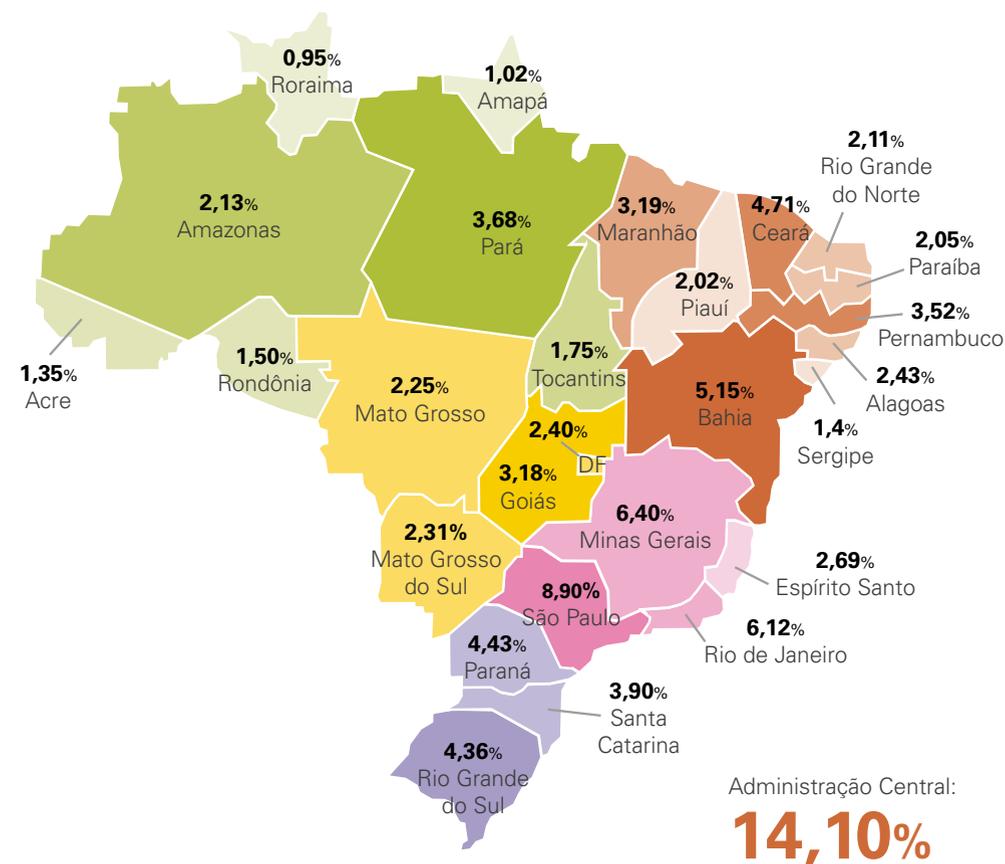


25%
dos servidores recebem
abono permanência e
podem se aposentar a
qualquer momento

Fonte: SIAPE, dez/2023.

Quadro de servidores efetivos e contratados por Unidade da Federação

UF	Efetivos	Contratados Temporários	Contratados Temporários Censo	Total Geral	%
Administração Central	1 152	159	147	1 458	14,10
Acre	28	104	8	140	1,35
Alagoas	53	190	8	251	2,43
Amazonas	44	161	15	220	2,13
Amapá	25	74	7	106	1,02
Bahia	207	308	18	533	5,15
Ceará	142	335	10	487	4,71
Distrito Federal	83	162	3	248	2,40
Espírito Santo	64	212	2	278	2,69
Goiás	100	215	14	329	3,18
Maranhão	83	239	8	330	3,19
Minas Gerais	270	379	13	662	6,40
Mato Grosso do Sul	64	164	11	239	2,31
Mato Grosso	55	167	11	233	2,25
Pará	103	261	17	381	3,68
Paraíba	72	133	7	212	2,05
Pernambuco	122	235	7	364	3,52
Piauí	57	137	15	209	2,02
Paraná	159	291	8	458	4,43
Rio de Janeiro	168	443	22	633	6,12
Rio Grande do Norte	61	147	10	218	2,11
Rondônia	28	121	6	155	1,50
Roraima	12	75	11	98	0,95
Rio Grande do Sul	154	281	16	451	4,36
Santa Catarina	121	270	12	403	3,90
Sergipe	44	97	4	145	1,40
São Paulo	324	588	9	921	8,90
Tocantins	32	136	13	181	1,75
Total Geral	3 827	6 084	432	10 343	100,00



Fonte: SIAPE e Sistema de Administração de Pessoal Censitário - SAPC.
Acesso em: dez/2023.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O [Plano Estratégico do IBGE 2022-2025](#) contém o Objetivo Estratégico 15 “Adequar a força de trabalho quantitativamente e qualitativamente”. Para atender a esse objetivo, os projetos incluem: (i) a realização de concursos públicos para preencher vagas do quadro permanente de pessoal do IBGE e de processos seletivos para contratar pessoal por tempo determinado e estagiários; (ii) a revisão do dimensionamento de pessoal; e (iii) a definição dos perfis profissionais com as competências requeridas. O processo de recrutamento e seleção também envolve a seleção interna para Superintendente Estadual do IBGE e para Coordenador das Diretorias e Coordenações-Gerais, e as atividades necessárias às remoções de servidores, dentre outras.

Processos seletivos realizados em 2023

Edital	Função	Vagas
2023/03	Agentes de Pesquisas e Mapeamento	6 742
2023/04	Supervisor de Coleta e Qualidade	806
2023/05	Agente Censitário de Pesquisas e Mapeamento	148
2023/06	Agente de Pesquisas por Telefone	276
2023/07	Supervisor de Pesquisas por Telefone	49
2023/08	Codificador Censitário	180

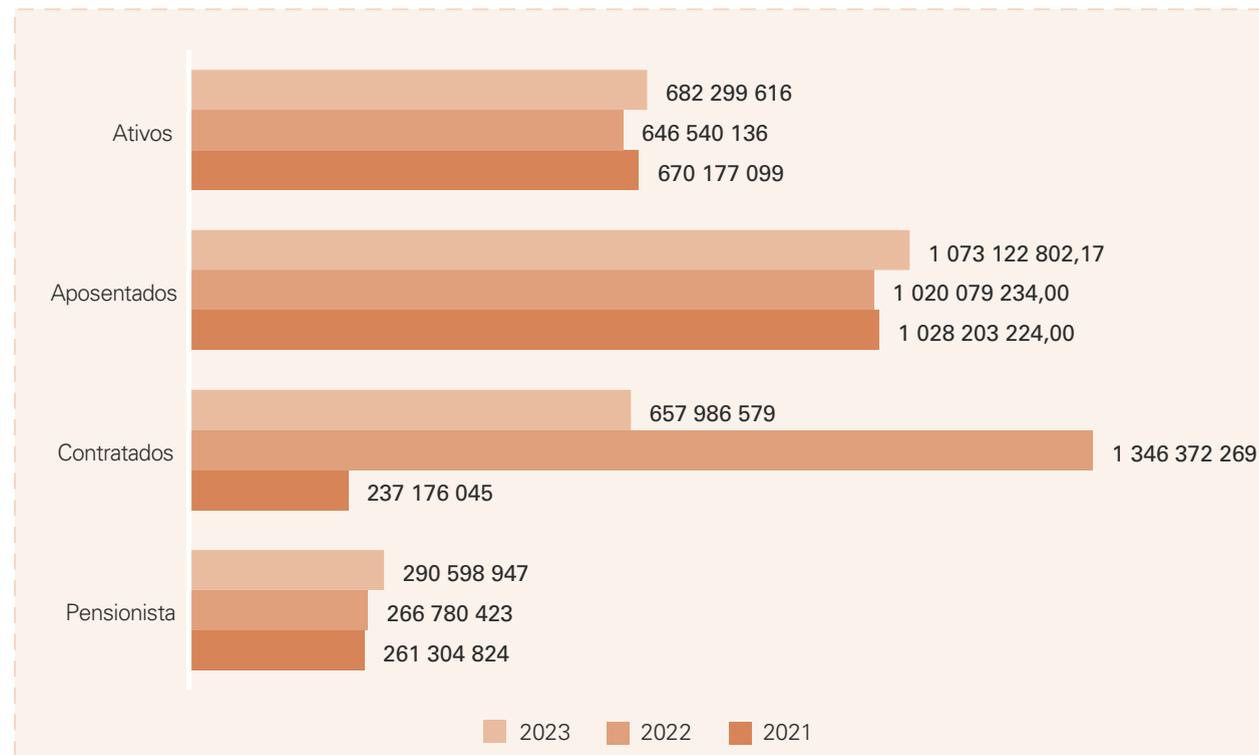
Destaca-se a publicação da [Portaria MGI n. 3.329, de 18.07.2023](#), que autorizou a realização de concurso público para o provimento de **895 cargos** no quadro de pessoal do IBGE. E, em setembro de 2023, o IBGE comunicou,

oficialmente, à Secretaria de Gestão de Pessoas do MGI sua adesão ao Concurso Público Nacional Unificado.

Para acessar os editais relativos à contratação de pessoal no IBGE, [clique aqui](#).

Detalhamento da despesa de pessoal

(R\$)



Fonte: SIAPE e SAPC.

Nota: O decréscimo na despesa com contratados, em 2023, se deve ao término do Censo Demográfico 2022.

Estratégia de valorização por desempenho

Houve um reajuste linear de 9%, a contar de 1º de maio de 2023, aplicado aos cinco cargos efetivos do IBGE, em decorrência do **Art. 73 da Lei n. 14.673, de 14.09.2023**. Ademais, em 2023, foram deferidas **1 625 progressões funcionais, 36 novas concessões de Retribuições por Titulação - RTs e quatro concessões de Gratificações de Qualificação - GQs.**

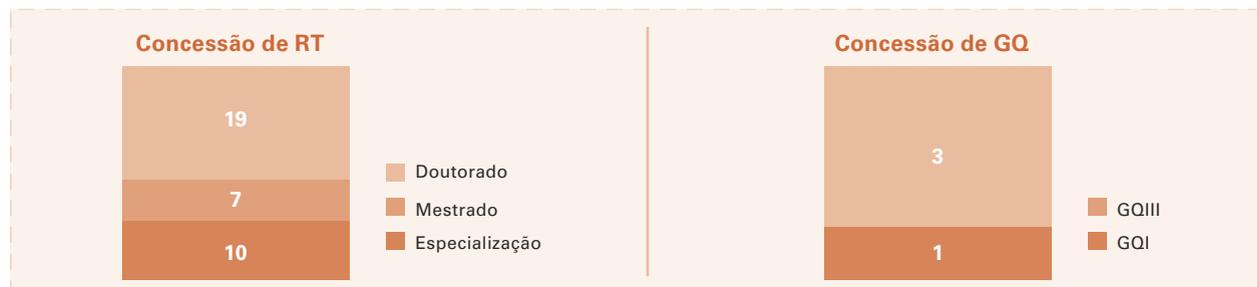
O desempenho dos servidores é aferido, semestralmente, por meio de processo de avaliação que considera as metas de desempenho institucional e individual, sendo utilizado como parâmetro para o pagamento da GDIBGE, bem como para a homologação do estágio probatório e para a concessão das progressões funcionais. A média das notas de avaliação de desempenho individual, do ano de 2023, foi **98,32**. O processo de avaliação de desempenho está configurado na **Lei n. 11.355, de 19.10.2006**, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, sendo regulamentado, internamente, pela Resolução do Conselho Diretor - R.CD n. 11, de 08.02.2022.

Composição remuneratória aplicada aos servidores do IBGE

Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (1) (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Cargos de Nível Superior						
Pesquisador	Mestrado	5 929,67	3 443,20	1 081,07	10 453,80	40h
	Doutorado			2 473,80	11 846,66	
Analista e Tecnologista	Sem Titulação	5 225,40	3 197,60	-	8 453,00	40h
	Especialização			474,43	8 927,44	
	Mestrado			948,86	9 401,86	
	Doutorado			2 094,18	10 547,19	
Cargos de Nível Intermediário						
Técnico	Sem GQ	2 676,24	1 065,60	-	3 741,84	40h
	GQ I			514,81	4 256,65	
	GQ II			978,13	4 719,98	
	GQ III			1 858,45	5 600,29	

Fonte: Anexos XV, XV-A, XV-B e XV-C da **Lei n. 11.355, de 19.10.2006**.

(1) Trata-se da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE.



Fonte: SIAPE, dez/2023.

Saúde e segurança no trabalho

Em 2023, foram realizadas **mais de mil avaliações periciais**, seja por perícia médica singular, junta médica ou equipe multidisciplinar, conforme normativos vigentes. Também, o **serviço de apoio psicossocial** se consolidou como instrumento de promoção da saúde e está disponível para todos os servidores efetivos e contratados temporários em atividade no IBGE, tendo sido realizados **mais de 300 atendimentos individuais** de orientação e/ou prestação de suporte psicológico ou psicossocial. Além dos atendimentos individuais, o serviço foi prestado a chefias imediatas, com orientações e encaminhamentos de situações específicas a outros setores, quando necessário.

Além disso, destacam-se as seguintes iniciativas:

- **Exame médico periódico:** após o término da operação censitária, foram concluídos o planejamento e a elaboração dos documentos para a celebração de convênio com a GEAP Auto-gestão em Saúde, para fins da **execução do exame médico periódico em todo o território nacional**. Com isso, espera-se aumentar a adesão e a participação dos servidores nessa ação de prevenção e de proteção à saúde;
- **Avaliação biopsicossocial de servidores com deficiência para fins de aposentadoria:** a partir da troca de experiências por meio de

visita técnica ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e de reuniões virtuais com outros órgãos da Administração Pública Federal, foram elaborados o fluxo e os instrumentos necessários à operacionalização da avaliação biopsicossocial, necessária à aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro - IFBr para fins de aposentadoria da pessoa com deficiência; e

- **Registros de afastamentos por motivo de saúde nos sistemas corporativos:** foram providos os ajustes em tais registros, especialmente do pessoal contratado temporariamente para a operação censitária (gerenciado pelo SAPC), visando a retroalimentação dos sistemas tributários e previdenciários.

Programa de Gestão e Desempenho - PGD

A **consolidação do PGD** é um dos projetos estratégicos contemplados no Plano Estratégico do IBGE 2022-2025, que se desdobra do Objetivo Estratégico 8 “Fortalecer a governança de pessoas” e envolve, especialmente, a atualização das normas internas do Programa para aderência às **Instruções Normativas Conjuntas SEGES-SGPRT/MGI n. 24, de 28.07.2023** [↗](#) e **n. 52, de 21.12.2023** [↗](#). Em 2024, o IBGE reformulará os procedimentos gerais e específicos do Programa para adotar as diretrizes dos novos normativos e adaptar outros aspectos internos. Também, em 2024, será reformulado

o sistema de informação para acompanhamento e controle do PGD, conforme estrutura tecnológica que ainda será apresentada pelo MGI.

Em 2023, foram realizadas ações consultivas para suportar as futuras mudanças do PGD, como: (i) o **planejamento de uma pesquisa quantitativa sobre o Programa** com todo o quadro funcional - cuja aplicação está prevista para ocorrer no 1º semestre de 2024; (ii) a realização de **três grupos focais com os Superintendentes Estaduais do IBGE** para discutir suas percepções e experiências locais de gestão; e (iii) a **realização dos Diálogos Horizontais**, no âmbito do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos, que contou com a participação aberta de servidores para opinarem sobre diversas temáticas, dentre elas, o PGD.

Ao final de 2023, o quantitativo de participantes do PGD era de **40% dos elegíveis** (agentes públicos que podem participar do Programa).

Participação no PGD por modalidade



Fonte: SDA, dez/2023.

Melhorias na comunicação interna

Na [Política de Gestão de Pessoas do IBGE](#), o tema da comunicação interna possui destaque, com duas diretrizes. Em 2023, foram implementadas práticas e ferramentas visando melhorar a comunicação: (i) entre as equipes de RH da Administração Central e das Superintendências Estaduais; e (ii) entre as equipes de RH com os servidores e contratados temporários. Como exemplo, foram criados os grupos de avisos no WhatsApp que, em dezembro de 2023, já contavam com **mais de 6 mil membros** entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Em 2023, também foi disponibilizado o WhatsApp corporativo, servindo como mais um canal à disposição dos servidores e contratados, para tratar de assuntos relacionados à área de saúde, bem como para viabilizar as avaliações médicas periciais à distância, quando aplicáveis, e possibilitar o contato direto com os usuários do serviço de apoio psicossocial.

Principais desafios e ações futuras

- Ofertar o **exame médico periódico** para todos os servidores efetivos em todas as unidades organizacionais do IBGE;
- Criar estrutura e estabelecer **protocolo de acolhimento às vítimas de assédio** e/ou constrangimento por denúncia infundada;
- Participar da discussão sobre a **política de diversidade institucional** e/ou programa cujo objetivo seja proporcionar o bem-estar e apoio aos trabalhadores, para ajudá-los a lidar com o estresse e a ansiedade causados pelo trabalho e/ou condutas indesejadas de gestores.;
- Estabelecer parcerias para **campanhas de vacinação**;
- Fomentar e estimular a **doação voluntária de sangue**;
- **Lançar no eSocial**, para os contratados do Censo Demográfico, remunerações e eventos de saúde e segurança do trabalho;
- Dar continuidade à atualização do **Assentamento Funcional Digital - AFD**, de digitalização e guarda eletrônica dos documentos das pastas funcionais de todos os servidores e temporários do IBGE, conforme exigência normativa; e
- **Corrigir e atualizar os atos de pessoal no e-Pessoal**, sistema gerido pelo TCU.

Capacitação

Levantamento de necessidade de treinamento

Em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, o IBGE elaborou seu [Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2023](#), contemplando **186 necessidades de capacitação**. Dessas, 36 necessidades foram atendidas ao longo do ano, com **1 734 capacitações**. São apresentadas, na tabela a seguir, algumas das capacitações relacionadas à gestão de pessoas no ano de 2023. Também, o Grupo de Trabalho do Treinamento do Censo Demográfico 2022 seguiu atuando até a conclusão da fase de coleta, desenvolvendo o material didático do curso de Gestão de Equipes para o 2º Encontro Nacional de Avaliação Técnica do Censo Demográfico 2022 (realizado em agosto de 2023) e ministrando as capacitações em sua área de atuação.

Ações de capacitação em 2023

Como ação de capacitação com foco no teletrabalho e no PGD, destaca-se o **desenvolvimento do curso "Gestão por Entregas no IBGE"**. A elaboração do curso, cujo objetivo é capacitar gestores para a gestão focada em resultados, contou com conteudistas de várias Unidades do

IBGE. A oferta da 1ª turma aconteceu em novembro de 2023 e foram capacitados **48 gestores**.

Também foi realizada uma turma exclusiva do curso “A Prática Sistêmica do Gerente de Alto Desempenho”, oferecida pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, resultando em **29 gestores capacitados**.

Ainda, como parte do Plano Estratégico do IBGE 2022-2025, foi desenvolvido o **Programa de Desenvolvimento de Lideranças com foco na Sucessão**, devido ao grande número de gestores já aptos a se aposentarem. **Foram capacitados 57 servidores**, entre sucessores e sucedidos, de diversas áreas da instituição.

Ações de capacitação	Concluintes
Gestão por Entregas no IBGE	48
A prática sistêmica do gerente de alto desempenho (ENAP)	29
Programa de Desenvolvimento de Lideranças - foco em Sucessão	57
Programa de Desenvolvimento de Lideranças das Agências - EAD	40
Participação em Comissões de Heteroidentificação (ENAP)	5
Comissões de Heteroidentificação	15
Outras ações contínuas de desenvolvimento (1)	1 676

(1) Como o Programa de Preparação para a Aposentadoria, Programa de Cidadania Financeira, disponibilização de materiais e webinários relacionados à gestão de pessoas.

O papel da ENCE na capacitação dos servidores

No ano de 2023, as ações de treinamento e capacitação de servidores realizadas pelo IBGE, por meio de sua Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, atingiram o resultado de **24 754 concluintes**, ultrapassando a meta física anual estabelecida de 18 500 servidores capacitados. A maior parte das ações de capacitação foi ofertada na modalidade a distância, permitindo a participação dos servidores de todo o Território Nacional.

A tabela a seguir apresenta as quatro categorias de capacitação realizadas em 2023 e o respectivo número de concluintes.

Categorias de capacitação referentes a 2023

Categorias de capacitação	Concluintes
Ações de capacitação para o Censo Demográfico	1 578
Outros treinamentos de pesquisa	19 935
Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP	3 228
Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral	13
Total	24 754

Fontes: Escola Virtual IBGE e Comitê de Capacitação e Treinamento - CCT.

A seguir, tem-se um detalhamento sobre as ações e concluintes em cada categoria.

Em relação ao **Censo Demográfico**, foram cinco ações de capacitação realizadas por meio da Escola Virtual IBGE, conforme dados apresentados na tabela a seguir.

Ações de capacitação para o Censo Demográfico

Ações de capacitação	Concluintes
Oficina Didática para Multiplicadores de Treinamento do Censo 2022	192
Treinamento Administrativo em Recursos Humanos	5
Treinamento Administrativo em Recursos Materiais	3
Treinamento da Pesquisa de Pós-Enumeração - PPE e Reconciliação	1 375
Treinamento em Informática	3
Total	1 578

Fonte: Escola Virtual IBGE.



A categoria **Outros treinamentos de pesquisa** inclui o treinamento da rede de coleta das demais pesquisas do IBGE, tais como a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS e as Pesquisas Econômicas Conjunturais, treinamento aperfeiçoado após a participação dos supervisores de pesquisa na turma piloto. A tabela a seguir apresenta o número de concluintes das ações de capacitações destacadas.

Ações de capacitação - Outros treinamentos de pesquisa

Ações de capacitação	Concluintes
Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	1 760
Treinamento das Pesquisas Econômicas Conjunturais	72

Fonte: Escola Virtual IBGE.

A categoria **Plano de desenvolvimento de pessoas - PDP** contém as capacitações ofertadas para atender às necessidades de desenvolvimento dos servidores do IBGE. Dentre estas ações, cabe destacar duas delas: (i) o curso Gestão por Entregas no IBGE, já mencionado anteriormente; e (ii) o Programa de Desenvolvimento de Lideranças nas Agências - PDLAg, voltado para as lideranças das Agências do IBGE, em todo o País.

Em **Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral**, estão 11 servidores com afastamento para doutorado e dois para estágio pós-doutoral.

Principais desafios e ações futuras

No final de 2023, o IBGE elaborou e lançou o **Programa Censo Demográfico para a Gestão Pública**, que será realizado, em 2024, em parceria com a Universidade Federal de Goiás - UFG e contará com quatro cursos autotreinacionais e uma oficina de formação de multiplicadores. O IBGE participou da **sexta edição da Caravana Federativa**, realizada em Fortaleza (CE), quando o Programa foi apresentado para prefeitos, secretários e gestores municipais.

Outras atividades de destaque, para 2024, serão: (i) a participação na elaboração do Programa de Integração de Novos Servidores - PINS; e (ii) a implementação de novas ações de capacitação relacionadas ao PDP.

Para o recebimento de demandas internas – das diversas unidades do IBGE – será adotada uma nova forma de planejamento, a fim de melhor definir as prioridades e os cronogramas de atendimento, a partir da identificação das demandas comuns. Em relação às

demandas externas, uma reestruturação foi feita para acompanhamento, gestão e elaboração de cursos, capacitações, treinamentos e *workshops* voltados para o público externo ao IBGE.



Relacionamento e comunicação

Disseminação e comunicação

O relacionamento com a sociedade pode ser entendido como a conexão, articulação, difusão e oferta de informações estatísticas e geocientíficas para o imenso e diversificado público que necessita e opera com as mais variadas informações produzidas, disseminadas e divulgadas pelo IBGE.

Canais do IBGE com a sociedade

Nesse sentido, para manter e assegurar esse relacionamento, o IBGE possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade:



Portal do IBGE www.ibge.gov.br

Onde são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para *download* e bancos de dados para consultas.



Redes sociais proprietárias

[instagram.com/ibgeoficial](https://www.instagram.com/ibgeoficial)
twitter.com/ibgecomunica
[tiktok.com/@ibgeoficial](https://www.tiktok.com/@ibgeoficial)
[youtube.com/ibgeoficial](https://www.youtube.com/ibgeoficial)



Atendimento presencial

Realizado por meio das Seções de Disseminação de Informações nas capitais. Para ter acesso aos endereços, [clique aqui](#).



Atendimento telefônico
0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de *call center*.



Atendimento por formulário eletrônico

Formulário disponível na seção Canais de Atendimento do portal do IBGE.



Atendimento ao informante
respondendo.ibge.gov.br

O canal **Respondendo ao IBGE** é destinado aos informantes, para tirar dúvidas e verificar a identidade do entrevistador.



Atendimento à imprensa
comunica@ibge.gov.br

Para subsidiar o trabalho da imprensa, esse canal é utilizado para realizar atendimentos a jornalistas, enviar avisos de pautas, convocar entrevistas coletivas e individuais, distribuir *releases* e notícias, e coordenar divulgações sob embargo com as 27 Superintendências Estaduais.



Fala.BR <https://falabr.cgu.gov.br>

Canal integrado para encaminhamento de manifestações (acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público.



Biblioteca
biblioteca.ibge.gov.br

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca, onde é possível, também, realizar o *download*.



Loja Virtual
loja.ibge.gov.br

Comercialização de produtos do IBGE e, também, *download* das publicações.



Agência IBGE Notícias
agenciadenoticias.ibge.gov.br

Oferece conteúdo jornalístico multimídia a partir dos dados produzidos pelo IBGE, a fim de ampliar e facilitar o acesso da sociedade à informação.



Minuto IBGE agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html

Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o País.

Quantitativo de atendimentos

Loja Virtual
3 372
unidades vendidas

Telefone
76 407
atendimentos

Formulário eletrônico
19 236

Biblioteca
568
atendimento presencial por agendamento

Fala.BR
1 708
atendimentos

Mídias sociais

A presença do IBGE nas principais plataformas e aplicativos teve início em 2010 e vem crescendo desde então.

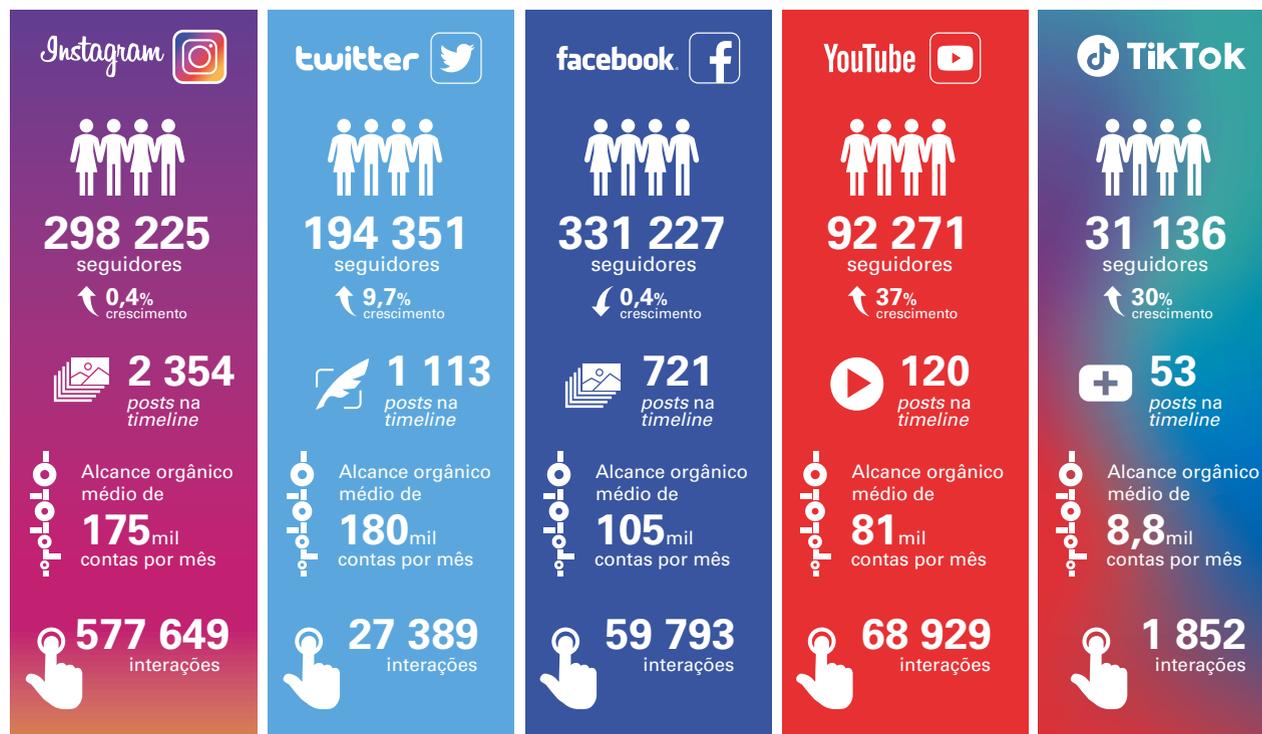
Em ano de resultados do Censo Demográfico 2022, foi dada ênfase às ações de divulgação por esses canais. Tais canais também foram utilizados para a comunicação com o público interno, em especial, com os contratados temporários. O atendimento ao público em geral teve continuidade em 2023, com respostas aos ques-

tionamentos a respeito de pesquisas, índices e assuntos correlatos (envolvendo as unidades competentes do IBGE, sempre que necessário).

As mídias sociais são também ferramentas para divulgar pesquisas, índices e produtos do IBGE, bem como publicações e projetos. As postagens seguem o **calendário oficial de divulgações**, sendo complementadas em oportunidades ligadas a datas comemorativas e aniversários de capitais.

As postagens colaborativas, *reposts* e compartilhamentos foram mantidos com o tom de sensibilização para a coleta do Censo, até o seu encerramento. A abordagem mudou em julho, quando foi iniciada a divulgação dos resultados das pesquisas regulares.

A seguir, apresenta-se um infográfico com a **evolução dos números do desempenho do IBGE nas redes sociais** no ano de 2023 e a comparação em relação à performance de 2022.



Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Em 2023, foram realizadas quatro palestras abertas a todos os trabalhadores do IBGE e três treinamentos específicos. Ainda, destacam-se as seguintes atividades realizadas: (i) a elaboração do **Inventário de Bases de Dados Pessoais**; (ii) a Política de *Cookies*, atualização da **Política Privacidade e Termo de Uso**; (iii) a confecção do **1º Relatório de Impacto de Proteção de Dados**, além de reuniões sobre o plano de treinamento/conscientização sobre a LGPD no IBGE.

Satisfação dos Usuários

A **Pesquisa de Satisfação dos Usuários** aconteceu no período de 3 de julho a 3 de agosto de 2023 e teve por base um questionário desenhado para obter um conhecimento mais detalhado e orientado acerca dos canais, sites e ferramentas mais utilizados pelos usuários. A pesquisa objetiva, também, o conhecimento das necessidades e nível de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pelo IBGE, além de procurar traçar um perfil dos respondentes.

Fonte: Pesquisa de Satisfação dos Usuários, 2023.

O que você procura no portal?



- 17,7%** Informações gerais sobre Cidade, Estado ou País
- 15,2%** Mapas
- 13,7%** Outras informações geocientíficas
- 13,6%** Informações da população
- 12,4%** Informações econômicas
- 11,5%** Oportunidades de trabalho / concursos
- 11,5%** Outras informações estatísticas
- 4,3%** Outros

Você encontrou o que procurava?

80,1% **19,9%**

Grupos de usuários



- 32,8%** Profissionais de empresas privadas / profissionais liberais
- 24,9%** Pesquisadores / acadêmicos / professores
- 17,9%** Servidores públicos
- 17,7%** Estudantes
- 6,7%** Outros

A nota média de satisfação dos usuários com o IBGE foi **8,35** numa escala de 1 a 10.

Canais de atendimento	Nível de satisfação				
	Muito insatisfeito	Pouco insatisfeito	Neutro	Pouco satisfeito	Muito satisfeito
• 0800	6,5%	7,2%	12,7%	23,5%	50,2%
• Formulário eletrônico (Fale Conosco)	8,6%	4,5%	13,6%	24,3%	49,0%
• Redes sociais	3,2%	3,6%	17,6%	24,4%	51,2%
• Outra forma de contato	5,8%	4,2%	16,8%	14,5%	58,7%

Inserção internacional

O IBGE contribui com outros países na produção estatística e geocientífica e interage com sistemas avançados de produção de informações dessa natureza, obtendo destaque no cenário internacional, mantendo diálogo com instituições afins e ocupando posições de relevo em organismos internacionais.

Além das atividades alinhadas à **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** , destaca-se a participação no processo de **acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**, que resultou no acordo de cooperação para adequação às boas práticas estatísticas.

Atividades de cooperação e posições ocupadas em organismos internacionais

Em 2023, foram realizadas atividades de cooperação, com destaque para:

- Visita de estudos dos Institutos Nacionais de Estatística - INEs dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOPS sobre pesquisas domiciliares e estatísticas do mercado de trabalho;
- Cooperação sobre o Censo Demográfico com os INEs do Equador, Paraguai e Uruguai; e

- *Hub* Regional das Nações Unidas para *Big Data* no Brasil, resultado de um memorando de entendimento entre a Divisão de Estatística do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD) e o IBGE, assinado em 2021, que contribui para o uso de *Big Data* na melhoria da produção estatística oficial, compartilhando o conhecimento e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras na América Latina e Caribe.

No que diz respeito às posições de destaque ocupadas em organismos internacionais, cabe destacar:

- Copresidência do Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre a Integração de Informação Estatística e Geoespacial (United Nations Expert Group on the Integration of Statistical and Geospatial Information - EG-ISGI), no período de 2022-2024;
- Vice-presidência da Divisão dos Países de Língua Portuguesa - DPLP no Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (United Nations Group of Experts on Geographical Names - UNGEGN);
- Copresidência do Grupo de Experts Interagências para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Inter-agency and Expert Group for SDGs) das Nações Unidas;
- Vice-presidência do Comitê de Peritos das Nações Unidas sobre Gestão de Informações Geoespaciais Globais (Committee of Experts on

Global Geospatial Information Management-UNGGIM Américas); e

- Criação e coordenação compartilhada, com o Instituto Nacional de Estadística y Censos - INEC do Equador, do grupo de trabalho sobre estatísticas agropecuárias, na Comissão Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEA/CEPAL.

Participações em eventos internacionais

A presença em eventos internacionais reforça o papel e a capacidade de inserção e de diálogo institucional, tais como:

- 54ª Reunião da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas e seus eventos paralelos, realizada em Nova Iorque;
- III Sessão do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, realizada em Nova Iorque;
- 4º Fórum Mundial de Dados das Nações Unidas, em Hangzhou;
- XXIV e XXV Encontros da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul, realizados de forma remota e no Rio de Janeiro, respectivamente;
- 64º Congresso Mundial de Estatísticas do Instituto Internacional de Estatísticas, realizado em Ottawa;





- XXII Reunião da Conferência Estatística das Américas da CEPAL, realizada em Santiago;
- XXI Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, realizada em Genebra;
- 10ª Sessão do Comitê Regional das Nações Unidas sobre Gestão de Informações Geoespaciais Globais para as Américas, realizada em Santiago;
- 29ª Reunião do Grupo de Londres em Contas Ambientais, em Pretória;
- Simpósio O Cinturão e a Rota – O Caminho da Prosperidade, em Beijing;
- 15ª Reunião dos Chefes dos Escritórios Nacionais de Estatística do BRICS, em Joanesburgo;
- XIV Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Dados Espaciais, realizada em Évora;
- Cerimônia de divulgação do Censo Demográfico 2022, com a presença de representantes de diversas instituições e países;
- Presença na divulgação dos censos de população e habitação do Equador, Paraguai e Uruguai; e
- Organização de reunião do projeto Cooperação Trilateral de Dados Demográficos – Reino Unido-Brasil-África, com representantes de diversos países.

Relações institucionais

Reconhecido pelo Objetivo Estratégico 13 no **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025**, o fortalecimento e a implementação das relações institucionais contribuem para o cumprimento da missão institucional, por meio de colaboração técnica e apoio logístico para as suas operações.

Projeto ODS

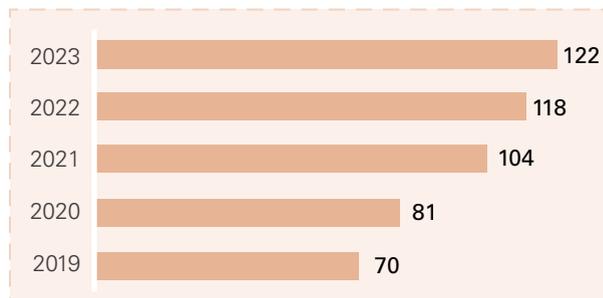
O IBGE, como coordenador, no Brasil, da produção dos indicadores oficiais para o monitoramento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS** da Agenda 2030, contou com a colaboração ativa de diversos Ministérios e Agências vinculadas. Cabe mencionar, como exemplos: (i) o Ministério da Saúde - MS,

(ii) o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; (iii) o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA; (iv) o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR; (v) o Ministério das Cidades - MCID; (vi) a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA; (vii) o Banco Central do Brasil - BCB; (viii) a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; (ix) o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; e (x) a Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Na **Plataforma ODS Brasil**  são produzidos e divulgados indicadores globais construídos com dados nacionais. A Plataforma é divulgada como um **exemplo de boa prática no portal da ONU** .

Em 2023, o IBGE criou o Comitê de Produção dos Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CODS, instância interna de governança, e formalizou o Grupo de Trabalho dos ODS, através da R.CD n. 6, de 06.04.2023. Ao final do ano, **122 indicadores já haviam sido produzidos** e, no gráfico a seguir, é possível verificar a evolução da produção de tais indicadores.



Evolução da produção dos indicadores dos ODS no Brasil



Fonte: IBGE, 2023

E, com a retomada pelo governo federal da **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, instituída pelo **Decreto n. 11.704, de 14.09.2023** [↗](#), o IBGE passou a ser órgão de assessoramento técnico, assim como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

Além disso, continua sendo o ponto focal no Brasil para os Indicadores ODS perante as agências internacionais de custódia da ONU, atendendo às demandas de seus diferentes órgãos e prestando assistência técnica aos INEs de Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e Timor-Leste, em conjunto com os INEs de Portugal e de Cabo Verde, no âmbito do Projeto de Indicadores dos ODS do Programa Estatístico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

Parcerias para o Censo Demográfico 2022

Em 2023, diversas iniciativas foram desenvolvidas nos Municípios, Estados e União, para apoiar o IBGE no preparo, divulgação e execução da operação censitária em todo o País. Dentre as parcerias firmadas, destacam-se as desenvolvidas com a **Confederação Nacional dos Municípios - CNM** e com a **Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos - FNP**, ambas vigentes.

Junto às empresas administradoras de condomínios, o IBGE firmou parcerias para sensibilização dos síndicos, permitindo o agendamento e a programação da visita dos recenseadores aos domicílios.

A base de dados de parcerias do IBGE conta com **351 entidades cadastradas**. Especificamente para este Censo, existem **71 parcerias nacionais e estaduais** [↗](#).

Ainda, foram realizadas **5 637 Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo - REPACS**, cujo objetivo é propiciar a participação da comunidade local, dando transparência à operação nos Municípios. As reuniões foram conduzidas com a participação das autoridades locais, além de representantes da sociedade civil.

As reuniões foram realizadas em duas rodadas. A primeira ocorreu ao fim da coleta de dados do Censo Demográfico 2022, para apresentar às partes interessadas os primeiros resultados. A segunda, por sua vez, teve como objetivo avaliar o mapeamento das favelas e comunidades urbanas. Para conhecer mais sobre as REPACS e acessar as atas das reuniões disponíveis, **clique aqui** [↗](#).

Parcerias para a produção de informações estatísticas e geocientíficas

Diversas parcerias são realizadas para o cumprimento da missão institucional do IBGE, dentre as quais destacam-se:

- **Ministério da Saúde:** inclui Termos de Execução Descentralizada - TED, destinados aos suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, à PNDS, à Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE e à Pesquisa Nacional de Saúde - PNS;
- **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:** desenvolvimento de metodologia e estudo preliminar de campo para o levantamento de informações sobre a população em situação de rua;

- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI** e a **Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**: avaliação conjunta de dados para estatísticas e contas ambientais sobre biodiversidade;
- **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**: o Acordo de Cooperação Técnica - ACT prevê o intercâmbio de dados e informações sobre o meio rural e suas articulações no espaço brasileiro. Em tema relacionado, a parceria com a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA** visa estudos de impactos da produção agropecuária;
- **Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI**, a **Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**, e a **Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB**: apoio técnico e gerencial à Pesquisa de Inovação Semestral - PINTEC Semestral;
- **Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br - Nic.br**: pesquisa e disseminação sobre metodologias e protocolos estatísticos na condução de investigações relacionadas à utilização das tecnologias da informação e comunicação.
- **Órgãos Estaduais de Estatística - OEEs e as Secretarias de Governo das 27 Unidades da Federação**: cooperação mútua na elaboração das Contas Regionais e do Produto Interno Bruto dos Municípios;

- **Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund - UNFPA)**: projeto “Modernização da Produção Estatística e Geocientífica” para soluções na cobertura do Censo Demográfico e *benchmarking* para a produção estatística e geocientífica do IBGE;
- **ONU Mulheres**: estudos sobre indicadores de gênero e raça, formação de jornalistas e da sociedade civil para a leitura e análise dessas estatísticas; e
- **Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO)**: estabelecimento de uma rede de apoio aos países lusófonos da África e da Ásia-Pacífico liderada pelo IBGE no Programa de Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Na dimensão regional, destaca-se a participação do IBGE no **Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano - SIDSA**, presidido pela Secretaria de Articulação Institucional do MPO.

Na **Reserva Ecológica do IBGE**, há 28 projetos de pesquisa ecológica, a maioria vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Destaca-se a informatização do acervo do herbário com o apoio do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ.

Em **letramento estatístico**, destacam-se a parceria do IBGE com a Rede Global de Instituições de Treinamento Estatístico - GIST, o projeto de extensão Rio em Dados com a UFRJ e a atuação junto à Escola Municipal Orlando Villas Boas.



Tecnologia da informação

Conformidade legal

A gestão de tecnologia da informação e comunicação - TIC é realizada formalmente, no IBGE, desde 2010, por meio do seu **Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação - PDTI**, documento atualizado regularmente e disponibilizado no portal do IBGE. A última edição é a do **PDTI 2023-2024**. A organização desse trabalho segue determinações e melhores práticas do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do governo federal (atualmente, a Secretaria de Governo Digital do MGI), bem como da CGU, do TCU e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

Modelo de Governança de TIC

O **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC**, responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando em novas frentes de trabalho, tanto para o aumento de maturidade na gestão de TIC, quanto para o investimento e esforços relativos à **Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE - Posic**, levando

em consideração a gestão de riscos em TIC e a busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores. O PDTI contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados, pelo CTIC, como aderentes aos objetivos estratégicos do **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025** e coerentes com as políticas do IBGE nessa área, visando, assim, a padronização e economia de recursos.

Em 2023, foi publicada a nova **Estratégia Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação do IBGE – EGTI**, para o biênio 2023-2024, documento que apresenta projetos e oportunidades de desenvolvimento na área, levando-se em consideração os objetivos estratégicos do Plano Estratégico do IBGE 2022-2025. Cabe salientar que tanto o EGTI quanto o PDTI trouxeram considerações impostas pelo **avanço do teletrabalho** no Instituto.

Em dezembro de 2023, iniciou-se formalmente a apresentação dos projetos relevantes de cada Diretoria ou Coordenação-Geral do IBGE que necessitassem de quaisquer recursos de TIC, dentro do processo formalmente instituído de planejamento de demandas de TIC, como forma de alcançar o Objetivo Estratégico 9 “Fortalecer a governança de TIC”.

Recursos aplicados em TIC

As aquisições de tecnologias mais significativas no IBGE, habitualmente, decorrem do planejamento e execução das operações censitárias, como os censos demográfico e agropecuário, dado seu alcance nacional. Os anos de 2021 e 2022 tiveram um significativo aporte tecnológico e, no ano de 2023, com a finalização do Censo Demográfico 2022, foram mantidos os contratos de suporte às infraestruturas e de desenvolvimento e manutenção de sistemas para as pesquisas estatísticas e geocientíficas.

Os contratos continuados mais relevantes, firmados em 2023, foram os seguintes: (i) Locação de *software*; (ii) Computação em nuvem (*software* como serviço) para a finalização do Censo Demográfico; (iii) *Links* de internet; e (iv) Desenvolvimento e manutenção de *software*.

Principais iniciativas e resultados na área de TIC

- Início do novo modelo de gestão de contratos de pessoas para desenvolvimento de sistemas, conforme preconizado pelo TCU;
- Formalização e ampliação do uso de metodologia ágil para desenvolvimento de sistemas;

- Início do novo modelo de avaliação de projetos que utilizem TICs no âmbito do CTIC;
- Manutenção e avanço nas metas e tratativas do Plano de Transformação Digital demandado pelo MGI;
- Uso de *machine learning* para codificação dos dados do Censo Demográfico, expandido posteriormente para as demais pesquisas do IBGE;
- Criação do grupo de trabalho de inteligência artificial para sensoriamento remoto no Censo Agropecuário, buscando a previsão de culturas e mapeamento por imagens de satélite;
- Avanço no uso de registros administrativos com integração suportada por tecnologia de *blockchain*;
- Atualização do parque tecnológico a partir dos recursos de TIC utilizados no Censo Demográfico, repotencializando Agências, Superintendências e a Administração Central em *hardware* e *software*;
- Adoção em larga escala dos *desktops* virtuais - VDIs, mudando o patamar tecnológico do trabalho de analistas e pesquisadores que necessitam de recursos computacionais;
- Suporte tecnológico para adoção do PGD, inclusive com entrega de VDIs, atrelado à manutenção da segurança das informações;
- Suporte e apoio às publicações inéditas dos resultados do Censo Demográfico 2022, por meio

de ferramentas: Plataforma Geográfica Interativa - PGI, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA e do Sistema de Metadados; e

- Formalização e disponibilização de mais um canal de atendimento, chamado Disk-DTI, facilitando e otimizando o tempo de resposta de chamadas de suporte de todos os trabalhadores do IBGE.

Segurança da Informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, previsto na **Lei n. 5.534, de 14.11.1968** , torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicações, permitindo que possam ser desempenhadas as atividades que tratem os dados obtidos e as informações produzidas.

A Posic foi revisada e atualizada, em 2023, pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSI, considerando-se, principalmente, três aspectos: (i) as restrições ao tratamento de dados previstas na **LGPD** ; (ii) o compartilhamento de dados na administração pública federal, regulado pelo **Decreto n. 10.046, de 09.10.2019** , que impulsiona o uso dos registros administrativos; e (iii) a difusão do teletrabalho, a partir de 2020, que traz novos e grandes desafios à área de segurança da informação e comunicação.

O estabelecimento de novos controles de segurança e proteção de dados e o amadurecimento dos já existentes, tornam-se cada vez mais relevantes nas atividades do IBGE. Esses controles se apoiam nos três pilares: processos, pessoas e tecnologia. De forma contínua, o IBGE atua nesses três pilares, revendo e atualizando seus normativos e processos, implementando ações de conscientização e capacitação de seus servidores e investindo em novas tecnologias.

- o **pilar de processos** diz respeito à normatização, permitindo a definição de processos, procedimentos, fluxos e responsabilidades, tais como: (i) **Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes em Tecnologia da Informação e Comunicações**; (ii) o novo **Plano de Gestão de Riscos em Tecnologia da Informação e Comunicações**; e (iii) **Processo de Gestão de Mudanças**;
- **no pilar das pessoas** destacam-se as seguintes ações: (i) a oferta frequente do **curso à distância de segurança da informação**, disponível na escola virtual do IBGE para todos os servidores e novos funcionários; e (ii) a divulgação de **matérias informativas sobre comportamento seguro** no uso das tecnologias; e
- **no pilar de tecnologia** podem ser destacados como os principais investimentos realizados: (i) **firewall de aplicação** – equipamentos e *softwares*, atualizados para proteção dos serviços e aplicações disponíveis na internet; (ii) **firewall**



de rede – equipamentos para proteção dos dados e informações que circulam na rede do IBGE; e (iii) **duplo fator de autenticação**.

Dentro da estrutura de governança de segurança da informação e comunicação, além do CSI, o IBGE criou a sua **Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do IBGE - ETIR**. A ETIR tornou-se, portanto, responsável por planejar, coordenar, executar e registrar as atividades de tratamento e resposta a incidentes cibernéticos, sempre com o objetivo principal de preservar os dados e informações armazenadas na infraestrutura do IBGE, local ou em nuvem, garantindo a autenticidade, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

Além das atividades relacionadas à segurança da informação, é também vital ao IBGE a proteção de seus dados. E, nesse contexto, a LGPD trouxe novas obrigações e responsabilidades, as quais estão sendo conduzidas pelo **Comitê de Adequação à LGPD**, liderado pelo Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. O CSI e o Comitê de Sigilo atuam como instâncias de apoio à governança nessa temática. O IBGE se atualiza sobre o tema, sempre que possível, estando atento às ameaças internas e externas, assim como busca prevenir vazamentos de dados e informações, inclusive involuntários.

Principais desafios e ações futuras

- Planejamento dos recursos de TIC necessários às pesquisas e ações do IBGE, em especial, para as próximas operações censitárias;
- Agilidade do processo de contratação de recursos de TIC (*hardware*, *software* ou serviços);
- Previsibilidade de orçamento para manter o funcionamento dos serviços oferecidos, licenças de *software*, recursos em nuvem, garantias de equipamentos, entre outros;
- Readequação dos recursos para o teletrabalho: a substituição gradual dos *desktops* de trabalho por *laptops*, em conjunto com o uso *desktops* virtuais (possibilitando ganhos de mobilidade); o acesso direto às bases de dados e repositórios; conexão a servidores para processamentos de maior complexidade; reforço em controles de segurança, telessuporte, uso exclusivo de equipamento institucional para acesso e uso de dados; e a redução da necessidade de espaços físicos, entre outros benefícios;
- Avanço no uso de tecnologias em nuvem em outras áreas. A criação de uma Nuvem Privada do IBGE é um projeto a ser iniciado para prover maiores resiliência e independência ao IBGE para o gerenciamento de seu parque tecnológico e serviços;

- Incorporação de rotinas, suporte e técnicas de segurança da informação aos processos de desenvolvimento de sistemas e implantação de *softwares*;
- Gestão de TIC: normatização e sistematização de processos internos;
- Governança de dados: sensibilização para a internalização dos papéis, procedimentos e responsabilidades previstos na Política de Governança de Dados do IBGE;
- Aprimorar o suporte aos usuários de tecnologia: organizar sistemas e equipes (Equipes de Plantão para Resolução de Problemas), desenvolvimento de soluções de autoatendimento e fortalecimento e aprimoramento do Disk-DTI;
- *Software* livre: reavaliar a possibilidade de uso de *software* livre em todo o IBGE;
- Ciência de Dados, Inteligência Artificial e *Big Data*: criação de grupos de trabalho para estruturação do IBGE Digital; e
- Política e Plataforma de Gestão de Conhecimento para o desenvolvimento de soluções coletivas para ampliação da cobertura geográfica e temática das pesquisas estatísticas.

Logística

Gestão de licitações e contratos

Conformidade legal

O IBGE utiliza vários mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas em suas contratações, que garantem a conformidade com a legislação aplicável, em especial a **Lei n. 8.666, de 21.06.1993** [↗](#), e a **Lei n. 14.133, de 01.04.2021** [↗](#).

As unidades do IBGE contam com a assessoria jurídica da Procuradoria Federal e, além disso, existem vários normativos internos que tratam dos variados assuntos relacionados ao tema.

Em todas as contratações são adotados os modelos de artefatos disponibilizados pela Advocacia Geral da União - AGU, elaborados em parceria com a Secretaria de Gestão e Inovação - SEGES, e, nas aquisições de TIC, aqueles elaborados pela Secretaria de Governo Digital - SGD, ambas as Secretarias vinculadas ao MGI.

Associação aos objetivos estratégicos

As contratações inseridas no **Plano de Contratações Anual - PCA do IBGE** [↗](#) estão alinhadas às ações contidas em seu Plano

Diretor de Logística Sustentável e fornecem as soluções que contribuem para alcançar os objetivos estratégicos da instituição, em especial o Objetivo Estratégico 10 "Fortalecer a governança de contratações e da sustentabilidade".

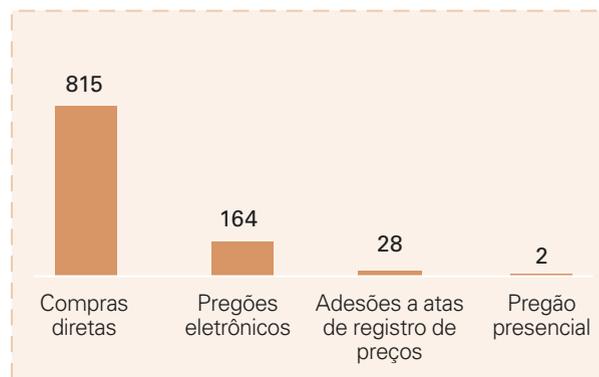
Contratações realizadas em 2023

1 009 contratações em 29 unidades contratantes* do IBGE, em 2023.

Houve uma **redução de 49,5% nas contratações**, em relação ao mesmo período no ano de 2022, reflexo da menor demanda por contratações relacionadas ao Censo Demográfico 2022.

*Unidades Administrativas de Serviços Gerais - UASGs.

Modalidades de contratação



Fonte: Sistema de Aquisições e Entregas - SA-e e SDA.

Os principais tipos das contratações diretas, em 2023, foram os seguintes:

- I. Dispensas de licitação, em razão do baixo valor fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 da Lei n. 8.666, de 21.06.1993 e nos incisos I e II do Art. 75 da Lei n. 14.133, de 01.04.2021, com **659 contratações**;
- II. Inexigibilidades de licitação, com **77 contratações**; e
- III. Locações de imóveis, com **39 contratações**.

O número de dispensas de licitação em razão do baixo valor justifica-se pela contratação de serviços pontuais e de pequenos fornecimentos nas diversas unidades do IBGE presentes no País.

A respeito de cada finalidade, cabe destacar ainda:

- **Atividades censitárias:** houve **redução de cerca de 81%**, quando comparado com o gasto em 2022. Isso se deve, especialmente, ao término de atividades associadas ao Censo. Inclusive, esse fator impactou significativamente a redução dos gastos globais do exercício;
- **Administração:** houve **acréscimo de 51,5%** em relação a 2022, ocasionado, em parte, pelo retorno de algumas atividades presenciais na Instituição e ao aumento de despesas com seleção e treinamento de pessoal;

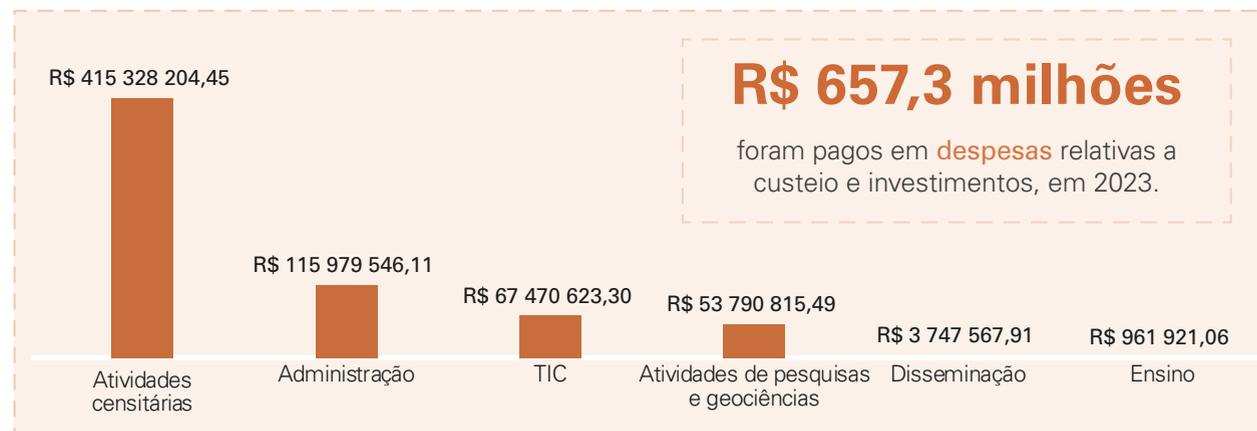


- **TIC:** tais despesas, em 2023, tiveram **redução aproximada de 15,3%** em relação ao ano 2022, também impactadas pelo término da operação censitária;
- **Atividades de pesquisas e geociências:** houve **aumento de 91%** em relação a 2022. Esses gastos são inerentes às atividades finalísticas da Instituto, ligadas diretamente à missão institucional; e
- **Disseminação e Ensino:** os gastos com disseminação tiveram um **acréscimo de cerca de 200%**, com grande influência de despesas referentes a exposições, congressos e conferências relacionadas às atribuições institucionais. Os gastos com ensino, por sua vez, tiveram um **aumento de 36,9%** em relação a 2022.

Obras e serviços de engenharia

As ações referentes às obras e serviços de engenharia seguem os padrões legais e normativos vigentes, e visam adequar os imóveis do IBGE às condições de segurança, confiabilidade, acessibilidade, economia, sustentabilidade, conforto, racionalização do espaço e manutibilidade. Todas as ações estão alinhadas ao planejamento institucional, em especial em relação ao Plano Estratégico do IBGE 2022-2025, por meio do projeto estratégico “Racionalização da ocupação predial e promoção do compartilhamento de imóveis”.

Gastos por finalidade



Fonte: SIAFI, dez/2023.

Em 2023, foram contratados os seguintes objetos:

- R\$ 384.860,13 em obra para instalação de sistema de combate a incêndio e pânico na SES/RS;
- R\$ 137.500,00 em obra de reforma elétrica da sede da SES/SC;
- R\$ 244.655,69 em obra de revitalização da cobertura da SES/PB;
- R\$ 75.200,00 em projeto para ocupar imóvel cedido pelo Ministério da Saúde à SES/SC;
- R\$ 117.238,80 em projeto de combate a incêndio e pânico nos Complexos Sede do IBGE;
- R\$ 48.500,00 em projeto para reforma das substâncias nos Complexos Sede do IBGE; e

- R\$ 54.999,60 em projeto de modernização dos elevadores nos Complexos Sede do IBGE.

Principais desafios e ações futuras

Considerando a presença em todo o território, são muitas as particularidades e necessidades a serem alinhadas para a gestão de licitações e contratos, ação que se torna ainda mais desafiadora, considerando a redução do quadro de pessoal, a previsão de elevado número de aposentadorias nos próximos anos, o volume de processos instruídos e as mudanças na legislação aplicável à matéria.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

Todas as unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente à gestão patrimonial na Administração Pública, tais como as [Leis n. 8.245, de 18.10.1991](#), [n. 8.666, de 21.06.1993](#) e [n. 14.133, de 01.04.2021](#), os [Decretos n. 10.193, de 27.12.2019](#) (bens imóveis) e [n. 9.373, de 11.05.2018](#) (bens móveis), bem como as normas internas do IBGE.

Principais investimentos de capital

Em 2023, o IBGE fez investimentos de capital na aquisição de materiais permanentes que ocasionaram 1 389 tombamentos e valor total de R\$ 11 739 160,32. A maior parte dessas aquisições atendeu a demandas de infraestrutura de TIC, correspondendo a **76,44% do valor total** e cerca de **23% dos bens tombados** (equipamentos de processamento de dados). A distribuição de tombamentos por grupo de material permanente é apresentada no quadro ao lado.

No infográfico ao lado, encontram-se os grupos mais representativos nos tombamentos, em função do valor total.

Distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes		
Grupo Patrimonial	Quantidade	Valor Total (R\$)
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	325	8 972 857,76
APARELHOS DE MEDIÇÃO	48	851 667,84
APAREL UTENS DOMÉSTICOS	317	701 908,02
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	2	489 940,00
MOBILIARIO EM GERAL	467	395 577,10
MÁQUINAS E EQUIP ENERGÉTICOS	2	92 400,00
EQUIP PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	43	76 252,63
MAQ UTENS EQUIP DIVERSOS	91	60 722,50
APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	38	46 745,98
MAQ, FERRAM E UTENS DE OFICINA	14	26 550,23
EQUIP PROTEÇÃO SEGURANÇA SOCORRO	34	10 258,60
MAQUINAS E EQUIP GRAFICOS	3	7 517,87
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	4	6 014,41
MAQUINAS E EQUIP DE MAT INDUSTRIAL	1	747,38
Total Geral	1 389	11 739 160,32

Fonte: SDA-Bens Móveis, 2023.



Na distribuição dos tombamentos por Unidade de Tombamento, apresentada no quadro ao lado, percebe-se concentração na Administração Central, com cerca de **30% dos bens**, o que corresponde a mais de **80% do valor total**. Essa característica decorre de **aquisições centralizadas na Administração Central**, com distribuição parcelada nas Superintendências Estaduais. Trata-se de estratégia para obtenção de ganhos de escala e melhores condições de fornecimento nas licitações.

Desfazimento de ativos

Em 2023, foram registrados desfazimentos de bens diversos, como apresentados no quadro abaixo.

Desfazimento de bens (dados consolidados)

Tipo	Qtd.	Valor (R\$)
Venda	23	940 961,00
Doação	14 414	7 445 846,96
Perda Total	1 685	642 243,37
Vazadoiro Público	68	9 371,50
Total Geral	16 190	9 038 422,83

Fonte: SDA-Bens Móveis, 2023.

Distribuição de tombamentos por unidade

Unidade de Tombamento	Quantidade	Valor Total (R\$)
Administração Central	416	9 930 323,08
SES/MS	2	489 940,00
SES/PA	112	236 504,00
SES/SE	192	171 659,36
SES/SP	207	165 692,68
SES/CE	82	157 091,23
SES/GO	138	150 305,83
SES/BA	59	80 634,95
SES/AM	18	63 476,66
SES/PI	2	62 000,00
SES/DF	45	48 982,40
SES/RJ	15	35 735,00
SES/AL	23	29 529,00
SES/MT	7	25 626,00
SES/RR	23	25 365,00
SES/TO	6	21 993,00
SES/MG	5	12 169,99
SES/PE	15	8 988,90
SES/PB	3	8 714,41
SES/AP	11	7 200,00
SES/SC	2	4 131,75
SES/MA	4	2 447,08
SES/RS	2	650,00
Total Geral	1 389	11 739 160,32

Fonte: SDA-Bens Móveis, 2023.



Gestão de imóveis

Ao final de 2023, o IBGE contava com **595 imóveis** para o desempenho de suas atividades, entre próprios, alugados e cedidos.

Imóveis utilizados pelo IBGE



A tabela ao lado apresenta a distribuição geográfica dos imóveis do IBGE, nos anos de 2022 e 2023.

Em 2023, houve a atualização no valor total dos imóveis próprios do IBGE, com acréscimo de R\$ 1 910 081,07 (0,64%), proveniente de benfeitorias e reavaliações cadastradas.

Com relação ao cadastro dos imóveis próprios, de 2022 para 2023, foram registradas as seguintes alterações: (i) o imóvel situado na Av. Brasília, S/N, que havia sido doado ao IBGE, teve a doação rescindida, com a devolução ao Município de Poxoréo (MT); e (ii) ajuste de ca-

Distribuição geográfica dos imóveis próprios, alugados e cedidos, por exercício

Unidades da Federação	Próprios		Alugados		Cedidos	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Acre	1	1	2	2	0	0
Alagoas	1	1	6	7	3	5
Amazonas	1	1	4	3	4	5
Amapá	0	0	1	1	0	0
Bahia	3	3	41	42	6	6
Ceará	7	8	6	6	3	4
Distrito Federal	2	2	1	0	1	1
Espírito Santo	0	0	10	11	2	2
Goiás	1	1	16	17	4	4
Maranhão	6	6	17	17	1	2
Minas Gerais	3	3	35	36	37	38
Mato Grosso	4	3	6	6	9	7
Mato Grosso do Sul	1	1	8	10	5	2
Pará	2	2	12	13	5	5
Paraíba	1	1	9	9	3	3
Pernambuco	1	1	14	10	0	3
Piauí	1	1	10	9	3	5
Paraná	1	1	32	30	1	4
Rio de Janeiro	18	18	23	20	2	2
Rio Grande do Norte	1	1	2	3	2	3
Rio Grande do Sul	1	1	37	37	2	5
Roraima	1	1	0	0	0	1
Rondônia	2	2	5	4	0	0
Santa Catarina	1	1	22	22	3	3
São Paulo	1	1	31	32	36	57
Sergipe	1	1	6	6	2	2
Tocantins	4	4	9	7	0	0
Total	66	66	365	360	134	169
Total Valor (R\$)	299 393 220,40	301 303 301,47				

Fonte: SPIUNET / SDA-Imóveis, dez/2023.

castro necessário, pois o imóvel localizado no Município de Brejo Santo (CE) estava cadastrado como sendo cedido, mas se trata de imóvel próprio.

No que se refere aos imóveis cedidos ao IBGE, houve **aumento de 35 imóveis em 2023 (+26,1%)**, em relação a 2022, totalizando 169 imóveis cedidos, resultado, sobretudo, da permanência de unidades do IBGE em imóveis que foram utilizados para a realização do Censo Demográfico em 2022. Por sua vez, o quantitativo de imóveis alugados teve uma **redução de cinco unidades (-1,37%)**.

Com relação às despesas com locação de imóveis, houve uma redução de R\$ 620 389,51 (-2,22%), se comparado com o ano de 2022.

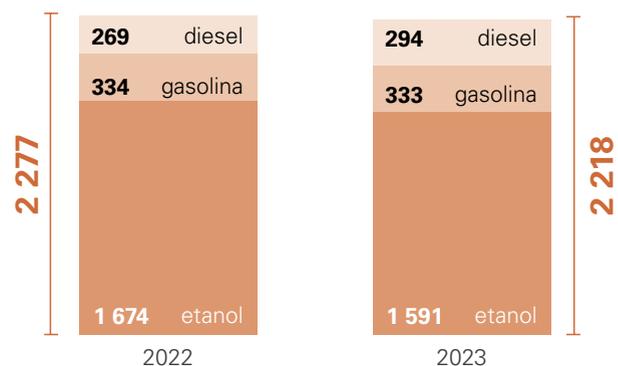
Cabe destacar que, em 2023, foi autorizada a realização de intervenções no imóvel situado na Av. Chile, no Rio de Janeiro (RJ), onde foi iniciada a desocupação de andares, a começar pelo 4º pavimento, sendo prevista a entrega de quatro andares (do 4º ao 7º pavimentos) para o ano de 2024. Essa solução para a **racionalização da ocupação predial**, em decorrência da adoção do teletrabalho (integral ou parcial), aposentadorias e vacâncias, levará à redução de despesas com aluguel, condomínio, energia, limpeza, entre outros.

Gestão da frota de veículos

A seguir, é possível obter uma visão geral da frota nos anos de 2022 e 2023, apurada com base na média do número de veículos, próprios e locados, ao longo do ano, por tipo de combustível.

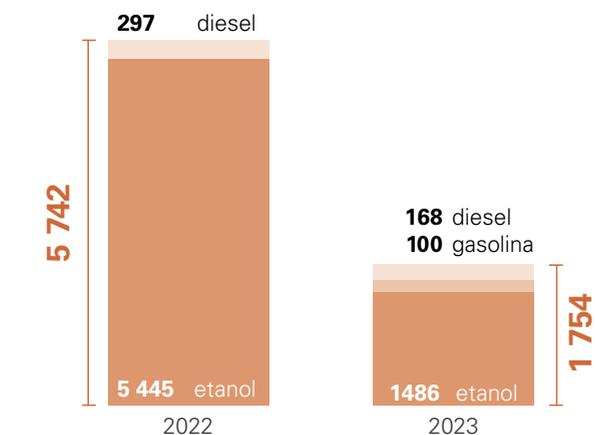
Em 2023, com a conclusão da operação censitária, houve redução da frota locada e, por conseguinte, do volume de gastos com a frota. A redução das locações de veículo, no Rio de Janeiro (RJ), também implicou num aumento da demanda pelo **serviço de TáxiGov**, utilizado pelo IBGE desde 2019. Em 2022, foram **816 viagens** e 8 447 quilômetros percorridos, a um custo de R\$ 24 546,02. Em 2023, por sua vez, foram **1 831 viagens** e 23 289 quilômetros percorridos, a um custo de R\$ 70 214,82.

Quantidade de veículos próprios



Fonte: SDA-Veículos, jan/2024.

Quantidade de veículos locados



Média anual de quilômetros rodados por veículo próprio



Total de gastos com veículos próprios e alugados (manutenção, combustível e outras despesas)



Fonte: SDA-Veículos, jan/2024.



Sustentabilidade

Sustentabilidade ambiental

Governança e gestão da sustentabilidade

Para o alcance do Objetivo Estratégico 10 “Fortalecer a governança das contratações e da sustentabilidade”, parte do **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025** [↗](#), foi concebido o projeto estratégico “Aprimoramento da Capacidade de Governança e Gestão da Sustentabilidade”, com as seguintes entregas em 2023:

- **Atualização do modelo de governança e gestão para a sustentabilidade organizacional:** com a criação do **Comitê de Contratações e Logística Sustentável - CCLS**, instância interna de apoio à governança, dos **Grupos Executivos de Logística Sustentável - GLSs**, responsáveis pelo acompanhamento e fomento às ações e práticas sustentáveis da instituição, com atuação em todas as Unidades da Federação, e da **Rede IBGE Sustentável**, formada pelos membros dos GLSs para a atuação em rede e troca de experiências e boas práticas; e
- **Adesão à Agenda Ambiental na Administração - A3P:** com a aprovação pelo Conselho Diretor e o início de sua tramitação junto ao MMA para promover a responsabilidade socioambiental no IBGE.

Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS

Em 2023, foi iniciada a elaboração de um novo PLS para o IBGE, para vigência no biênio 2024-2025, seguindo os procedimentos contidos no **caderno de logística disponibilizado pelo MGI** [↗](#). Foram concluídas as seguintes etapas: (i) definição das diretrizes para gestão estratégica das contratações e da logística; (ii) elaboração do diagnóstico socioambiental do IBGE; e (iii) constituição de grupos de trabalho, por eixo temático. Em 2024, estão previstas a elaboração dos objetivos, indicadores, metas e ações, pelos grupos de trabalho, e o início da execução, monitoramento e avaliação do PLS.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

No IBGE, as contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais presentes nos editais de licitação, alinhados à norma interna que estabelece a adoção de critérios de sustentabilidade, nos termos da legislação vigente aplicável e tendo como referência o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - AGU** [↗](#).

Ações para redução no consumo de recursos naturais

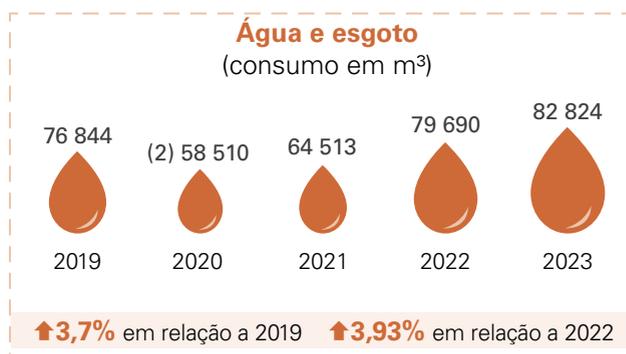
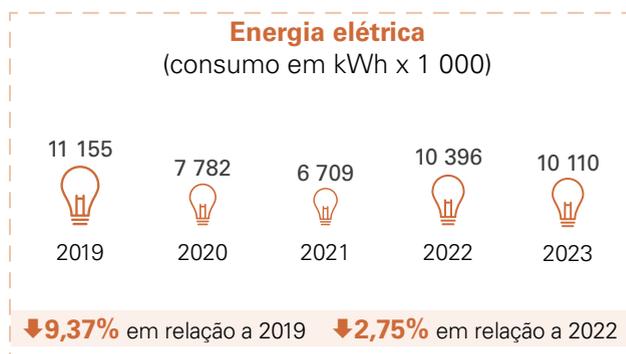
Em 2023, houve redução significativa do consumo de papel (-38,5%) e de copo descartável (-35,8%), quando comparados com os dados de 2022, resultado do encerramento da coleta da operação censitária. Em contrapartida, observa-se relativa estabilidade quando a comparação é feita para os consumos de energia (-2,75%) e água (+3,93%). Tais resultados se justificam pelo fato de que as medições dos consumos de água e de energia não englobam os imóveis ocupados pelo IBGE durante o Censo Demográfico 2022, tendo em vista que muitos deles são cedidos e tais despesas são custeadas pelos cedentes.

Quando comparados com 2019, os dados de 2023 mostram tendência semelhante à apresentada acima: redução significativa no consumo de papel (58,9%) e de copo descartável (45,5%), redução discreta no consumo de energia elétrica (-9,37%) e relativa estabilidade no consumo de água (3,93%). O ano de 2019 foi adotado como referência comparativa para as análises, pois os anos de 2020 a 2022 apresentam condições atípicas de consumo: em virtude da pandemia, nos anos de 2020 e 2021; e em função da coleta do Censo Demográfico,

em 2022. A redução na ocupação dos imóveis, em razão da adesão ao PGD na modalidade de teletrabalho (integral ou parcial), foi o fator decisivo para a redução do consumo identifica-

da. No caso da redução no consumo de papel, também contribuíram o desenvolvimento e a adoção do processo eletrônico e da assinatura eletrônica de documentos.

Redução no consumo de recursos naturais (1)



Fontes: SDA-Documentos Fiscais e SDA-Almoxarifado, jan/2024.

(1) Em virtude de melhorias realizadas na obtenção dos dados, os resultados dos anos anteriores foram ajustados em relação àqueles apresentados na página 185 do Relatório de Gestão 2022.

(2) Para o consumo de água em 2020, devido a inconsistências no registro de informações em razão da pandemia de COVID-19, os dados do consumo foram determinados com base na variação do gasto de 2019 para 2020, deduzida a inflação ocorrida no período.

Destinação ambientalmente adequada de uniformes

O IBGE adquire uniformes regularmente, especialmente para os trabalhadores envolvidos na coleta domiciliar de dados. E, em anos de operação censitária, o volume de aquisições se amplia enormemente, surgindo, como desafio, a destinação ambientalmente adequada de tais materiais. Em virtude disso, o IBGE editou norma interna disciplinando os procedimentos para a destinação de uniformes.

Destinação de uniformes 2023



Após a utilização, os uniformes (coletes, bolsas e bonés) são devolvidos pelo trabalhador ao IBGE. Estando em condições de uso, deve ser feita a **reutilização** em outras pesquisas do IBGE. Caso contrário, deve ser providenciada a sua desidentificação e adotado um de dois

procedimentos: (i) **doação**, de forma prioritária, para fins e uso de interesse social, visando a elaboração de novos produtos; e (ii) **aproveitamento energético por coprocessamento**, sendo reinseridos no processo produtivo.

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas obras e serviços de engenharia

Nos projetos de engenharia e arquitetura, para reforma das edificações, são contemplados itens que consomem menos recursos ou utilizem materiais não agressores ao meio-ambiente, tais como: lâmpadas LED de baixo consumo elétrico; equipamentos de ar-condicionado do tipo *inverter* e com gás ecológico; torneiras e mictórios com temporizadores; caixas ou válvulas de descarga de dois fluxos; sensores de presença para acionamento de lâmpadas, entre outras medidas. Ainda, há o **controle de resíduos produzidos nas obras**, por meio de manifestos, nos quais se identifica a quem encaminhar os resíduos produzidos para a sua destinação ambientalmente adequada. E, onde houve intervenções civis, foram obedecidos os **requisitos legais de acessibilidade**, com a instalação de pisos elevados, rampas de acesso e banheiros para pessoas com deficiência.

Principais desafios e ações futuras

- Elaboração de um novo PLS para o biênio 2024-2025 e a internalização do rito de monitoramento e avaliação da execução do Plano;
- Conclusão da adesão do IBGE à A3P, com a assinatura do Termo de Adesão e o início do acompanhamento do plano de trabalho; e
- Elaboração de minutas padrão de editais (e demais documentos) de habilitação de associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis produzidos pelo IBGE, no âmbito do Programa Coleta Seletiva Cidadã, previsto no **Decreto n. 10.936, de 12.01.2022** [↗](#).

Sustentabilidade social

Ações realizadas em 2023

Em 2023, foi instituído um grupo de trabalho sobre o tema de Diversidade, Equidade e Inclusão - DEI, a partir da necessidade de produzir práticas que fomentem uma cultura de gestão inclusiva no IBGE. O objetivo final do grupo é elaborar minuta de política de gestão de pessoas voltada para o aumento da diversidade, equidade e inclusão. Em 2023, foram realizadas as primeiras reuniões do grupo e estudos assíncronos sobre o assunto.

Para os servidores das SESs, foram realizadas ações relacionadas aos temas de diversidade e gestão inclusiva: (i) uma palestra para os gestores das áreas administrativas; e (ii) uma oficina para os gestores de recursos humanos. Ambas foram conduzidas pelo LA-BORA! gov, laboratório de gestão inovadora do MGI.

Principais desafios e ações futuras

Para 2024, além das ações já realizadas, anualmente, de acompanhamento de pessoas com deficiência e de ações de combate e prevenção ao assédio no trabalho, estão previstas as seguintes ações:

- Publicação da política de DEI;
- Divulgação de guia de terminologias para diversidade e inclusão;
- Mapeamento de grupos minorizados no IBGE (servidores que possuem marcadores sociais de diferença em cor ou raça, deficiência, gênero etc.); e
- Ações de capacitação em gestão inclusiva para servidores e gestores e formação de grupo de trabalho representativo sobre o tema.



Orçamento e finanças

Gestão orçamentária e financeira

Perfil do gasto do IBGE

As funções de governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público. Estão diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No que diz respeito às funções de governo, nos últimos anos, as atividades do IBGE contribuíram, principalmente, para as seguintes funções: Administração, Previdência Social e Encargos Especiais.

Dentre essas funções, a de maior representatividade no orçamento do IBGE tem sido a de "Administração" que, representando uma média de **59,6% do orçamento empenhado dos últimos três anos**, agrega tanto ações orçamentárias finalísticas (voltadas à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, bem como o ensino superior, pesquisa e extensão), as ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura) e as ações de caráter obrigatório, tais como: despesas com pessoal ativo, encargos e benefícios.

Em 2023, houve uma **redução expressiva da execução orçamentária** em relação ao ano anterior, mas se mantendo acima do exercício de 2021, em função da realização do Censo Demográfico, vinculado à ação Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico.

Em segundo lugar, ficou a função "Previdência Social" com uma média de 40,4% na ação Aposentadorias e Pensões Civis da União. E, por fim, a função "Encargos Especiais" que engloba as contribuições a organismos internacionais e as despesas com benefícios e pensões indenizatórias.

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função

Empenhado

Funções de governo	2021	%	2022	%	2023	%
Administração	1 257 997 827,57	50,4	3 312 403 556,96	72,8	1 649 639 418,43	55,7
Previdência Social	1 236 708 509,52	49,6	1 238 720 228,39	27,2	1 309 620 073,52	44,3
Encargos Especiais	76 285,00	0,0	101 569,22	0,0	162 926,50	0,0
Total Geral	2 494 782 622,09	100,0	4 551 225 354,57	100,0	2 959 422 418,45	100,0

Liquidado

Funções de governo	2021	%	2022	%	2023	%
Administração	1 201 248 167,04	49,3	2 818 006 153,24	69,5	1 599 487 800,68	55,0
Previdência Social	1 236 708 509,52	50,7	1 238 561 140,43	30,5	1 309 468 911,44	45,0
Encargos Especiais	61 183,00	0,0	101 569,22	0,0	147 926,50	0,0
Total Geral	2 438 017 859,56	100,0	4 056 668 862,89	100,0	2 909 104 638,62	100,0

Pago

Funções de governo	2021	%	2022	%	2023	%
Administração	1 140 409 817,69	50,0	2 665 734 965,13	70,0	1 486 458 999,59	55,4
Previdência Social	1 139 554 887,09	50,0	1 142 981 829,66	30,0	1 197 692 824,16	44,6
Encargos Especiais	56 783,00	0,0	91 029,25	0,0	136 617,00	0,0
Total Geral	2 280 021 487,78	100,0	3 808 807 824,04	100,0	2 684 288 440,75	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 25/01/2024.

A tabela a seguir traz os valores empenhados nos anos de 2021 a 2023, por Grupo de Natureza da Despesa - GND, segundo os principais elementos de despesa. A partir da análise da

tabela, é possível verificar que os gastos do IBGE se concentram, basicamente, nos grupos Pessoal, Custeio (Outras Despesas Correntes) e Investimento.

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa/Elemento de despesa	2021	%	2022	%	2023	%
Pessoal	2 121 433 271,01	85,0	2 106 487 248,08	46,3	2 218 633 638,65	75,0
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	975 705 272,01	46,0	965 120 791,02	45,8	1 016 358 442,18	45,8
03 - Pensões do RPPS e do Militar	252 707 038,24	11,9	267 369 895,30	12,7	283 870 008,40	12,8
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	609 051 660,48	28,7	588 157 195,80	27,9	621 701 595,69	28,0
Demais despesas de pessoal	283 969 300,28	13,4	285 839 365,96	13,6	296 703 592,38	13,4
Custeio	357 850 150,10	14,4	2 424 911 560,84	53,3	717 604 408,33	24,2
04 - Contratação por tempo determinado	146 359 199,59	40,9	1 698 737 782,86	70,1	270 866 052,13	37,7
14 - Diárias - pessoal Civil	3 649 305,09	1,0	52 135 697,51	2,2	50 305 381,36	7,0
30 - Material de consumo	10 859 664,21	3,0	44 549 683,36	1,8	22 824 188,12	3,2
33 - Passagens e despesas com locomoção	2 534 201,16	0,7	297 289 658,03	12,3	63 584 448,70	8,9
37 - Locação de mão-de-obra	19 632 077,04	5,5	25 748 177,26	1,1	33 123 935,38	4,6
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	75 433 719,57	21,1	105 383 818,83	4,4	113 957 853,68	15,9
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	29 052 389,39	8,1	57 529 991,23	2,4	56 912 888,30	7,9
93 - Indenizações e restituições	17 531 876,93	4,9	61 687 154,04	2,5	17 737 279,40	2,5
46 - Auxílio alimentação	23 885 566,97	6,7	22 592 226,10	0,9	28 489 922,12	4,0
Demais despesas de custeio	28 912 150,15	8,1	59 257 371,62	2,4	59 802 459,14	8,3
Investimento	15 499 200,98	0,6	19 826 545,65	0,4	23 184 371,47	0,8
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	1 661 719,98	10,7	713 367,47	3,6	2 510 595,90	10,8
52 - Equipamentos e Material permanente	12 494 876,34	80,6	18 715 372,53	94,4	19 429 680,33	83,8
Demais despesas de investimento	1 342 604,66	8,7	397 805,65	2,0	1 244 095,24	5,4
Total Geral	2 494 782 622,09	100,0	4 551 225 354,57	100,0	2 959 422 418,45	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 25/01/2024.

Em 2023:

Pessoal Pagamento de pessoal ativo, pensões e aposentadorias	75,0% dos valores empenhados
Custeio Atividades finalísticas e da manutenção da infraestrutura física e tecnológica da instituição	24,2% dos valores empenhados
Investimento Serviços de TIC e aquisição de equipamentos permanentes	0,8% dos valores empenhados

Para as despesas de custeio, foi possível observar uma redução dos gastos de 2023 em relação a 2022, mas um valor superior ao de 2021, em virtude do prolongamento da coleta do Censo Demográfico 2022, isso porque as equipes foram mantidas por um tempo maior que o esperado. Por isso, o principal gasto nesse grupo se deu com o elemento de despesa “Contratação por Tempo Determinado”, voltado para o pagamento do pessoal contratado para as atividades censitárias, seguido pelos grupos “Outros serviços de terceiros - PJ” (despesas com locação de imóveis, serviços de energia elétrica, condomínios, manutenção e conservação de veículos etc.) e “Passagens e despesas com Locomoção” (deslocamento do pessoal).

Para o grupo “Investimento”, a maior parcela do gasto destinou-se à aquisição de “Equipamento e Material Permanente”, destacando-se os equipamentos de TIC destinados ao projeto de modernização das 39 salas de lógica dos Complexos do Rio de Janeiro (RJ) e das SESs. Nesses ambientes estão instalados os equipamentos de rede, bem como os servidores de aplicação e armazenamento, relevantes para a fase de análise dos dados para as divulgações dos resultados da operação censitária.

A tabela a seguir traz a execução (empenhado) das ações orçamentárias do IBGE, nos últimos três anos, divididas em duas categorias de despesa: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. A categoria das despesas obrigatórias inclui as ações do governo sobre as quais o IBGE não tem poder de decisão, visto que são despesas obrigatórias da União. Já a segunda (discricionárias) refere-se às ações sobre as quais o IBGE possui espaço para decidir sobre a sua alocação e, portanto, faz a gestão orçamentária.

Execução orçamentária das principais ações orçamentárias do IBGE

Categorias / Ações	2021	%	2022	%	2023	%
Obrigatória	2 199 181 694,33	88,2	2 188 757 992,48	48,1	2 318 965 495,25	78,4
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1 236 708 509,52	56,3	1 238 720 228,39	56,6	1 309 620 073,52	56,5
Ativos Cíveis da União	748 523 890,23	34,0	738 118 529,49	33,7	776 810 256,13	33,5
Demais ações orçamentárias	213 949 294,58	9,7	211 919 234,60	9,7	232 535 165,60	10,0
Discricionária	295 600 927,76	11,8	2 362 467 362,09	51,9	640 456 923,20	21,6
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	168 778 677,54	57,1	2 246 715 041,13	95,1	444 593 443,46	69,4
Administração da Unidade	104 534 891,45	35,4	89 300 202,35	3,8	149 643 807,51	23,4
Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos	19 420 046,21	6,6	25 903 115,17	1,1	45 355 027,68	7,1
Demais ações orçamentárias	2 867 312,56	0,9	549 003,44	0,0	864 644,55	0,1
Total Geral	2 494 782 622,09	100,0	4 551 225 354,57	100,0	2 959 422 418,45	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 25/01/2024.

Ações obrigatórias	78,4% do total empenhado	R\$ 2,31 bilhões
Ações discricionárias	21,6% do total empenhado	R\$ 640 milhões

Em relação às despesas obrigatórias, cabe destacar a expressividade das ações “Aposentadorias e Pensões Civas da União” e “Ativos Civas da União”, as quais representaram, conjuntamente, em torno de 70,5% do total geral empenhado (cerca de R\$ 2,09 bilhões).

Execução orçamentária dos destaques concedidos por ações do IBGE

Categories / Ações	2021	%	2022	%	2023	%
Obrigatória	50 679 319,92	98,7	156 060 314,39	77,8	0	0,0
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	50 679 319,92	98,7	156 060 314,39	77,8	0	0,0
Discricionária	684 398,30	1,3	44 462 394,62	22,2	27 762 403,95	100,0
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	665 137,65	1,3	44 212 356,67	22,1	27 317 801,53	98,4
Administração da Unidade	19 260,65	0,0	250 037,95	0,1	444 602,42	1,6
Total Geral	51 363 718,22	100,0	200 522 709,01	100,0	27 762 403,95	100,0

Execução orçamentária dos destaques concedidos por unidade gestora executora

Ação/Unidade Gestora Executora	Empenhado	Ação/Unidade Gestora Executora	Empenhado
20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	27 317 801,53	2000 - Administração da Unidade	444 602,42
120071 - CENTRO LOGISTICO DA AERONAUTICA	2 487 612,54	114702 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	12 413,93
120631 - BASE AEREA DE NATAL	7 812,27	170018 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 1A RF	37 284,74
153052 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	500 000,00	170088 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 6A RF	23 809,32
170607 - COORDENACAO GERAL DE EXECUCAO E FINANCEIRA	5 000 000,00	170092 - DELEGACIA DA RFB EM JUIZ DE FORA	55 877,8
194044 - COORDENACAO REG. KAYAPO SUL DO PARA/PA	761 090,00	170178 - DELEGACIA DA RFB EM CAXIAS DO SUL	53 193,28
250036 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/SC	122 945,03	173057 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	177 868,41
364102 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO	18 425 000,00	183039 - SUPERINTENDENCIA DO INMETRO NO ESTADO DO RS	6 161,3
373015 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ACRE SR(AC)	12 000,00	373070 - SUPERINT. REGIONAL DE SANTA CATARINA - SR(SC)	77 993,64
510181 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL	1 341,69	Total Geral	27 762 403,95

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 29/01/2024.

Os destaques concedidos pelo IBGE se deram em função do **ressarcimento de despesas pelo compartilhamento de imóveis**, no caso da ação “Administração da Unidade”, e, na realização do Censo Demográfico, para **ressarcimento de despesas referentes ao prolongamento da coleta**, mas, também, a **parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq** para disseminação do conhecimento gerado pelo Censo Demográfico de 2022, por meio do fomento a projetos de pesquisa que permitam oferecer subsídios qualificados para as políticas públicas no País.

Vale ressaltar que, em 2023, o IBGE contou, também, com **recursos advindos de convênios** firmados com outras instituições governamentais. O montante recebido foi de **R\$ 16,8 milhões**, o que, além de contribuir para o cumprimento da missão institucional, reforçou o papel do Instituto enquanto principal produtor de estatísticas oficiais no País.

Os recursos por parcerias foram executados, conforme tabela ao lado:

Orçamento empenhado decorrente de convênios

Conveniente/Subelemento de despesa	Empenhado
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	16 921,64
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	34 831,41
Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	306 495,85
Fundo Nacional de Saúde	10 261 427,41
Ministério dos Direitos Humanos	2 570 819,43
Ministério da Igualdade Racial	1 480,04
Advocacia-Geral da União – AGU	2 686,64
Ministério Desenv. e Assist. Social, Fam. e Combate a Fome	3 627 092,70
Total Geral	16 821 755,12

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 25/01/2024.

Desempenho

Análise do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Em R\$ bilhões

Categorias/ Grupo de despesa	2021			2022			2023		
	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox.
Obrigatória	2,28	2,2	96,5	2,21	2,19	99,1	2,32	2,32	99,8
Pessoal	2,18	2,12	97,2	2,12	2,11	99,5	2,22	2,22	99,8
Custeio	0,1	0,08	80,0	0,09	0,08	88,9	0,10	0,10	98,8
Discricionária	0,3	0,29	96,7	2,37	2,37	100,0	0,68	0,64	95,2
Custeio	0,28	0,27	96,4	2,35	2,35	100,0	0,65	0,62	95,5
Investimento	0,02	0,02	100,0	0,02	0,02	100,0	0,03	0,02	86,9
Total Geral	2,58	2,49	96,5	4,58	4,55	99,3	3,00	2,96	98,8

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 25/01/2024.

A tabela anterior traz as dotações orçamentárias do IBGE, entre os exercícios de 2021 a 2023, suas respectivas execuções e percentuais de execução, estando divididas por categoria e grupo de despesa. A análise dos percentuais de execução considera a divisão por categoria de despesa, dado que uma avaliação correta da performance do IBGE na execução de seus recursos implica, necessariamente, na separação entre os recursos sobre os quais o IBGE possui capacidade de decidir sobre sua alocação (discricionário) e aqueles em que o IBGE não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório).

O IBGE apresenta, historicamente, elevada aderência entre o planejamento e a execução do orçamento programado, no que tange à execução orçamentária dos créditos voltados às atividades discricionárias. No entanto, em 2023, **o desempenho (95,5%) ficou aquém do esperado**, que é de 99%, uma meta prevista no Plano Estratégico Institucional.

No que se refere ao orçamento discricionário de custeio, um atraso na autorização do Processo Seletivo Simplificado para os Agentes de Pesquisa e Mapeamento e para os Supervisores de Coleta e Qualidade postergou o ingresso desses trabalhadores no IBGE, afetando a execução da programação orçamentária, assim como

atividades de levantamentos de dados geocientíficos em campo realizadas no último bimestre.

Quanto aos créditos de investimento, estava prevista a licitação de serviços de engenharia para reforma do envelope do bloco A do complexo Canabarro, incluindo recuperação estrutural, impermeabilização de coberturas, reforma de passarela, novo sistema de proteção de descargas atmosféricas - SPDA e serviços conexos. O imóvel em questão é próprio do IBGE, situado na Rua General Canabarro, no Rio de Janeiro (RJ). O processo licitatório não foi concluído até o final do exercício, o que impediu a executar a programação orçamentária correspondente.

Principais desafios e ações futuras

- Aprimorar os processos de programação e gestão orçamentária e financeira, abrangendo a capacitação das unidades gestoras no tema;
- Aperfeiçoar a execução do PCA e dos processos licitatórios, que será realizado em conjunto com as unidades de compras, envolvendo o aprimoramento do processo de monitoramento da execução do plano, bem como a revisão dos prazos licitatórios, de forma a viabilizá-los dentro do exercício; e
- Desenvolvimento do painel de execução orçamentária para acompanhamento das despesas discricionárias pelas unidades do IBGE, em tempo real por parte das unidades gestoras.

Gestão de custos

O IBGE, reconhecendo a importância da gestão de custos para a orientação de suas atividades, integrou ao seu **Plano Estratégico Institucional** o projeto estratégico "Implantação da gestão de custos", vinculado ao Objetivo Estratégico 19. O projeto visa a identificação dos custos associados aos produtos finalísticos do IBGE, abrangendo a análise dos gastos referentes às despesas de custeio e de pessoal. Os objetos de custos englobam unidades organizacionais, pesquisas e levantamentos geocientíficos (produtos) e processos de trabalho, permitindo uma abordagem abrangente na gestão efetiva dos recursos. Essa iniciativa está alinhada à busca contínua pela eficiência operacional e transparência na utilização dos recursos públicos.

Quanto ao progresso do referido projeto, a equipe encarregada de seu desenvolvimento permaneceu internamente realocada neste período, com o intuito de continuar oferecendo suporte ao processo de controle da execução orçamentária do Censo Demográfico 2022, em razão da prorrogação do período de coleta.

De todo modo, cabe destacar as seguintes ações realizadas em 2023, conexas ao projeto:

- Participação no XIII Encontro de Gestão de Custos do Setor Público, promovido pela STN, que permitiu o contato com práticas operacionais de gestão de custos de outras instituições públicas, as quais influenciaram a estruturação dos processos de controle de custo no IBGE, e o estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições maduras na implantação da gestão de custos, notadamente a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e Empresa Brasil de Comunicação - EBC; e
- Condução de dois painéis, focados na gestão de custos, em sessão plenária durante um encontro interno das áreas administrativas do IBGE, vinculadas à Administração Central e às Superintendências Estaduais. Em tais painéis foram apresentadas: a experiência da EBC no tema; e a estrutura do projeto que está sendo desenvolvido no IBGE.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas

Para acessar os Demonstrativos Contábeis do IBGE, referentes ao exercício de 2023, bem como suas notas explicativas, [clique aqui](#) .

Informações e detalhamentos das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Patrimonial

A conta de caixa e equivalentes de caixa reduziu 13,20%, em comparação com o saldo em dezembro de 2022. O fator que mais contribuiu para essa variação foi a redução do quantitativo de pessoal que estava atuando no Censo Demográfico, o que diminuiu consideravelmente o valor da folha de pagamento.

O grupo de Créditos a Curto Prazo aumentou 145,12%, ao longo de 2023. A conta de Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada apresentou crescimento de 707,49%, R\$ 20 823 296,26, e é responsável por 57,83% desse grupo. Estão contempladas, nessa conta, as descentralizações efetuadas para a Secretaria de Comunicação Social - SECOM e para a Coordenação Reg. Kayapo Sul do Pará/PA, que estão com prazo de vigência vencido e pendentes de recebimento da prestação de contas. Além desses, foram firmadas, em dezembro de 2023, duas descentralizações para o CNPq e uma para a UFG.

O grupo do Imobilizado, responsável por 94,65% do Ativo Não Circulante, reduziu 4,48%. Houve um crescimento na conta de Bens Móveis de

0,91%, sendo as categorias que apresentaram maior crescimento: Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação; Aparelhos de Medição e Orientação; e Aparelhos e Utensílios Domésticos. No que diz respeito à conta dos Bens Imóveis, houve um aumento de 1,90%, referente, principalmente, ao registro de imóveis de uso especial e/ou reavaliação de imóveis nas seguintes SESs: SES/RS, SES/GO, SES/SP, SES/MS e SES/RO. Cabe destacar que o valor referente ao *Data Center*, que estava registrado como obras em andamento na SES/SP, foi incorporado na conta de Edifícios.

O grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo decresceu 35,65%. As contas de Salários, Remunerações e Benefícios e de INSS-Contribuição sobre Salários e Remunerações – Intra apresentaram redução, em relação ao final do exercício anterior, de 19,23% e 92,71%, respectivamente. Esse decréscimo se deve à redução na folha de pessoal do Censo Demográfico.

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou um crescimento de 46,99% e representa 47,33% do Passivo Circulante. A conta de Transferências Financeiras a Comprovar - TED é responsável por 40,61% desse grupo do passivo. As principais movimentações



ocorridas foram referentes aos recebimentos de financeiro dos TEDs firmados com o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, com a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde e com a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cad. Único. Além disso, houve o registro da comprovação de TED firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e com a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde. Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes, apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas. Esse fato está sinalizado na conformidade contábil do IBGE.

A diminuição na conta de Retenção Previdenciária - FRGPS, de 89,89%, se deve à redução na folha de pessoal do Censo Demográfico 2022.

Análise do Balanço Orçamentário

No exercício de 2023, a receita arrecadada acumulada representa 89,15% da receita prevista. O grupo de Receitas de Serviços é o maior responsável pela realização das Receitas Correntes, correspondendo a 62,96% de sua realização. Este grupo é composto, principalmente, pelo recebimento de Inscrições em Concursos e Processos Seletivos.

O grupo de Receitas Patrimoniais é responsável por 33,29% da realização da receita total, sendo composto pelo recebimento de taxa de uso de imóveis e, principalmente, pelos rendimentos de aplicação de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional - CTU.

Com relação às Receitas de Capital, houve realização de R\$ 285 700,00, referente à Alienação de Veículos.

O déficit orçamentário de R\$ 2 970 892 264,47, apresentado no Balanço Orçamentário do IBGE, se deve à característica do órgão não ser um agente arrecadador e, por isso, executar suas despesas orçamentárias e realizar seus investimentos dependendo de recursos do Tesouro, cujo reflexo contábil não aparece no Balanço Orçamentário. Esse fato, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, não representa irregularidade.

Com relação à realização das despesas, verifica-se que o IBGE realizou 99,32% da Dotação Atualizada, sendo realizadas 99,43% das Despesas Correntes e 86,93% das Despesas de Capital. O grupo de Outras Despesas Correntes teve realização de 98,22%, sendo as maiores responsáveis as despesas com obrigações patronais, contrato temporário, diárias, auxílio alimentação e locomoção urbana.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No exercício de 2023, a classe Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA apresentou um montante de R\$ 3 562 032 741,30, com uma variação negativa de 23,57%, em relação a 2022. As Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD tiveram uma variação percentual negativa de 22,18%, representando, em 2023, o montante de R\$ 3 573 970 971,01. O resultado patrimonial, em dezembro de 2023, foi negativo em R\$ 11 938 229,71. Assim, observa-se uma considerável variação em relação ao resultado do ano anterior, o qual havia sido positivo em R\$ 67 768 709,33. Essa variação negativa é justificada, principalmente, pela diminuição nas VPAs: Transferências e Delegações Recebidas; e Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, assim como pelo aumento na VPD - Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos variou -86,26%, em relação ao exercício anterior. Essa variação negativa refere-se, majoritariamente, à diminuição no subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos, devido ao alto valor, em 2022, de precatórios que tiveram os seus registros baixados. O valor constante em 2023, refere-se principalmente à comprovação dos TEDs com



o Fundo Nacional de Saúde - FNS e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Também reduziu o subgrupo Reavaliação de Ativos devido a regularizações efetuadas pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União - CCONT/STN, reclassificando os valores que havia na conta Reavaliação de Bens Imóveis para a conta Reavaliação de Bens Imóveis - RIP (Patrimônio Líquido). Já em Ganhos com Incorporação de Ativos, houve uma variação positiva. O valor em 2023, refere-se, principalmente, a três TEDs, dois com o CNPQ e um com a UFG.

O grupo Transferências e Delegações Recebidas corresponde a 98,60% das VPAs do órgão, em 2023, visto que o IBGE depende de transferências financeiras do Tesouro para realizar as suas atividades por não ser um agente arrecadador. Esse grupo apresentou uma variação negativa de 19,45%, (R\$ 847 825 852,64), em relação ao exercício anterior. Essa variação justifica-se, principalmente, pela diminuição em Repasse Recebido, que, em 2022, foi alto devido à realização do Censo Demográfico. A diminuição no subgrupo Outras Transferências e Delegações Recebidas refere-se ao menor volume de transferências de bens móveis entre as Superintendências Estaduais, devido ao término do Censo Demográfico.

O grupo Pessoal e Encargos é o mais representativo dentro das Variações Patrimoniais Diminutivas: 40,38%. Essa VPD variou -39,46%, em relação a 2022. Observa-se que a maior parte dessa variação se deve à diminuição na conta referente ao salário de pessoal temporário, no subgrupo Remuneração a Pessoal, em 2023. Isso porque, em dezembro de 2022, a execução do Censo já havia iniciado e, conseqüentemente, o quantitativo de temporários à época era elevado. Também, devido ao encerramento dos contratos de pessoal temporário, os subgrupos Encargos Patronais e Benefícios a Pessoal decresceram.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais é o segundo grupo de maior representatividade perante o total das VPDs: 37,19%. No entanto, teve uma variação positiva de apenas 5,61%, em relação a 2022, referente, principalmente, ao aumento em aposentadorias e pensões.

O grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo variou -17,73%. Essa diminuição deve-se, em grande parte, à conclusão do Censo Demográfico. No subgrupo Uso de Material de Consumo, as maiores variações negativas foram em consumo de gêneros de alimentação e de combustíveis e lubrificantes. Já no subgrupo Serviços, os maiores decréscimos foram em Serviços de transporte, passagem,

locomoção e hospedagem; serviços educacionais e culturais – PJ; e locação e arrendamento mercantil operacional.

O grupo Transferências e Delegações Concedidas, que representou, em 2023, 7,98% das VPDs, teve uma diminuição de 15,04%, em relação a 2022. Essa diminuição justifica-se, principalmente, pelo fato do subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas ter decrescido consideravelmente, decorrente da diminuição de transferências de bens móveis entre as Superintendências Estaduais, conforme já mencionado. O subgrupo Transferências Intragovernamentais Concedidas também teve uma diminuição, que acompanhou o decréscimo do subgrupo das VPAs, Transferências Intragovernamentais Recebidas. Como o IBGE não é um agente arrecadador e, conseqüentemente, depende das transferências financeiras do Tesouro, uma vez que estas diminuem, também diminuem as transferências concedidas para as Superintendências Estaduais. Já no subgrupo Transferências Intergovernamentais, observa-se um acréscimo decorrente do registro de duas Transferências Voluntárias em 2023. Uma delas visou atender ao Acordo de Cooperação Técnica 8/2022, entre o IBGE e o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, referente ao Projeto Modernização da Produção Estatís-

tica e Geocientífica e a outra visou atender a parceria entre o IBGE e o Programa das Nações Unidas - PNUD para difusão do conhecimento gerado pelo Censo Demográfico de 2022, permitindo a interação de saberes e melhores subsídios para as políticas públicas no País.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Receitas Patrimonial, de Serviços, Remuneração das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias são as receitas correntes próprias do IBGE e são responsáveis por 0,14% dos ingressos no fluxo de caixa das atividades operacionais. Como os recursos destinados ao IBGE provêm, em sua maior parte, de transferências do Tesouro, a principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais do IBGE são as Transferências Financeiras Recebidas, correspondendo a 99,60% do valor dos ingressos nessa atividade.

Já no fluxo de caixa referente a Investimentos, a aquisição de Ativo não Circulante é responsável por 87,26% do valor desembolsado nessa atividade. A redução de 51,46%, em comparação com o ano de 2022 se deve ao fato de, ao longo de 2022, ter havido mais pagamentos de aquisições de equipamentos de TIC e de veículos devido à realização do Censo Demográfico.

Análise do Balanço Financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do exercício de 2023, verifica-se que houve uma redução na disponibilidade de caixa de 13,20%, R\$ 28 700 850,70, ao longo desse período. Esse fato se deve, principalmente, à diminuição na folha de pagamento do pessoal do Censo Demográfico.

Em dezembro de 2023, o total dos ingressos orçamentários reduziu 18,07%, em comparação com dezembro de 2022. Esse fato se deve, principalmente, à redução em Repasse Recebido, já que neste exercício, devido a finalização do Censo Demográfico, houve diminuição nas despesas empenhadas e pagas. O total dos dispêndios orçamentários também apresentou uma redução de 33,16%, em relação ao exercício anterior. Como a maior parte da execução do Censo Demográfico se deu em 2022, as despesas empenhadas ao longo de 2023 apresentaram um decréscimo de R\$ 1 582 150 661,15.

O saldo do grupo referente aos Recebimentos Extraorçamentários apresentou uma redução de 62,13%. Como já mencionado, em 2022, devido à realização do Censo Demográfico, houve um grande aumento das despesas empenhadas, conseqüentemente, o valor de inscrição de Restos a Pagar Não Processados também cresceu, o que fica refletido na variação desse grupo. Em contrapartida, os Pagamentos Extraor-

çamentários apresentaram um crescimento de 172,46%, em comparação com 2022, devido principalmente a pagamentos de despesas referentes a contrato temporário, locomoção urbana, telefonia e locação de meios de transporte, que haviam sido empenhadas em 2022, mas só foram liquidadas e pagas no exercício de 2023.

Normas e procedimentos

No âmbito da gestão orçamentária e financeira, o IBGE se submete: ao Plano Plurianual - PPA; à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; à Lei Orçamentária Anual - LOA; e a todos os normativos que regem a execução orçamentária no âmbito do governo federal.

Sob os aspectos contábeis, o Instituto segue todas as normas que norteiam o Sistema Federal de Contabilidade, tais como: o [MCASP](#); a [Lei n. 4.320, de 17.03.1964](#); as NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público); as NBCs TSP numerada em diversos assuntos; e o [Manual SIAFI](#).

Visando controlar e garantir a confiabilidade da regularidade e da completude de todos os registros contábeis, dos atos permutativos e modificativos da instituição, são adotados, entre outros, os seguintes procedimentos:

I. Acompanhamento e aplicação das orientações dos manuais gerados pelo sistema SIAFI-Macrofunções;

II. Utilização de sistema informatizado interno (SDA) para controlar as finanças, o orçamento, os bens móveis e imóveis, os contratos, a gestão de pessoas, entre outros. Em especial, esse sistema contém um módulo de captura dos documentos fiscais que é integrado ao módulo de controle dos contratos, permitindo que se faça a gestão e a emissão das autorizações de pagamentos, com base na utilização dos empenhos extraídos diretamente do SIAFI e na atuação de gestores administrativos designados pela Administração; e

III. Elaboração de manual de operacionalização de suprimento de fundos e disponibilização de curso a distância para capacitar os servidores responsáveis por valores concedidos nesta modalidade.

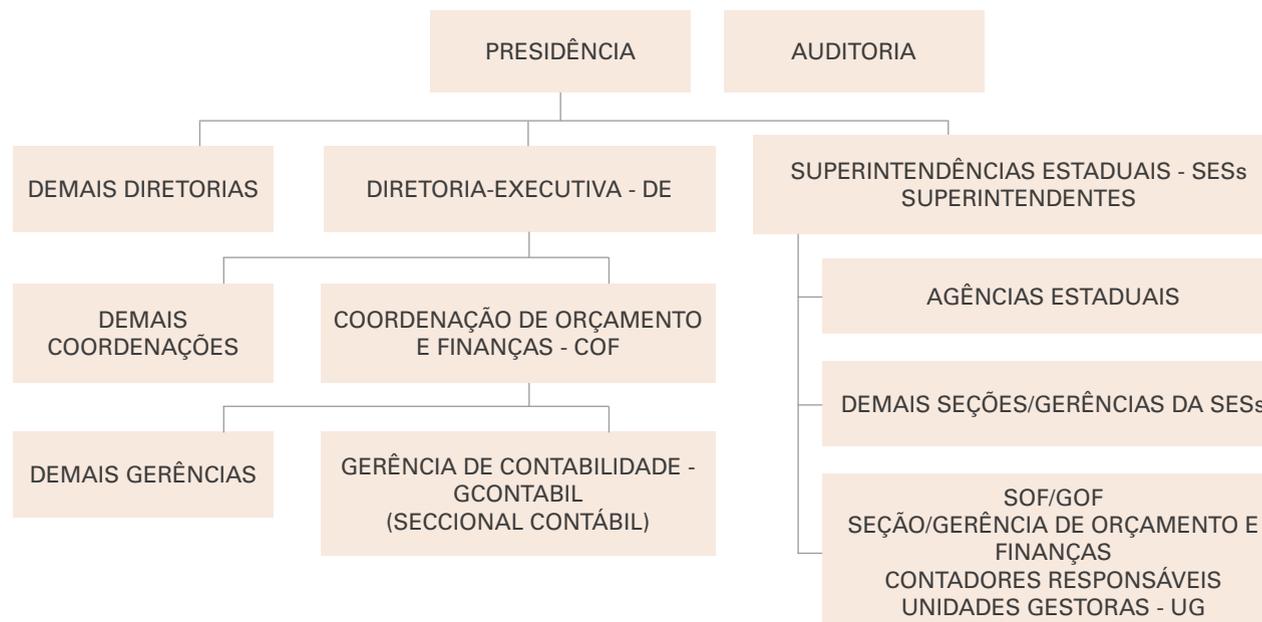
Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

Estrutura

A Gerência de Contabilidade - GCONTABIL está subordinada à Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, que faz parte da Diretoria-Executiva. Funciona como uma setorial contábil do órgão e conta com a colaboração dos contadores lotados na Seção/Gerência de Orçamento e Finanças - SOF/GOF das Superintendências Estaduais.

Composição

A COF/GCONTABIL é composta por quatro Analistas Contadores. Há, também, o apoio local dos contadores das Superintendências Estaduais (27 Unidades Gestoras), com exceção de Mato Grosso - SES/MT, Piauí - SES/PI e Rio Grande do Norte - SES/RN que, atualmente, não contam com um contador responsável.



Fonte: SDA-Organograma, jan/2024.



Competências

Compete à COF/GCONTABIL, entre outras:

- analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras pertencentes ao IBGE;
- orientar as Superintendências Estaduais quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;
- acompanhar as atividades contábeis das unidades gestoras no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- efetuar nas Superintendências Estaduais, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;
- realizar treinamentos na área de contabilidade para as Superintendências Estaduais; e
- elaborar manuais e procedimentos necessários para orientar os servidores responsáveis.

Responsabilidades

Como Seccional Contábil do Órgão, a COF/GCONTABIL é a Unidade Gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução contábil do IBGE e pelo registro da conformidade contábil a nível de órgão.

Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

Lotação		Nome	Cargo
SEDE			
114601	Adm. Central	Vera Lucia Ahnert dos Santos	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
NORTE			
114602	RO	Aecio Trigueiro Monte	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114603	AC	Tiago Nogueira Marques	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114604	AM	Miguel Carlos Viana Negreiros	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114605	RR	Hudson Adriano da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114606	PA	José de Anchieta Teixeira Trindade	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114607	AP	Ibere de Souza Batista	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114639	TO	Ismael Carvalho do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
NORDESTE			
114608	MA	Lourivaldo de Andrade Ribeiro	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114609	PI	-	-
114610	CE	Deusivanio Muniz Nunes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114612	RN	-	-
114613	PB	Antonio Gouveia Junior	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114614	PE	Gerlane Pereira de Albuquerque Rodrigues	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114615	AL	Artur Angelo Ramos Lamenha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114616	SE	Alexandre Fonseca Menezes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114617	BA	Isabela da Silva Brandão	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
SUDESTE			
114618	MG	Anderson Carvalho de Oliveira	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114619	ES	Simei Del Pupo da Rocha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114622	SP	Rosano Maroso Goncalves	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114631	RJ	Itamar Jose Barreto do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
SUL			
114623	PR	Edson Henrique Loch	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114624	SC	Julia Gonçalves Peres	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114625	RS	Denise Lima Maciel	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
CENTRO-OESTE			
114620	MS	Maria Regina de Miranda Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114626	MT	-	-
114627	GO	João Fernando Carolina	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114629	DF	Talyssa Cristine Cardoso Razini	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística



Conclusões de auditorias e medidas adotadas

O IBGE não realiza a certificação da confiabilidade de suas demonstrações orçamentárias, financeiras e contábeis por meio de auditores independentes.

Em relação à atuação de órgãos de controle externo público, cabe destacar as seguintes ações, conclusões e endereçamentos ao IBGE do TCU:

- Decisões de não registrar e de considerar como ilegais os atos de concessão de aposentadoria e pensão civil no IBGE, especificamente ao pagamento da GDIBGE, que, a despeito da negativa em função de tal rubrica estar sendo calculada em conformidade com a decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novos atos concessórios;
- Levantamento com o objetivo de entender como a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE tem funcionado, se seus objetivos estão sendo atingidos e como os atores da Administração Pública Federal estão integrados a essa Infraestrutura. No escopo do trabalho, foram solicitadas informações ao IBGE, referentes ao seu papel na produção de metadados relacionados ao objeto;

- Solicitação de informações em decorrência de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico n. 24/2022, cujo objeto foi a “prestação de serviços de transporte, remoção, movimentação e remanejamento de mobiliários e equipamentos, em regime de empreitada por preço global, a serem executados nas dependências dos Complexos do IBGE no Rio de Janeiro”. Foi requerido que o IBGE interviesse e retornasse o certame do supracitado pregão à fase de planejamento, sendo endereçada a revogação do pregão eletrônico, com uma nova licitação, observando as determinações em acórdão, de forma a não contrariar a jurisprudência;
- Auditoria operacional com o objetivo de identificar fragilidades e oportunidades de melhoria referentes aos critérios de distribuição de *royalties* e participações especiais associados à produção de petróleo e gás natural. O IBGE foi consultado por meio de Solicitações de Auditoria - SAs, durante o processo, e foi aberto espaço para a realização de comentários a respeito do documento preliminar do relatório de avaliação; e
- Avaliação relacionada às aquisições públicas de produtos e serviços da Microsoft com base no Acordo Corporativo n. 8/2020 da SGD/MGI, visando contribuir em melhorias ao próximo Acordo que deve ser realizado, em 2024, para toda a Administração Pública Federal.

A CGU, por sua vez, realizou auditorias contínuas que requisitaram informações relacionadas à gestão de pessoas, como as apurações identificadas abaixo, tendo o IBGE se esforçado no atendimento tempestivo e não tendo sido solicitada a adoção de medidas de tratamento:

- eventuais irregularidades em cálculo dos benefícios previdenciários concedidos no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
- pagamentos de pensões a filhas maiores de 21 anos solteiras;
- acumulações de benefícios previdenciários recebidos por servidores públicos federais e/ou dependentes; e
- acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

Ao final de 2023, encontravam-se, em atendimento, cinco pedidos de informações do TCU e 17 provenientes da CGU, cujos encaminhamentos ao IBGE ocorreram em datas próximas ao recesso de final de ano, possuindo prazos de atendimento que se estendem até março de 2024, relacionadas à gestão de contratações, de pessoas e da estratégia institucional.



Nossos resultados

Censo Demográfico 2022

O Censo Demográfico é a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada no País, que permite a composição de um retrato abrangente e fiel do Brasil. Entre os anos 2022 e 2023, o País testemunhou a realização do Censo Demográfico 2022, que mobilizou recursos humanos e tecnológicos em toda a nação.

Resultados divulgados em 2023

Primeiros resultados de população e domicílios

A divulgação dos primeiros resultados apontou, em junho de 2023, novos dados e tendências da população e sua distribuição no Território Nacional. Foram recenseados **90,7 milhões de domicílios** no País, um aumento de 34% frente ao Censo Demográfico 2010, quando existiam 67,5 milhões. A **taxa de resposta** final, ou seja, o percentual de domicílios em que houve entrevista, **foi de 95,8%**.

Em termos de população, em 1º de agosto de 2022, o Brasil tinha **203 080 756** habitantes. Desde 2010, quando foi realizado o censo anterior, **a população do País cresceu 6,5%** (12 324 957 pessoas a mais). Isso resulta em

uma **taxa de crescimento anual de 0,52%**, a menor já observada desde o início da série histórica iniciada em 1872, ano da primeira operação censitária do País. A densidade demográfica do País passou de 22,4 para **23,8 habitantes por quilômetro quadrado** no mesmo período.

Para acessar a publicação completa, **clique aqui** [↗](#).

Quilombolas: primeiros resultados do universo

O IBGE divulgou, no dia 27 de julho de 2023, dados inéditos sobre a **população quilombola** do Brasil. O Censo Demográfico 2022 investigou, pela primeira vez, o **pertencimento étnico quilombola** de pessoas residentes em localidades quilombolas no País. Foram apresentados dados sobre domicílios particulares permanentes ocupados com, pelo menos, um morador quilombola e, ainda, domicílios localizados em Territórios Quilombolas oficialmente delimitados.

Ademais, identificou **474 747 domicílios** onde residia pelo menos uma pessoa quilombola, espalhados por 1 700 municípios brasileiros.

Em 2022, a população quilombola do País era de **1 330 186 pessoas**, equivalente a 0,66% do total de habitantes.

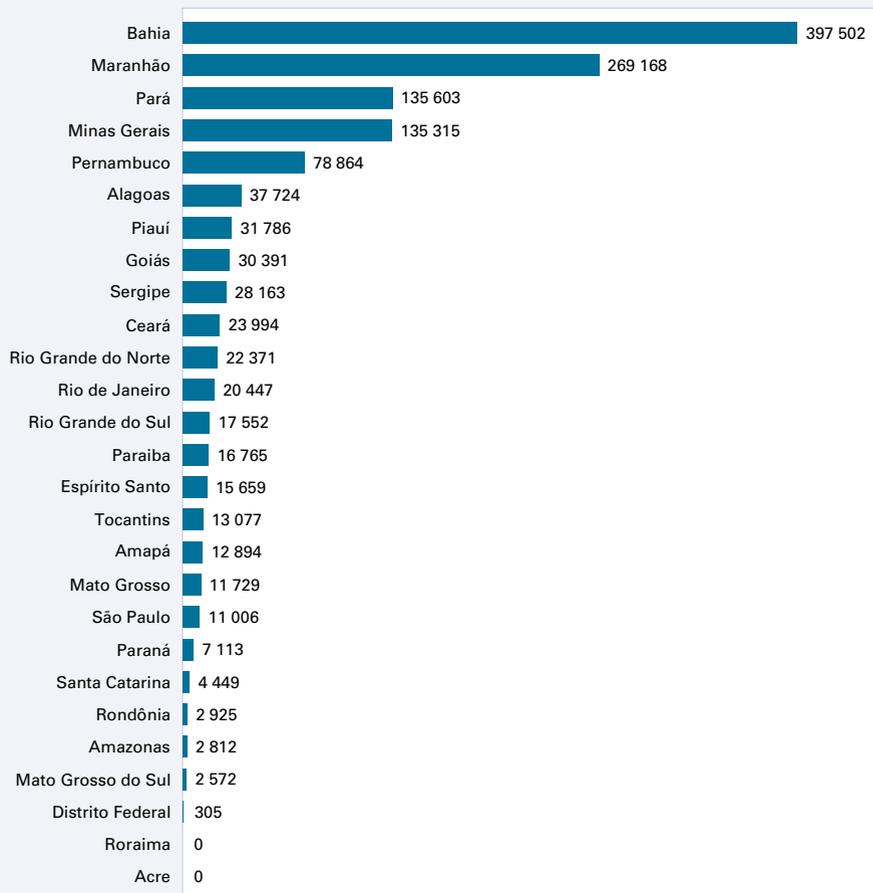


Divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022 para uma plateia com mais de 500 pessoas, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro (RJ). Foto: Licia Rubinstein/Agência IBGE Notícias.



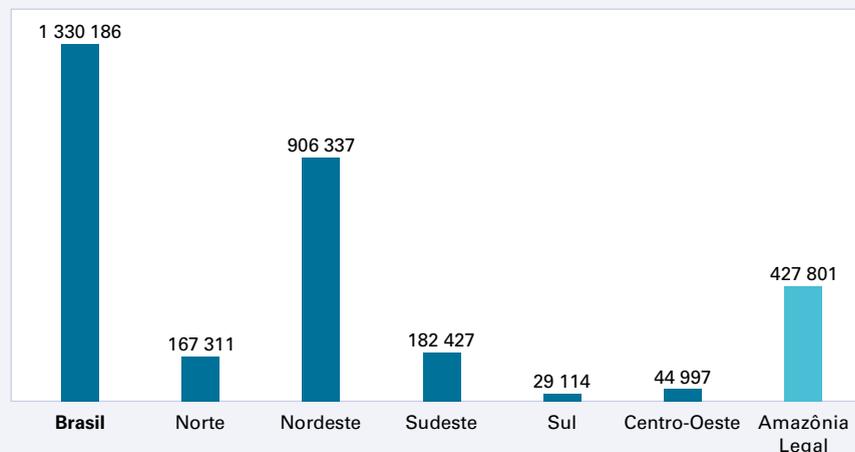
Lideranças quilombolas acompanhadas de servidores do IBGE, apresentando o mapa de pessoas quilombolas por municípios. Foto: Washington Costa/MPO.

Pessoas quilombolas, segundo as Unidades da Federação - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Pessoas quilombolas, segundo as Grandes Regiões e a Amazônia Legal - 2022



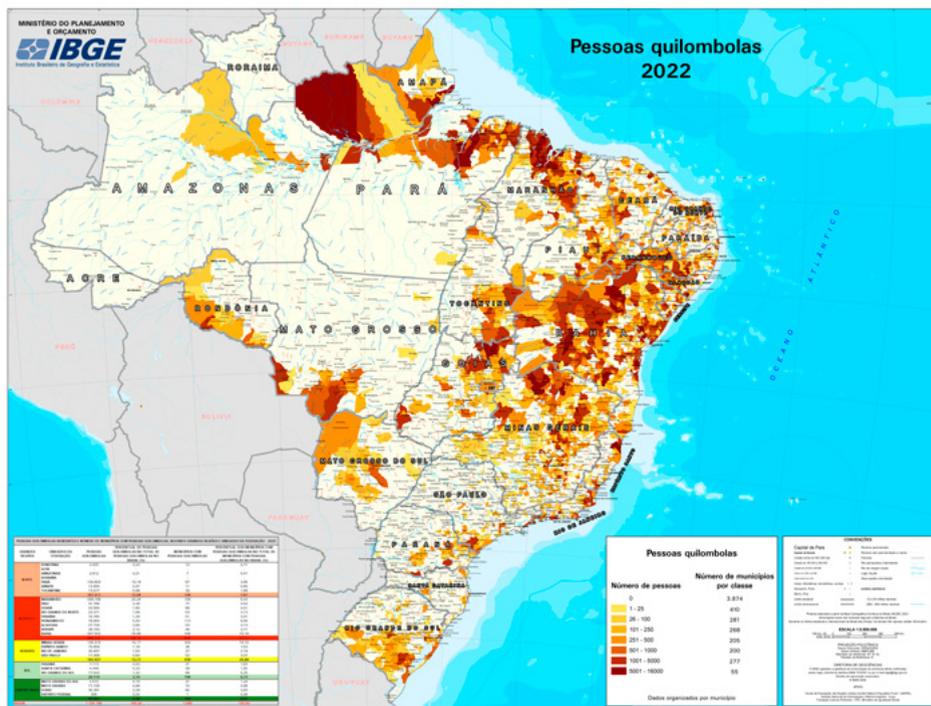
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Foram identificados **494 Territórios Quilombolas** oficialmente delimitados, presentes em 24 Estados e no Distrito Federal, que abrigam 203 574 pessoas, sendo 167 769 quilombolas (82,4%). No universo das pessoas quilombolas residentes no País, 12,6% residiam em Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e 87,4% fora desses territórios.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

A divulgação de tais resultados envolveu, ainda, a oferta à sociedade de arquivos geoespaciais por meio da **Plataforma Geográfica Interativa - PGI** . Foi disponibilizado o **arquivo vetorial dos Territórios Quilombolas** , oficialmente delimitado e compilado pelo IBGE a partir de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, juntamente a dados oriundos de órgãos estaduais e municipais com competências fundiárias.

Foi produzido, também, um **mapa mural em escala 1:5 000 000**, com a distribuição da população quilombola no território brasileiro, dirigido a escolas e outras finalidades.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Mapa Mural Pessoas Quilombolas 2022, escala 1:5 000 000.

Indígenas: primeiros resultados do universo

Os primeiros resultados para a população indígena foram divulgados, pelo IBGE, em 07 de agosto de 2023, contando com a presença de autoridades governamentais, acadêmicos e lideranças indígenas.



Os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 para a população indígena foram divulgados em evento no Theatro da Paz, em Belém (PA). Foto: ASCOM MPI.

A população indígena do País era de **1 694 836 pessoas** em 2022, o que representa **0,83% do total de habitantes**. Um pouco mais da metade (51,2%) residia na Amazônia Legal. Em 2010, a população indígena era de 896 917, evidenciando um **aumento de 88,96%**.



Cacique Raoni, liderança indígena Kayapó, internacionalmente reconhecido, fez discurso no lançamento. Foto: Acervo IBGE.



Cartografia participativa garantiu ampla cobertura e sensibilização para o Censo. Aldeia indígena da Terra Indígena Yanomami (Roraima). Foto: Guilherme Gnipper/FUNAI.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) .

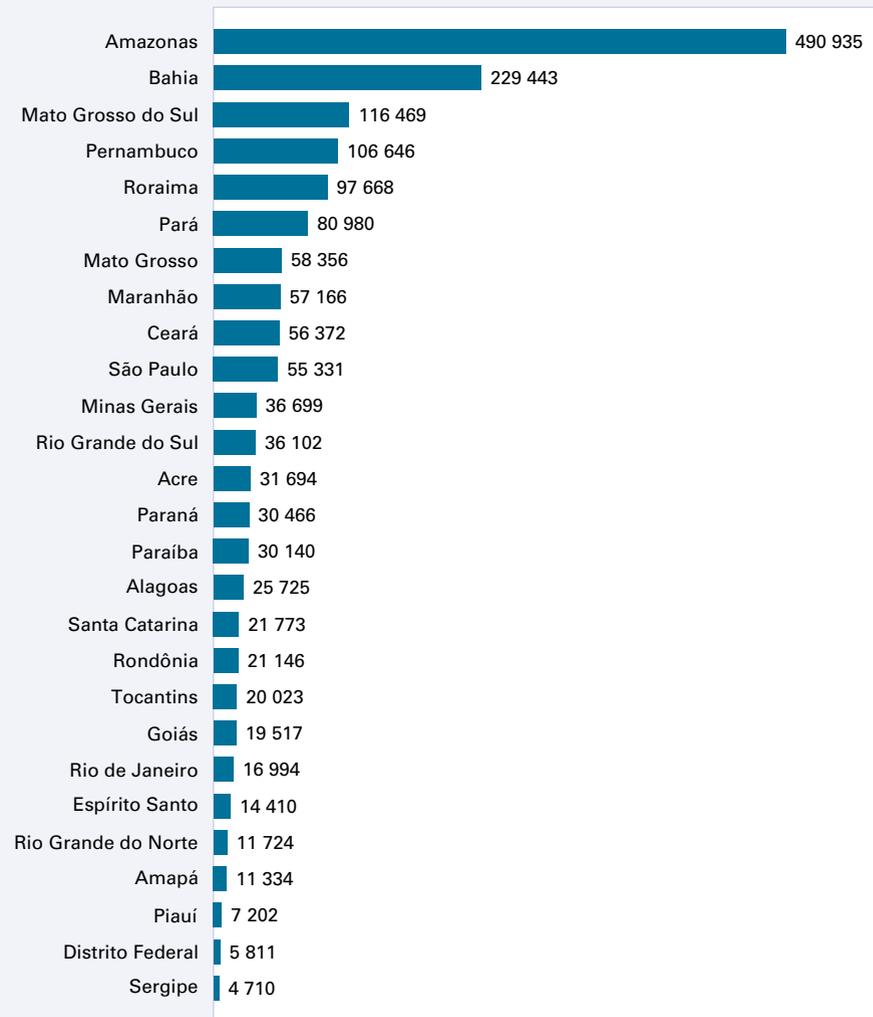
Tal divulgação, referente aos indígenas, também envolveu a oferta de arquivos geoespaciais por meio da [PGI](#)  e a disponibilização do [arquivo vetorial das Terras Indígenas](#) , interoperabilizado com um segundo arquivo vetorial, produzido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.



Equipe do IBGE realizando reunião de abordagem na Terra Indígena Enawenê-Nawê (Mato Grosso). Foto: Acervo IBGE.

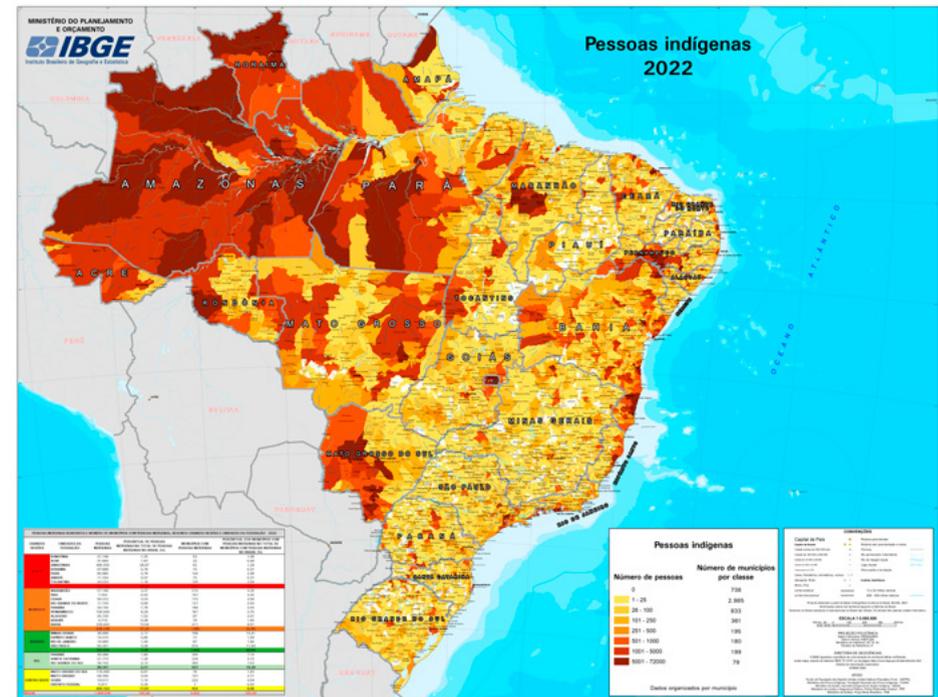


Pessoas indígenas, segundo as Unidades da Federação - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

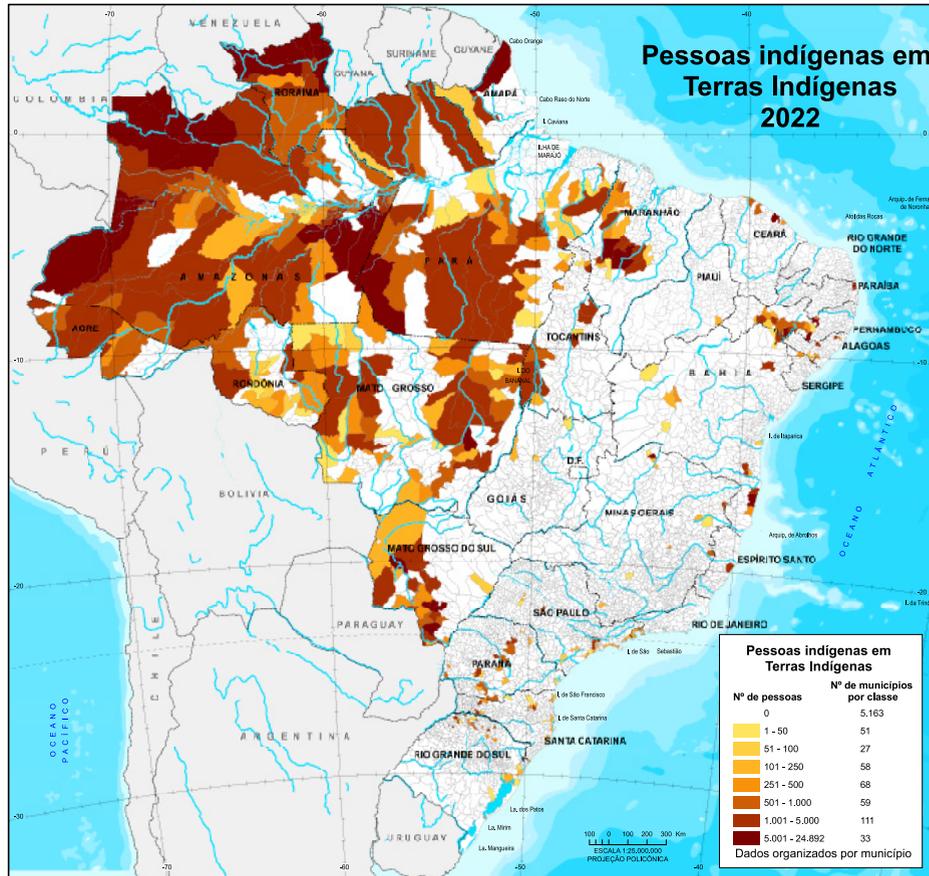
Da mesma forma, foi produzido ainda um **mapa mural em escala 1:5 000 000** com a distribuição da população indígena no território brasileiro, dirigido a escolas e outras finalidades.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Mapa Mural Pessoas Indígenas 2022, escala 1:5 000 000.

Quanto às Terras Indígenas, 90,26% da população residente nas 573 Terras Indígenas declaradas, homologadas ou regularizadas, na data de referência do Censo Demográfico 2022, era indígena, correspondendo a **622 844 pessoas indígenas**. Assim, 36,7% dos indígenas do

País residiam em Terras Indígenas oficialmente demarcadas e 63,3% fora dessas terras.



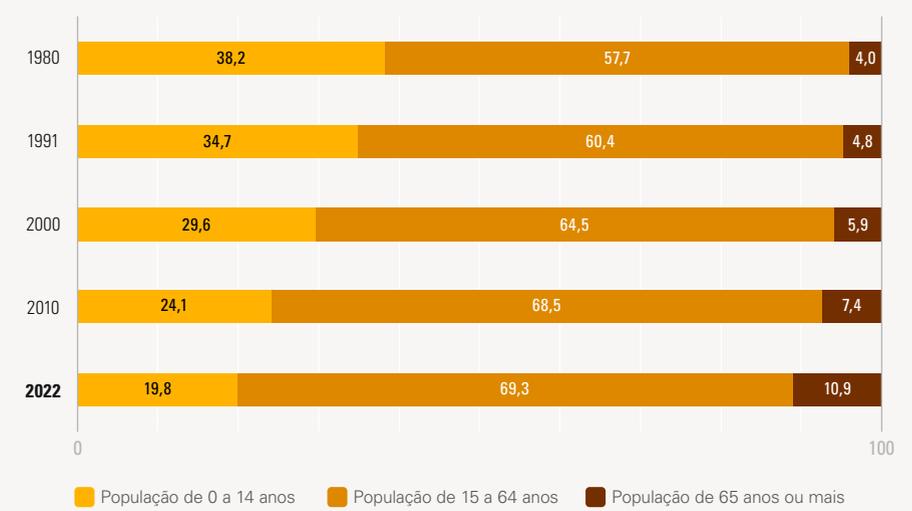
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

População por idade e sexo

No dia 27 de outubro de 2023, foram divulgados os resultados de população por idade e sexo, além de alguns indicadores derivados dessas informações, como a idade mediana, o índice de envelhecimento e a razão de sexo (número de homens em relação ao grupo de 100 mulheres), para o Brasil, Municípios e outros recortes.

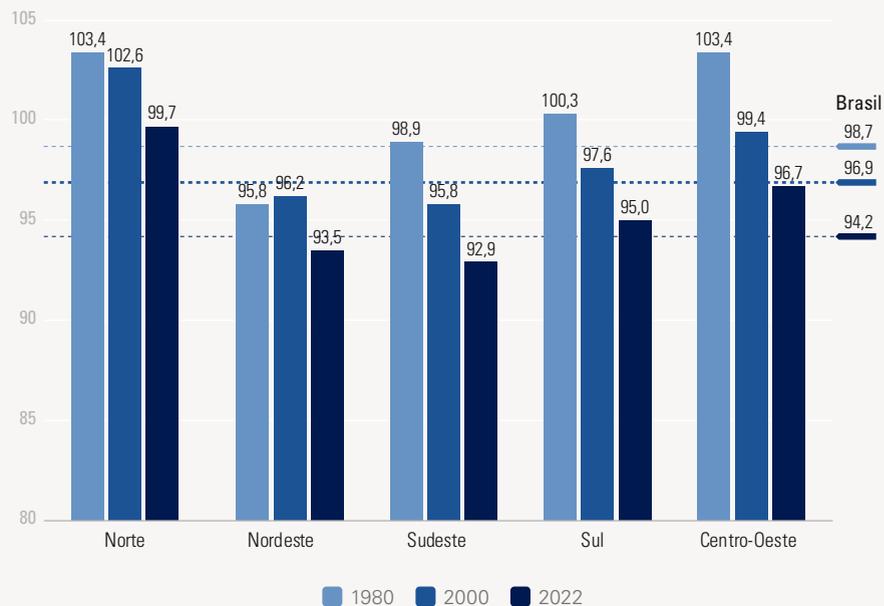
Em 2022, a população idosa de 60 anos ou mais era de 32 113 490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20 590 597 (10,8%).

Proporção da população residente - 1980/2022 (%) Brasil, por grupos etários específicos



Fonte: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo.

Razão de sexo Por grandes regiões



Para entender:

A razão de sexo representa o número de homens para cada 100 mulheres em uma população, no recorte geográfico.

▲ Homem ● Mulher

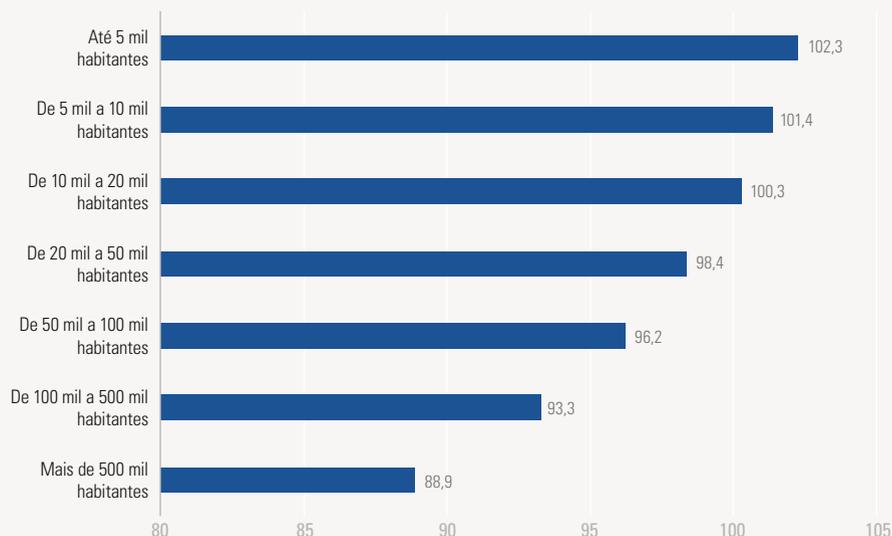


Fonte: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo.

Do total da população residente no País, **51,5% (104 548 325) eram mulheres e 48,5% (98 532 431) eram homens**, ou seja, havia cerca de 6 milhões de mulheres a mais do que homens em 2022. **A razão de sexo foi de 94,2**. Isso mostra que a tendência histórica de predominância feminina na composição por sexo da população se acentuou: em 1980, eram 98,7 homens para cada 100 mulheres; em 2010, 96,0.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) ↗.

Razão de sexo Segundo faixas de população municipal



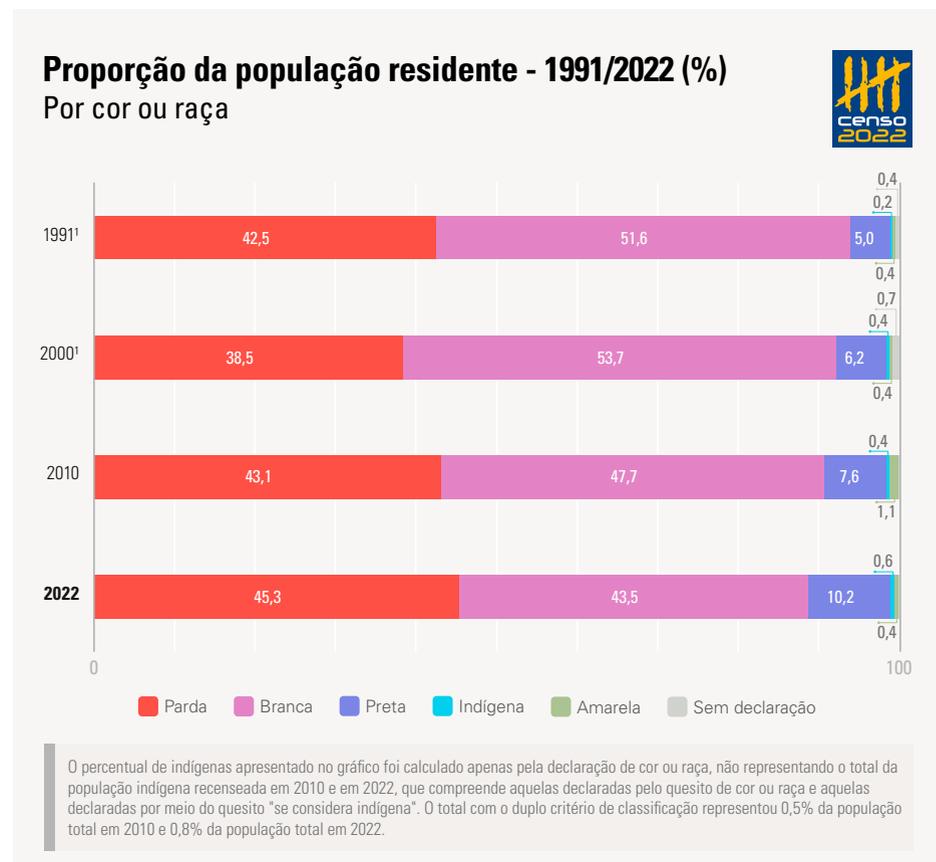
Fonte: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo.

População por cor ou raça

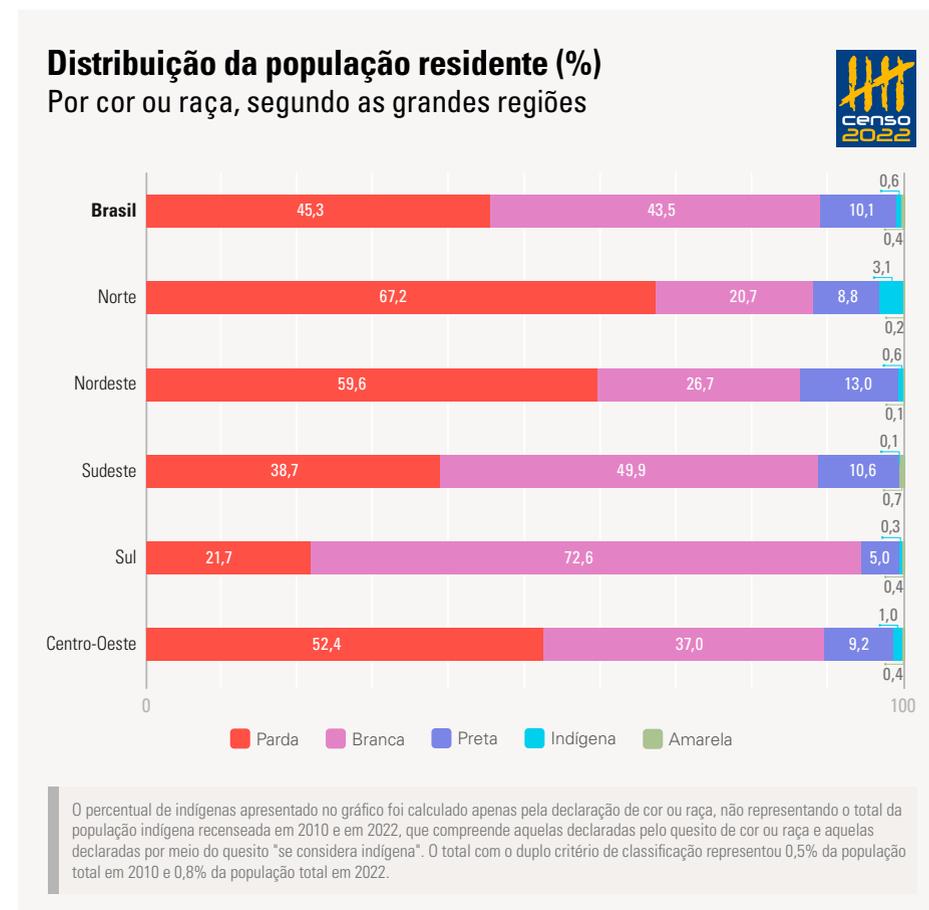
O IBGE divulgou, em 22 de dezembro de 2023, os resultados do universo da população por identificação étnico-racial, segundo idade e sexo. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas, o equivalente a **45,3% da população do País**.

Desde 1991, esse contingente não superava a população branca, que chegou a 88,2 milhões (ou 42,5% da população do País). Outras **20,6 milhões se declararam pretas** (10,2%), enquanto 1,7 milhões se declararam indígenas (0,8%) e 850,1 mil se declararam amarelas (0,4%).

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) ↗.



Fonte: Censo Demográfico 2022: População por cor ou raça - Resultados do universo.



Fonte: Censo Demográfico 2022: População por cor ou raça - Resultados do universo.

Essa divulgação dos resultados censitários, por identificação étnico-racial, também envolveu a oferta à sociedade de arquivos geospaciais, por meio da PGI [↗](#), e a produção de um **mapa mural em escala 1:5 000 000** [↗](#) com a cor ou raça predominante nos Municípios brasileiros.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Mapa Mural Cor ou Raça Predominante 2022, escala 1:5 000 000.

Integração entre estatística e geografia

A integração entre estatística e geografia ocorreu em todas as etapas do Censo Demográfico 2022, desde o planejamento, por meio da **geocodificação dos recortes territoriais** para a operação, com o uso intensivo de imagens de satélite de alta resolução, até a **produção e impressão de insumos geospaciais** em escala detalhada. Foram desenvolvidas aplicações e rotinas geospaciais de gerenciamento, acompanhamento, supervisão da coleta e disponibilização dos resultados por meio de mapas interativos.

A geotecnologia desempenhou papel importante por meio dos Dispositivos Móveis de Coleta - DMCs, acoplados ao Sistema Global de Navegação por Satélite - GNSS, que possibilitaram a **captura das coordenadas de todos os domicílios visitados**, bem como o registro dos trajetos percorridos pelas equipes. A operação foi acompanhada pelo **Monitoramento Geoespacial da Coleta - MGC**, visando o controle de cobertura e a qualidade da coleta, processados em *software* livre QGIS ou visualizados na PGI [↗](#), desenvolvidos pelo IBGE.

Com a PGI, todas as equipes envolvidas na gestão da coleta tiveram acesso aos indicadores e alertas geospaciais do MGC, aos mapas de referência, aos registros administrativos para comparação de cobertura (endereço da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL) e às imagens de satélite atualizadas, possibilitando verificar com agilidade a situação da coleta em diversos recortes geográficos, por meio de mapas interativos. O uso da PGI complementou outras ferramentas de supervisão, como o Sistema Integrado de Gerenciamento e Controle - SIGC e o *Dashboard* do Censo.

Os avanços na capacidade de processamento de dados e a evolução das geotecnologias, por meio de soluções de geoprocessamento, impulsionaram processos de análise e tratamento, visando aprimorar a malha de setores censitários e, sobretudo, a atualização do mapeamento censitário. As análises foram transformadas em indicadores, descentralizadas para as Superintendências Estaduais - SESs, objetivando a implementação dessas atualizações, prevista para o primeiro semestre de 2024, de forma a assegurar que as bases de dados geográficas e estatísticas reflitam a configuração territorial em escala local, fornecendo contextualização adequada às informações coletadas em campo.

A integração entre informações estatísticas e geoespaciais potencializou a divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022. Além de tabelas e textos de análise, os temas divulgados contam com mapas temáticos, incluindo materiais que podem ser impressos em tamanho mural.

Em especial, utilizando a **PGI**, é possível visualizar os resultados na forma de mapas interativos em diferentes recortes geográficos, combinar a visualização dos resultados com mapas de outros temas, fazer consultas e fil-

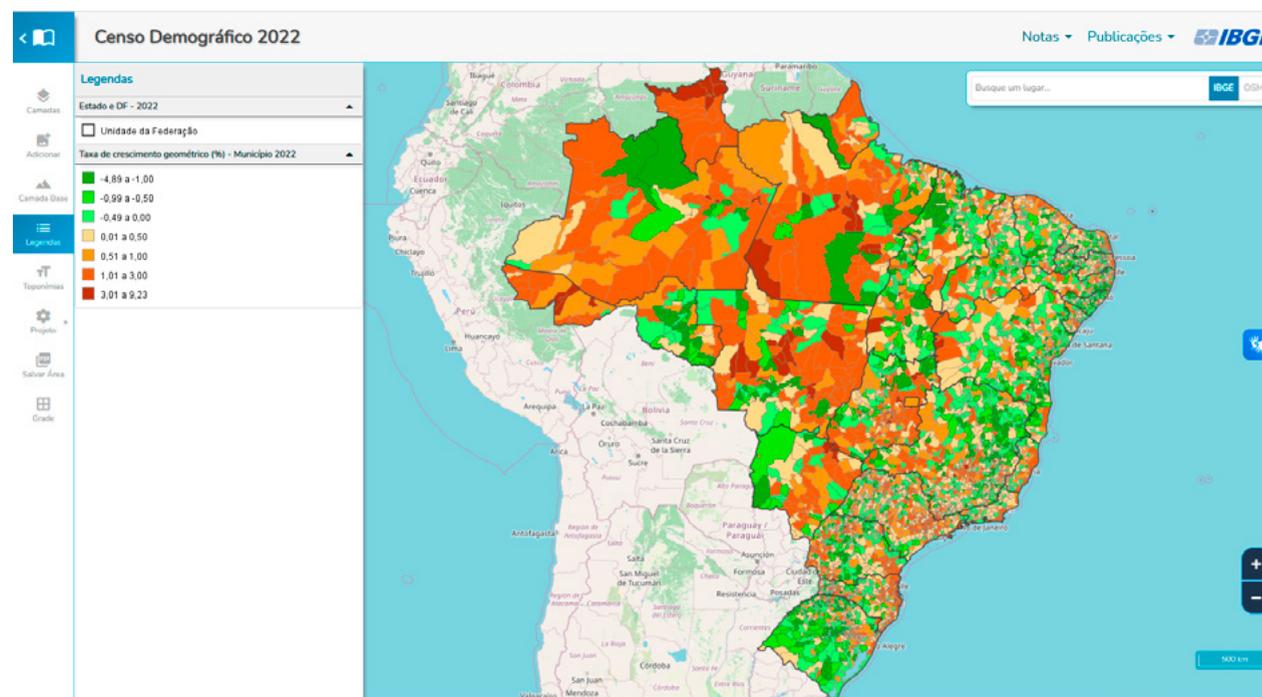
tros sobre os elementos dos mapas, consultar metadados, ler as notas técnicas e fazer o *download* dos dados geoespaciais.

O **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas**, estruturado pelo IBGE, também auxilia na divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022, como referência única e

nacional para relacionar as informações estatísticas dos censos e de suas demais pesquisas a esses recortes territoriais.

Na figura a seguir, é possível visualizar, como exemplo, a distribuição das taxas de crescimento geométrico da população, por Município, a partir dos dados obtidos pelo Censo Demográfico 2022.

Plataforma Geográfica Interativa - PGI do Censo Demográfico 2022



Fonte: Plataforma Geográfica Interativa.

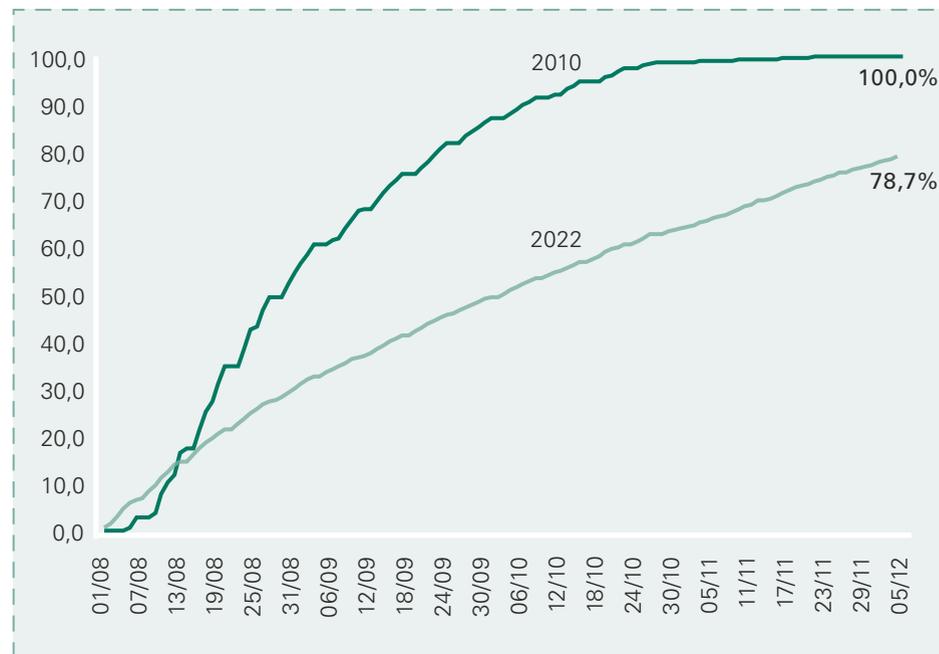


Estratégias adotadas para a conclusão da operação em 2023

Contexto da operação no início de 2023

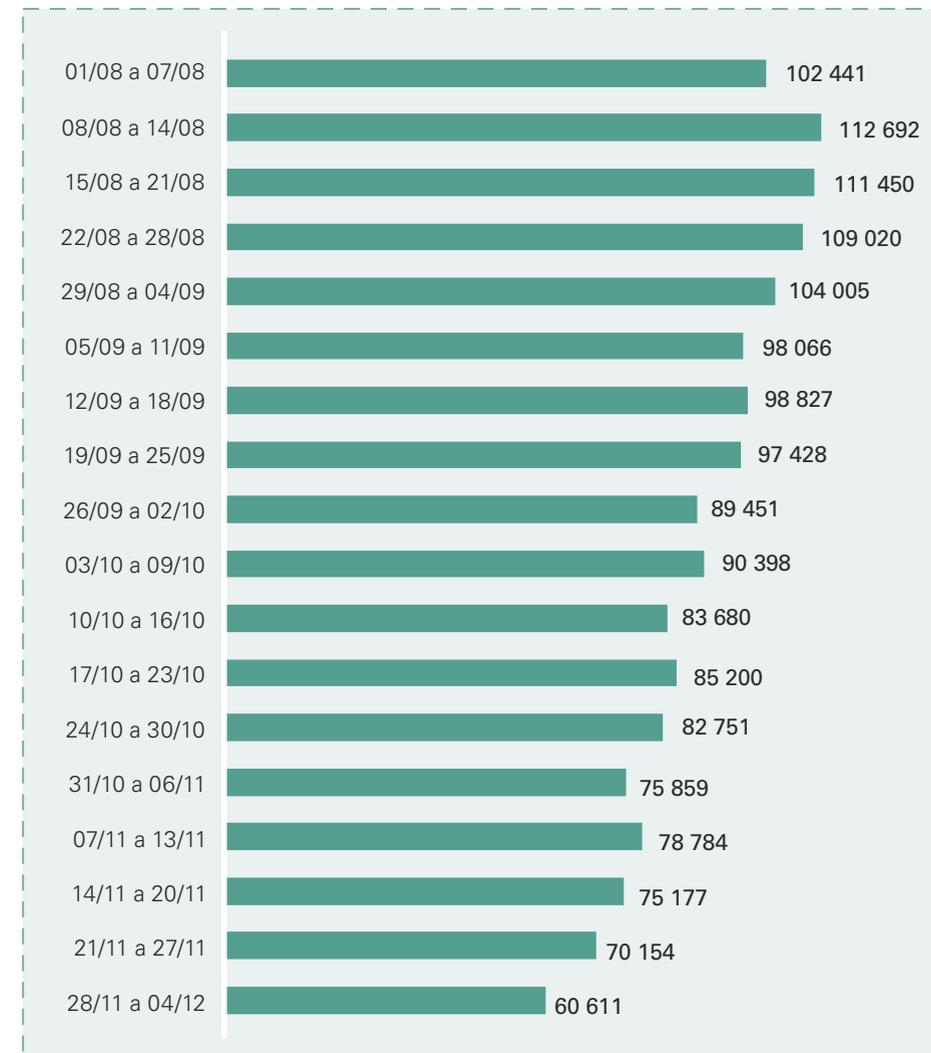
A coleta do Censo Demográfico 2022, programada para três meses a partir de agosto de 2022, não atingiu o ritmo esperado, levando o IBGE a adotar estratégias para completá-la. Até 4 de dezembro de 2022, **78,7% da população estimada havia sido recenseada**, conforme gráfico a seguir.

Evolução da coleta: Proporção da População Recenseada nos Censos Demográficos de 2010 e 2022



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação Técnica do Censo Demográfico.

Quantidade de recenseadores trabalhando, por semana de coleta 2022



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação Técnica do Censo Demográfico.



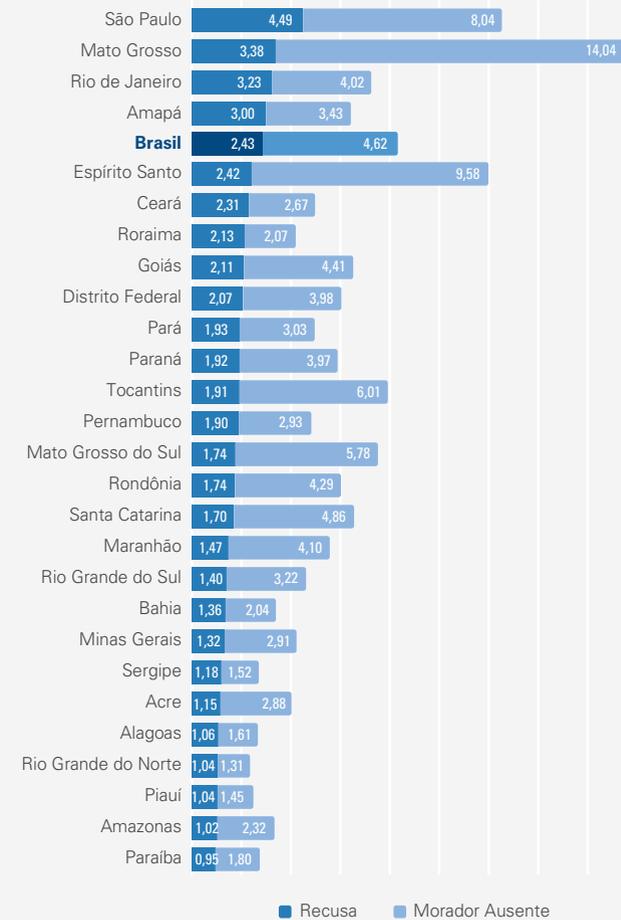
Estratégias para reversão de recusas e não-resposta

Após seis meses em campo, um dos principais desafios para a conclusão do Censo Demográfico 2022 foi o **elevado número de recusas** para responder ao questionário. No País, **a taxa média chegava a 2,43%**, com base na atualização feita em 31 de janeiro de 2023. Esse percentual era consideravelmente superior em localidades de maior concentração populacional.



Recenseador enfrentando dificuldades no acesso aos condomínios.
Foto: Helena Pontes/Agência IBGE Notícias.

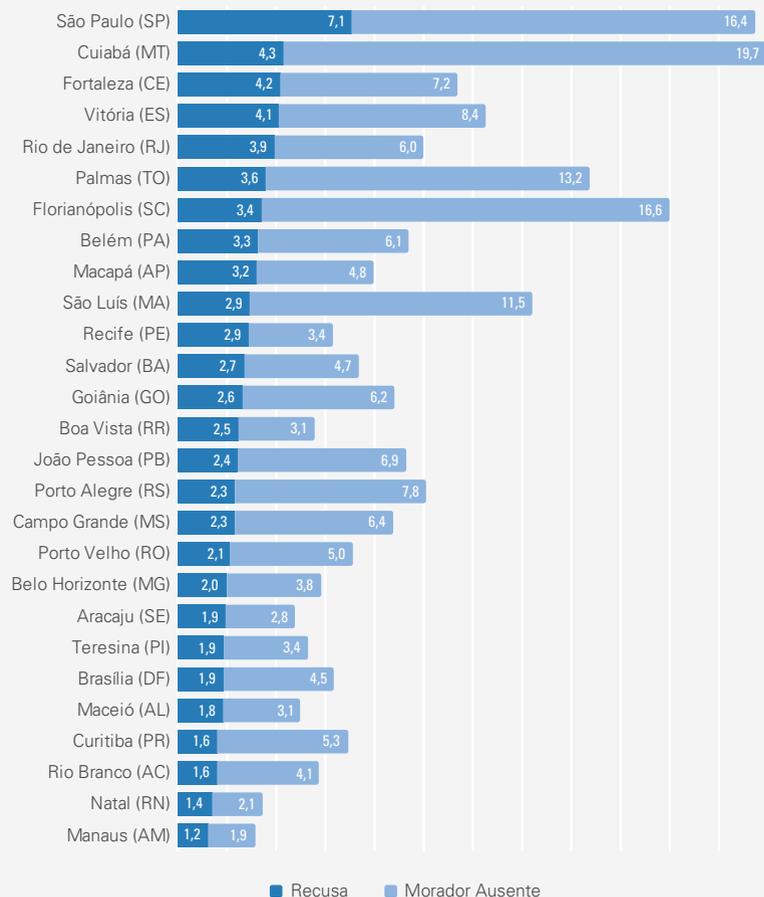
Taxa de recusa e de morador ausente por estados (%) Até 31 de janeiro



Fonte: Banco de dados da coleta do Censo 2022, consolidado em 31 de janeiro de 2023.

Taxa de recusa e de morador ausente por capitais (%)

Até 31 de janeiro



Fonte: Banco de dados da coleta do Censo 2022, consolidado em 31 de janeiro de 2023.

Além de altos níveis de recusas, o Censo Demográfico 2022 também registrava **percentuais elevados de moradores ausentes**. A média do País, até o dia 31 de janeiro de 2023, foi de **4,62%**. Para efeitos de comparação, no Censo Demográfico de 2010, não havia um indicador separado para os casos de recusa e de ausência de informantes. E, a média das duas situações, somadas, chegou a 1,5%, ao fim da operação censitária realizada em 2010.

Em virtude disso, algumas estratégias foram desenhadas para redução de recusas e moradores ausentes.

Disque-Censo 137

Serviço inédito em operações censitárias no País, o **Disque-Censo** foi disponibilizado desde o fim de 2022, com o objetivo de facilitar a comunicação entre o IBGE e a sociedade. O número 137 possibilitou que as pessoas que não haviam respondido à pesquisa censitária – por variados motivos, inclusive ausência no local – ligassem para agendar a entrevista referente ao seu domicílio. O atendimento telefônico contou com **120 agentes censitários de pesquisa**.



Superintendentes Estaduais do IBGE reforçam importância do Disque-Censo 137. Foto: Acervo IBGE.

Campanha “Favela no Mapa”

O IBGE realizou, em março de 2023, a **ação nacional de mobilização Favela no Mapa**, em parceria com a Central Única das Favelas - Cufa e o Data Favela. Realizada em 20 Estados, a iniciativa conjunta inédita teve como objetivo abrir caminhos e portas para o IBGE avançar com a operação censitária nas favelas e comunidades urbanas, reduzindo o percentual de não respostas nessas localidades. Além dos esforços de visibilidade e mídia, a ação contou com forças-tarefa nos Estados para a finalização da coleta.



Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, esteve na maior favela de São Paulo (SP) para incentivar moradores a responder ao Censo – Foto: Acervo IBGE.

Campanha “Condomínio no Mapa”

O IBGE também promoveu, em abril de 2023, a **Ação de Mobilização do Censo em Áreas de Alta Renda - Condomínios no Mapa**, realizada em 20 Unidades da Federação, conforme mapa a seguir. Enquanto a média nacional de não resposta ao Censo estava próxima de 5,5%, a recusa em receber o recenseador chegava a 30% em alguns blocos de condomínios de alto padrão.



Operações especiais em Terras Indígenas

A completa cobertura territorial do universo a recensear pelo Censo Demográfico inclui as Terras Indígenas, que possuem logística de acesso e percurso diferenciado, em particular as que demandam acesso aéreo por aeronaves de pequeno porte de asas fixas (monomotor e bimotor) e de asas rotativas (helicópteros).

Para o Censo Demográfico 2022, o acesso a aeronaves de asa fixa nas Terras Indígenas dos Estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Mato Grosso foi viabilizado por um Termo de Execução Descentralizada - TED com a FUNAI. Por sua vez, o acesso via helicóptero foi viabilizado, em março de 2023: (i) para a Terra Indígena Yanomami (Roraima e Amazonas), via Acordo de Cooperação Técnica - ACT envolvendo os Ministérios do Planejamento e Orçamento - MPO, dos Povos Indígenas - MPI, da Justiça e da Segurança Pública - MJSP e da Defesa - MD; e, (ii) para a Terra Indígena Waijãpi (Amapá), com um TED com a Força Aérea Brasileira - FAB. As entidades do governo federal vinculadas aos ministérios (Polícia Rodoviária Federal - PRF, Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, FUNAI e FAB) contaram, ainda, com o apoio do governo de Roraima.

As duas Terras Indígenas tiveram sua coleta concluída em março de 2023, finalizando a coleta em Terras Indígenas do Censo Demográfico 2022.



Equipe do IBGE repassando a escala de voos para a equipe da Polícia Rodoviária Federal, em Surucucu (RR). Foto: Divulgação - Polícia Rodoviária Federal.

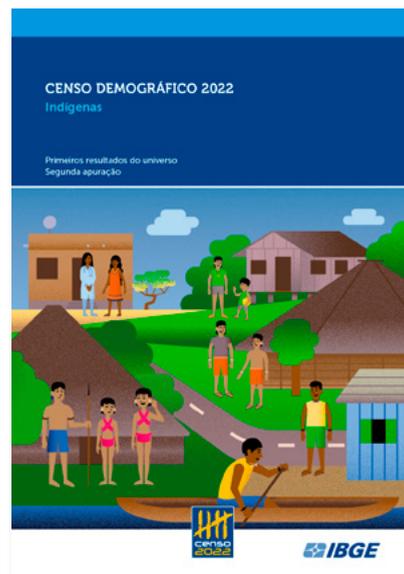


Equipe do IBGE realizando coleta na Terra Indígena Waijãpi (AP), com apoio do 1º Esquadrão do 8º Grupo de Aviação da Força Aérea Brasileira.

Ações de disseminação e comunicação

A dimensão da disseminação e da comunicação realizadas para o Censo Demográfico 2022 envolveu o planejamento de diversos produtos e ações, a fim de atender aos anseios da sociedade de acesso aos primeiros dados e resultados dessa pesquisa demográfica. Em 2023, destacam-se as seguintes publicações:

- [População e domicílios - Primeiros resultados](#);
- [População por idade e sexo - Resultados do universo](#);
- [Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade - Resultados do universo](#);
- [Quilombolas - Primeiros resultados do universo](#);
- [Indígenas - Primeiros resultados do universo](#);



Uma ação inovadora foi a criação do canal [Panorama do Censo 2022](#). Esse canal traz as informações divulgadas até o momento numa interface amigável e facilmente acessada por todo tipo de usuário, independentemente de seus conhecimentos técnicos em estatística.

Ainda sob o intuito de democratizar o acesso aos dados do Censo Demográfico 2022, foram realizadas ações para disseminar os primeiros resultados da pesquisa para os públicos escolares. Nesse aspecto, destacamos a edição da publicação infantil [“Clube dos Curiosos”](#), que trouxe alguns resultados do Censo, e a realização do [6º Seminário IBGE de Portas Abertas para a Escola](#), que discutiu o tema “Os resultados do Censo – como levar o retrato do Brasil para a sala de aula?”.



Outras ações de destaque foram:

- o lançamento do *Podcast Censos do Brasil*, disponível nas principais plataformas de *podcasts* (como o [Spotify](#)) e no site da [Memória IBGE](#); e
- o lançamento da publicação **Nas lentes do recenseador: 1º Prêmio Fotográfico do Censo Demográfico 2022** e a realização da cerimônia de entrega aos recenseadores vencedores do prêmio. Cerca de 6 400 recenseadores fizeram registros de suas atuações em campo e enviaram, pelo DMC, fotos de paisagens urbanas, paisagens rurais e habitações.



A fim de dar apoio aos jornalistas e demais agentes externos na divulgação dos dados do Censo, foram mantidos os produtos **Guia do Censo 2022 para jornalistas**; e **Guia #FaleDoCenso**, para auxiliar a todos que quisessem contribuir com a divulgação do Censo nas redes sociais. Também, foi mantido o **Canal Falso x Verdadeiro** com esclarecimentos à sociedade sobre a operação censitária, com o intuito de combater a desinformação no Censo Demográfico 2022.

No que se refere à Comunicação Social, foram realizadas, desde o ano de 2020, diversas ações de comunicação com a mídia (entrevistas coletivas presenciais e on-line, entrevistas individuais com porta-vozes e reuniões de embargo). Destacam-se, ainda, a produção de conteúdo multimídia na **Agência IBGE Notícias** (releases, notícias, **Minuto IBGE**, audiovisuais) e o **hotsite do Censo 2022**, além de *media training* com porta-vozes do IBGE, Oficina para jornalistas, gestão de crise, entre outras atividades.

Em 2023, destacaram-se os seguintes trabalhos de comunicação em relação ao Censo Demográfico 2022, realizados pela Agência IBGE Notícias:

- **02/02: IBGE trabalha para reduzir taxa de recusa e finalizar Censo 2022**
- **28/03: Ação de mobilização busca ampliar cobertura do Censo nas favelas do País**
- **17/04: Na reta final do Censo, IBGE faz campanha em condomínios de alta renda**
- **16/05: IBGE reúne maiores especialistas do País para avaliar resultados preliminares do Censo 2022**

- **28/06:** De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões [↗](#)
- **28/06:** País tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010 [↗](#)
- **27/07:** Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios [↗](#)
- **07/08:** Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal [↗](#)
- **27/10:** Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos [↗](#)
- **22/12:** Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda [↗](#)

Oficina de apresentação e avaliação dos resultados preliminares do Censo Demográfico 2022

Entre 10 e 12 de maio, dois meses antes da divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022, o IBGE reuniu em sua Sede, no Rio de Janeiro (RJ), um grupo de demógrafos, estatísticos e geógrafos de reconhecida excelência nos cenários nacional e internacional, para participarem da **Oficina de apresentação e avaliação dos resultados populacionais preliminares do Censo Demográfico 2022**. Os participantes, cientes dos resultados populacionais preliminares e dos métodos utilizados nos cálculos do IBGE, formularam as primeiras análises e avaliações, que integraram um parecer técnico posterior.



Abertura dos trabalhos da Oficina de apresentação e avaliação dos resultados preliminares do Censo 2022. Foto: Licia Rubinstein/Agência IBGE Notícias.

Orçamento

Orçamento 2023

O Projeto de Lei Orçamentária 2023 - PLOA 2023 conferiu ao IBGE um orçamento inicial total de R\$ 233 873 573,00, dividido, por grupo de despesa, em Outras Despesas Correntes (R\$ 222 398 588,00) e Investimento (R\$ 11 474 985,00), valores estes atendidos conforme a solicitação inicial do Instituto.

Posteriormente, diante da identificação da necessidade de prorrogação do prazo originalmente estabelecido para a coleta de dados, o MPO, mediante solicitação do IBGE, concedeu, em março de 2023, uma suplementação orçamentária no montante de R\$ 259 386 870,00, destinada ao grupo de Outras Despesas Correntes.

No entanto, ajustes orçamentários internos (entre o Censo Demográfico e outras iniciativas sob responsabilidade do IBGE) e externos (cancelamento de dotação orçamentária feito pelo próprio MPO) resultaram em uma redução no orçamento geral, culminando em um **valor final total de créditos disponíveis para as atividades censitárias equivalente a R\$ 472 086 601,00**.

Em 28 de dezembro de 2023, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a execução orçamentária do Plano Interno do Censo 2020 - PI CENSO 2020 **encontrava-se em 99,9%**.

Orçamento do Censo Demográfico 2022

A tabela ao lado apresenta os valores orçamentários executados de 2018 até o ano de 2023.

Itens de custeio e investimento do Plano de Trabalho no exercício 2023

Grupo de Despesa / Despesas	Empenhado (R\$)
Outras Despesas Correntes (Grupo 3)	454 310 670,61
Pessoal temporário	279 601 042,36
Modernização estatística	50 888 800,00
Diárias e passagens	48 172 258,38
Infraestrutura de coleta	37 539 586,98
Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	23 110 007,02
Disseminação da informação	8 754 089,82
Processo Seletivo Simplificado (PSS)	6 080 368,00
Ajuda Treinamento	164 517,05
Investimento (Grupo 4)	17 600 575,27
Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	17 035 082,68
Infraestrutura de coleta	565 492,59
Total Geral	471 911 245,88

Fonte: Coordenação Geral de Operações Censitárias - CGOC

Orçamento Censo Demográfico 2022

Tipo de despesa	Orçamento (R\$ milhões)						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total (1)
Pessoal	-	19,2	108,6	117,3	1 621,4	279,6	2 146,1
Custeio	2,7	74,0	59,3	34,9	571,4	174,7	917,0
Investimento	0,2	139,2	47,8	14,4	40,0	17,6	259,2
Publicidade	-	3,0	6,2	2,5	60,0	-	71,7
Total Geral	2,9	235,4	221,9	169,1	2 292,8	471,9	3 394,0

Fonte: Coordenação Geral de Operações Censitárias - CGOC

(1) Somatório de valores correntes sem aplicação de fator de atualização.



Bases de dados para suporte à operação censitária

Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE

O CNEFE é uma base de dados de abrangência nacional que contempla endereços georreferenciados de domicílios e estabelecimentos de todo o País. A sua atualização é realizada continuamente.

Por conta da ampliação do período de coleta do Censo Demográfico de 2022 para 2023, as atividades do IBGE com o CNEFE concentraram-se, ao longo do ano 2023, em:

- Continuidade do acompanhamento da coleta do Censo, especialmente em relação às seguintes variáveis:
 - Totais e percentuais de endereços coletados com erro/omissão quanto a coordenadas geográficas;
 - Totais e percentuais de endereços coletados fora do setor de origem (potenciais casos para tratamento de invasão entre o limite no SIGC); e
 - Percentual da diferença entre o total de endereços coletados no Censo e o total de endereços existentes no banco de dados geográficos das distribuidoras de energia elétrica.

- Recuperação dos endereços selecionados para a PNAD Contínua e excluídos no Censo, a fim de identificar o mesmo endereço registrado de outra forma e garantir, assim, a persistência da marcação de entrevista pela PNAD Contínua;
- Validação e eventuais correções nos dados entregues pelo Censo com relação aos seguintes componentes do endereço: **Logradouros, CEPs e Localidades**; e
- Atividades preparatórias para a divulgação das coordenadas geográficas dos endereços do Censo, prevista para o primeiro trimestre de 2024, incluindo a validação de todas as coordenadas de endereços coletadas no Censo e eventuais aprimoramentos e imputações.

Banco de Dados Operacionais - BDO

O BDO é um sistema desenvolvido utilizando *software* livre, com a finalidade de adquirir e manter as informações necessárias para as fases de planejamento da coleta do Censo. Além disso, agrega informações de várias fontes dentro da instituição para auxiliar a gestão e a tomada de decisão a partir de um contexto ampliado.

As principais tarefas realizadas em relação ao BDO, no Censo Demográfico 2022, abrangendo o ano de 2023, foram: (i) definir as estruturas censitárias e os respectivos responsáveis; (ii) auxiliar no planejamento das vagas para con-

tratamento de pessoal; (iii) apresentar o orçamento detalhado em nível de setor censitário; e (iv) utilizar tecnologia para integrar sistemas e consultas a dados institucionais, como recursos de apoio para tomada de decisão.

Para estas atividades, foram criados módulos específicos com as seguintes funções:

- Atualizar taxas de coleta e locomoção por setor, de acordo com as necessidades locais;
- Gerar relatórios de acompanhamento de valores pagos a recenseadores, em treinamento e em atividade (produção por setor), por meio de consulta à base de dados institucionais;
- Registrar e documentar as Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo - REPACS, para prestar contas à sociedade, em particular quanto ao ciclo de encerramento da coleta; e
- Consultar características de setores censitários (em módulo dedicado aos agentes de campo).

Produção de informações estatísticas e geocientíficas

A Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE, presente na [Cadeia de Valor do IBGE](#). O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do País, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico e mais eficiente das políticas públicas e programas de governo. A esse respeito, destacam-se, aqui, os Objetivos Estratégicos 1 e 2, contidos no [Mapa Estratégico do IBGE](#).

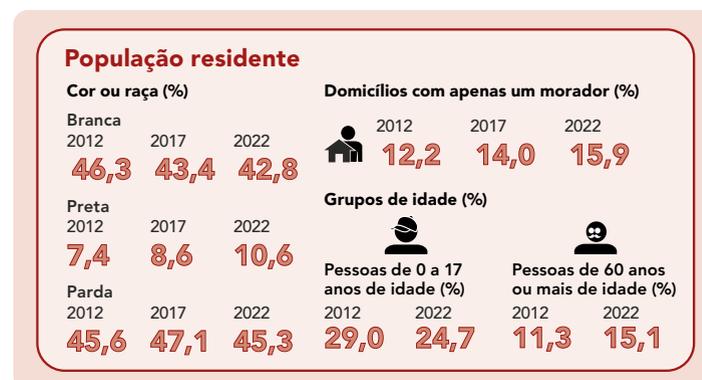
Em 2023, foram divulgados **232 resultados** relacionados às informações estatísticas, cobrindo as áreas social, econômica e de multidomínio, que se desdobram em **25 temas**. E, no âmbito das Geociências, foram divulgadas **23 informações** relacionadas aos seguintes temas: Organização do território; Métodos e documentos de referência; Informações ambientais; Posicionamento Geodésico; e Cartas e Mapas.

Estatísticas sociodemográficas

População

Características gerais da população

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

Abrange as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

Família

Envolve informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

Nupcialidade

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

Grupos populacionais específicos

Consiste nas estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens e idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Destaca-se a **PNAD Contínua**, que visa a acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita:

- Habitação;
- Características gerais dos moradores;
- Informações adicionais da força de trabalho;
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário);
- Trabalho de crianças e adolescentes; e
- Rendimentos de outras fontes.

Temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos de 2022, com divulgação em 2023:

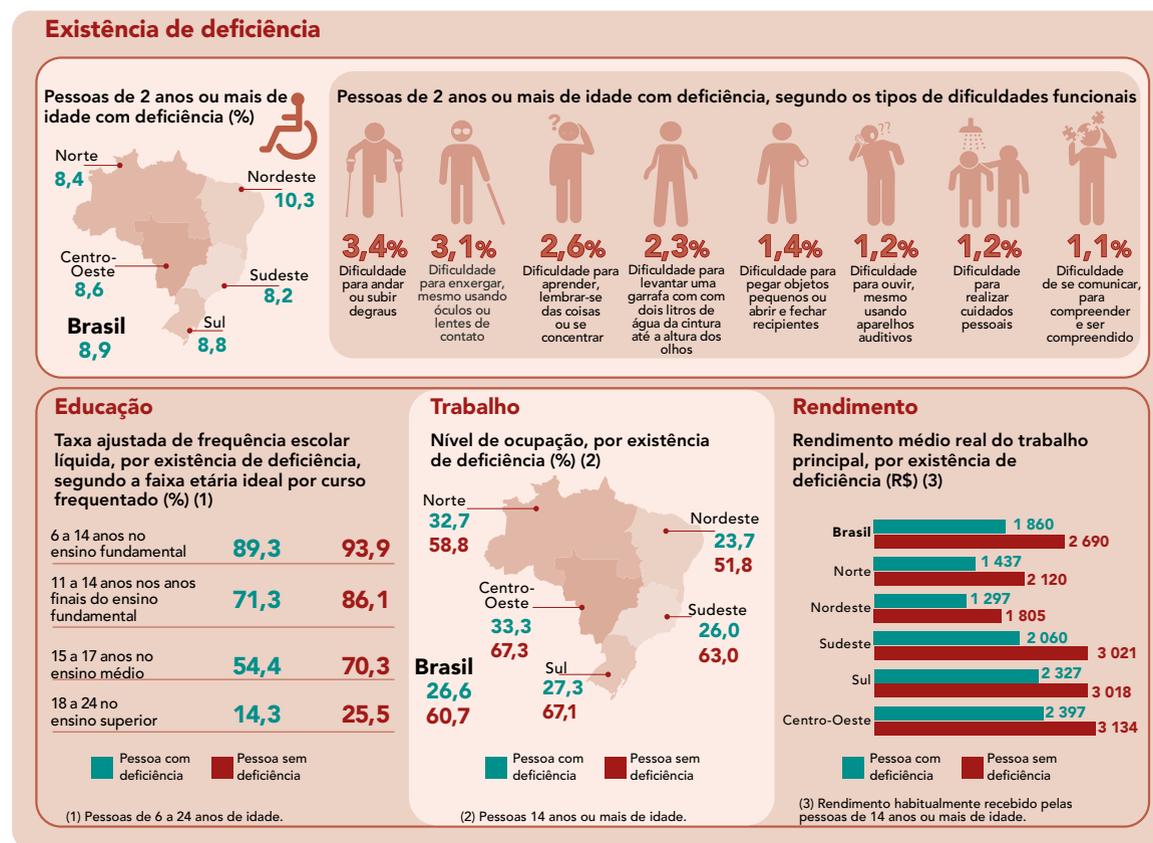
- Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal;
- Atenção primária à saúde;
- Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais;
- Pessoas com deficiência; e
- Educação.

Pessoas com deficiência

A inclusão desse módulo, na PNAD Contínua, teve como objetivo mostrar as características sociodemográficas e econômicas das pessoas com deficiência no Brasil. Tal iniciativa está alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo lema é “não deixar ninguém

para trás”, promovendo análises que contribuem para a visibilidade das situações de vida, para as desigualdades e para determinadas particularidades dentre os vários grupos populacionais, como as pessoas com deficiência.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Tábuas Completas de Mortalidade

Sobre as características gerais da população, pode-se citar também a [Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil - 2022](#). Essas tábuas permitem conhecer os níveis e padrões de mortalidade do País, bem como indicadores derivados, como a mortalidade infantil e a expectativa de vida ao nascer, dentre outros.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Trabalho

Trabalho remunerado

Engloba as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo: (i) informações sobre a população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; (ii) características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); (iii) saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); (iv) trabalho decente; e (v) grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

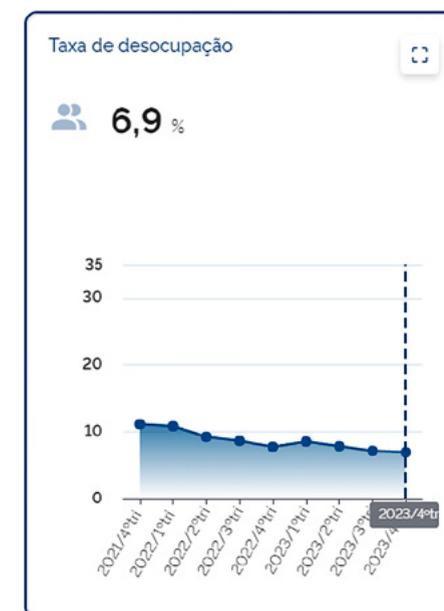
Outras formas de trabalho

Envolve as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

A PNAD Contínua divulga informações nas seguintes periodicidades: (i) **mensal**, para informações conjunturais de um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho (para o nível geográfico de Brasil); (ii) **trimestral**, para informações conjunturais de indicadores relacionados à força de trabalho (para todos os níveis de divulgação); (iii) **anual**, para informações estruturais relativas aos demais temas permanentes suplementares da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho; e (iv) **variável**, para outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente.

Foi desenvolvido o [Painel PNAD Contínua](#), por meio de convênio firmado entre o IBGE e o escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) no Brasil, onde é possível acessar informações disponibilizadas pela PNAD Contínua.

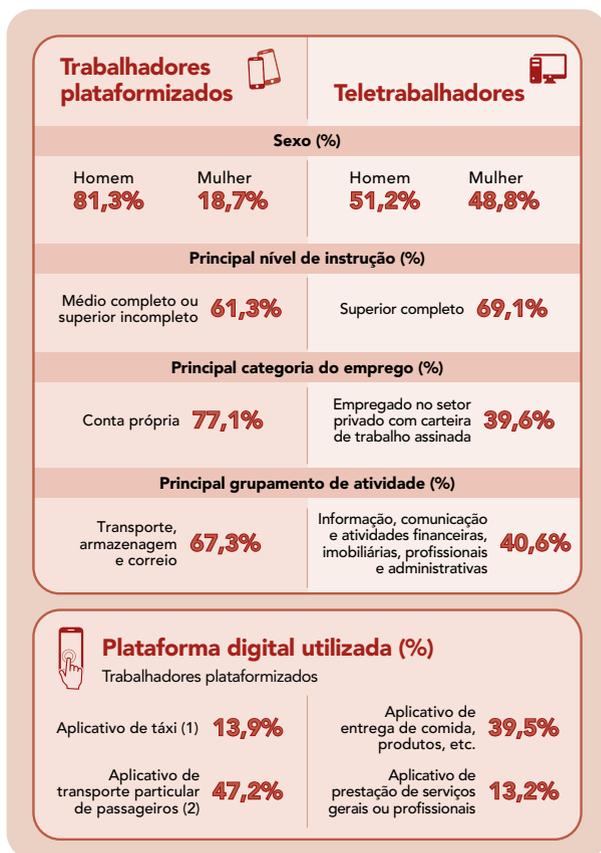
No gráfico abaixo, encontra-se a série histórica da taxa de desocupação, de 2021 a 2023.



Fonte: Painel PNAD Contínua.

Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais

No quarto trimestre de 2022, pela primeira vez no âmbito da PNAD Contínua, foram obtidas informações sobre teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais, relativas ao trabalho único ou principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

(1) Aplicativo próprio para motoristas de táxi, incluindo aplicativos de cooperativas locais de taxistas e outros aplicativos voltados para a categoria. (2) Exclusive aplicativo de táxi.

A investigação desse tema ocorreu em um período em que o mundo do trabalho foi afetado por importantes acontecimentos, notadamente pela pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, a partir da qual se observou a expansão não só do número de pessoas que passaram a trabalhar de forma remota, sobretudo no próprio domicílio, mas, também, do uso de plataformas digitais para o exercício do trabalho, em decorrência de variados fatores. Entre eles, destacam-se: a disponibilização de múltiplos aplicativos com oportunidades de obtenção de alguma renda; a demanda por determinados produtos e serviços on-line; e a busca por maior flexibilidade em relação a horários e locais de trabalho, por parte de muitos trabalhadores, paralelamente ao interesse de redução de custos e acesso a novos mercados, por parte de empresas.

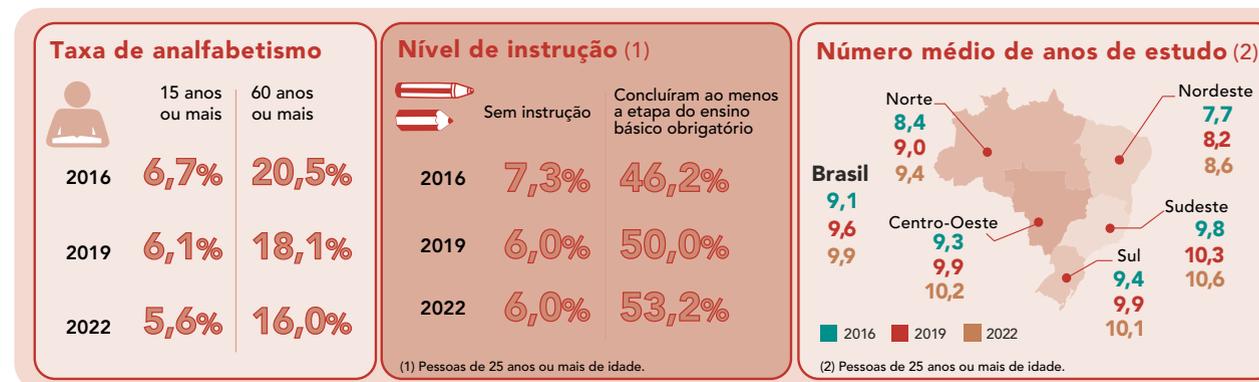
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo: condição de alfabetização; frequência à creche ou à escola; rede e área de ensino; grau de instrução; e gestão da educação, entre outros.

O módulo Educação da PNAD Contínua tem como objetivo retratar o panorama educacional da população do Brasil. Em 2023, foram apresentados os resultados com referência no segundo trimestre de 2022, assim como algumas comparações com os anos anteriores.



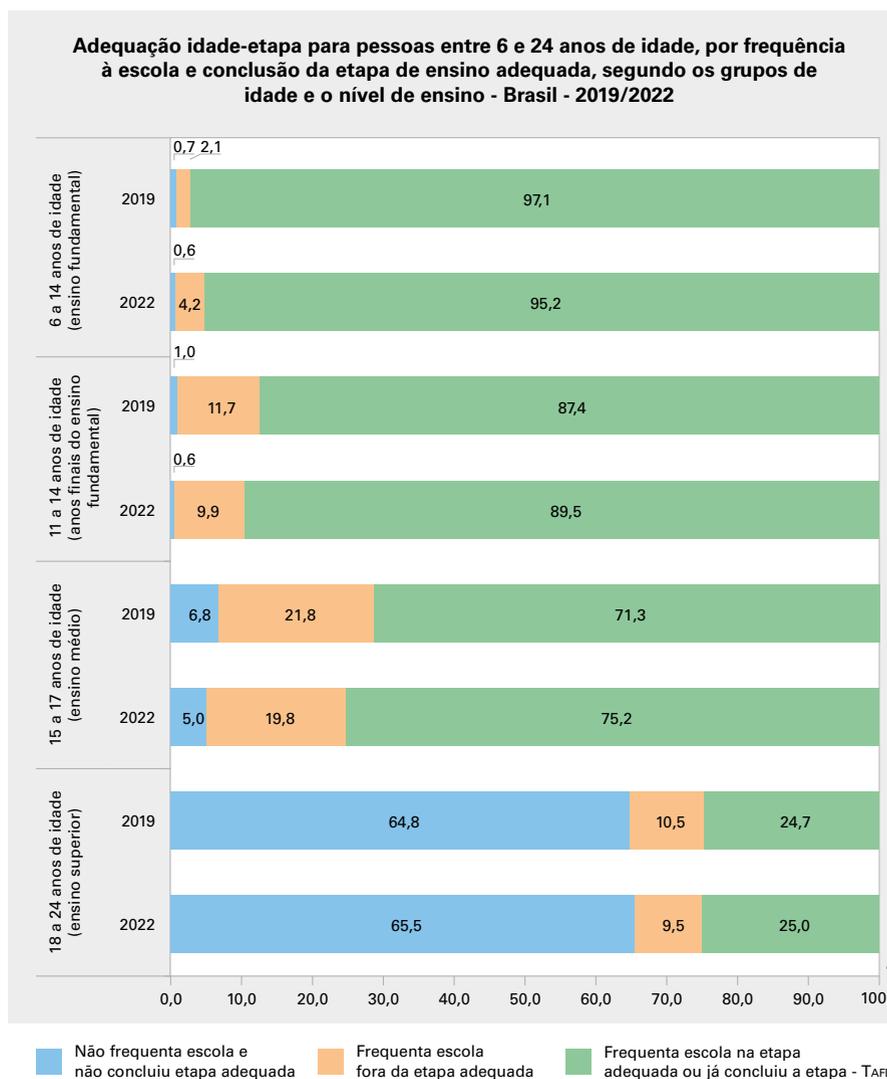
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Destaca-se, ainda, a *Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2023*. Seus indicadores ilustram a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais e estão organizados em quatro capítulos. O capítulo dedicado à educação realiza a análise de aspectos da realidade educacional brasileira, especialmente no que tange às desigualdades que permeiam o acesso e a permanência no sistema de ensino, assim como o estudo do nível educacional alcançado pela população brasileira, à luz das agendas nacional e global.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022.

Notas: 1. Dados referentes ao 2º trimestre.

2. Taxa ajustada de frequência escolar líquida (Tafel), proporção de pessoas que frequentam a etapa de ensino adequado à sua faixa etária ou que já a haviam concluído.

Habitação

Abrange as informações sobre habitação, englobando: tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Serviços de saneamento básico e energia elétrica (%)

 Lixo coletado diretamente por serviço de limpeza

2016	2019	2022
82,7	84,3	86,0

 Energia elétrica proveniente da rede geral

2016	2019	2022
99,5	99,5	99,4

 Rede geral de esgotamento sanitário ou fossa ligada à rede

2016	2019	2022
66,8	68,2	69,5

 Rede geral de distribuição de água como principal forma de abastecimento

2016	2019	2022
85,8	85,5	85,5

Tipo de esgotamento sanitário, por situação do domicílio (%)

Rede geral ou rede pluvial

Total	Urbana	Rural
63,2	71,5	4,4

Fossa séptica ligada à rede

Total	Urbana	Rural
6,3	6,5	5,0

Fossa séptica não ligada à rede

Total	Urbana	Rural
16,3	13,0	40,2

Outro tipo

Total	Urbana	Rural
14,1	9,0	50,5

Posse de bens nos domicílios (%)

	Geladeira	Máquina de lavar	Automóvel	Motocicleta
	2016 98,1	2016 62,9	2016 47,6	2016 22,6
	2019 98,1	2019 65,8	2019 49,4	2019 23,8
	2022 98,4	2022 70,2	2022 49,8	2022 25,0
				

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Saúde

Compreende as informações sobre saúde, abrangendo: morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

O IBGE, em parceria com o Ministério da Saúde, investigou, em 2022, o tema Atenção Primária à Saúde Infantil, a partir da inclusão de um módulo específico sobre o tema na PNAD Contínua, que incorporou dois novos indicadores para a avaliação de tais serviços, considerando-se como público-alvo as crianças menores de 13 anos de idade. Os respondentes atribuíram uma nota ao serviço recebido, com base na última consulta médica da criança em uma unidade pública de saúde, nos últimos 12 meses anteriores à realização da entrevista. A publicação dos resultados foi realizada em 2023.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Atenção Primária à Saúde de crianças menores de 13 anos de idade

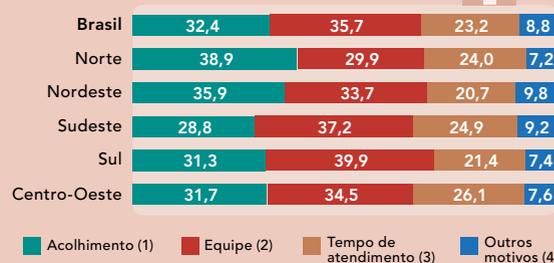


Distribuição das notas atribuídas ao serviço de saúde (%)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
0 a 6	19,4	17,3	18,7	20,8	18,6	19,1
7 a 8	33,0	37,2	35,8	30,9	30,1	31,9
9 a 10	47,6	45,5	45,4	48,3	51,3	49,1

Nota: Em Unidade Básica de Saúde ou Unidade de Saúde da Família.

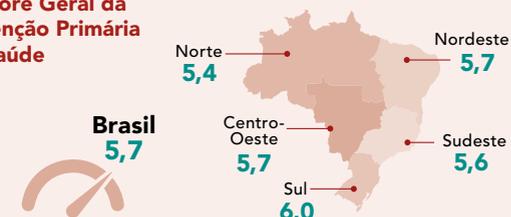
Motivo principal para atribuição da nota dada pelo cuidador da criança (%)



(1) A forma como a pessoa responsável ou a criança foram recebidas na Unidade de Saúde. (2) A atuação dos profissionais da unidade de saúde na resolução do problema. (3) A rapidez ou a demora no atendimento da criança (velocidade). (4) Instalações físicas (infraestrutura), organização e limpeza do local ou outro motivo.

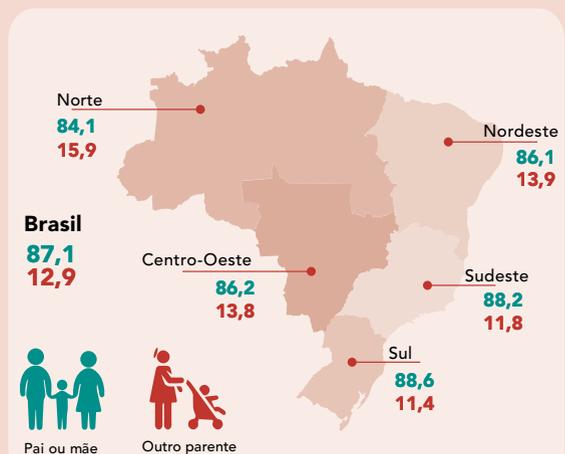
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Escore Geral da Atenção Primária à Saúde



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Distribuição de crianças, por relação de parentesco do cuidador da saúde da criança (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Crianças menores de 13 anos de idade.

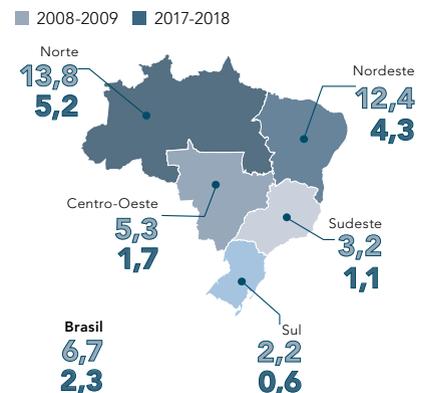
Rendimento, despesa e consumo

O tema compreende as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo: tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Destaca-se o estudo *Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares*, (nos anos 2008-2009 e 2017-2018). O estudo retrata e possibilita a análise da qualidade de vida no Brasil a partir dos orçamentos domésticos e demais indicadores investigados.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Índice de pobreza multidimensional não monetário - IPM-NM



Contribuição para o IPM-NM (%)

Grandes Regiões	2008-2009		2017-2018	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Norte	16,8	19,4	1º	28,4
Nordeste	52,6	51,1	2º	20,1
Sudeste	20,0	19,8	3º	15,1
Sul	4,9	3,9	4º	12,0
Centro-Oeste	5,8	5,8	10º	0,7

Cor ou raça	2008-2009		2017-2018	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Branca	22,9	19,7		
Preta e parda	75,7	79,1		

Contribuição das dimensões para a soma dos efeitos marginais (%)

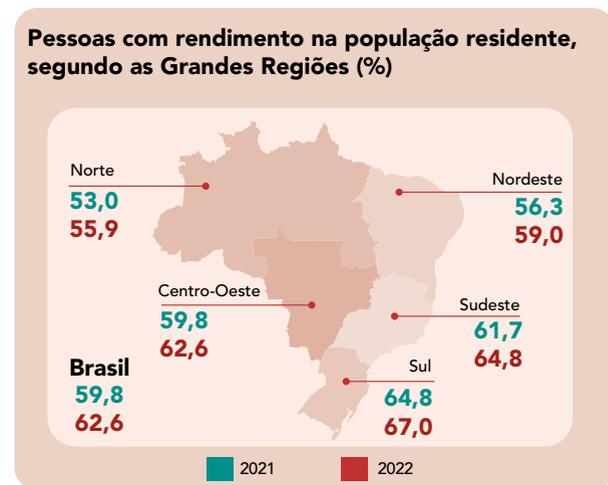


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Também, a PNAD Contínua investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil.

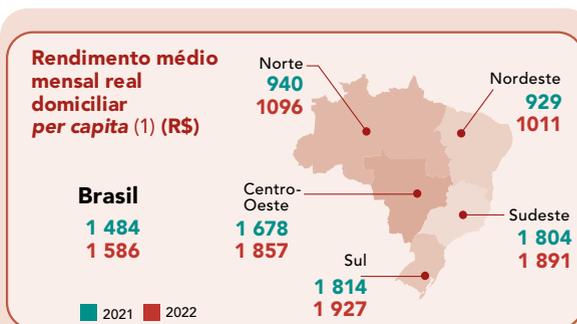
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

Nota: Acumulado de quintas visitas.

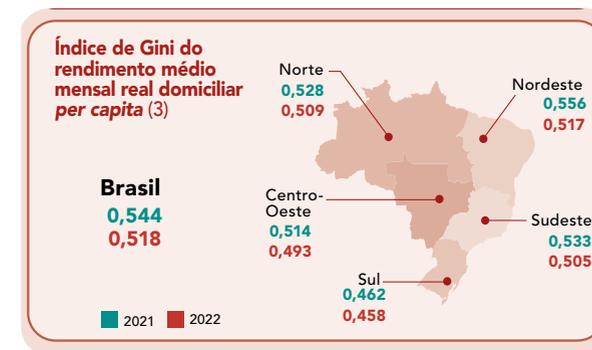


Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	2019 (%)	2021 (%)	2022 (%)
Todos os trabalhos (2)	74,4	75,3	74,5
Aposentadoria e pensão	18,7	18,2	18,1
Aluguel e arrendamento	2,4	1,7	1,9
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	0,9	0,9
Outros rendimentos	3,4	4,0	4,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022.

(1) A preços médios de 2022. (2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022.

(3) A preços médios do ano.

Administração pública e participação político-social

Para avaliar esse tema, o IBGE realiza a **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC** e a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**, que perfazem um retrato abrangente de duas esferas administrativas. A coleta de dados é feita anualmente, com exceção dos anos em que acontece o Censo Demográfico, e, portanto, não ocorreu em 2022. No entanto, a coleta foi iniciada no segundo semestre de 2023, com previsão de publicação de resultados em 2024.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Estatísticas econômicas

Agricultura, pecuária e outros

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0**. Para conhecer a estrutura da CNAE 2.0, com suas seções e divisões, [clique aqui](#).

O IBGE traça um grande painel do agronegócio e divulga os resultados das seguintes pesquisas:

Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Couro, do Leite e da Produção de Ovos de Galinha - POG, que levantam dados da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada; da quantidade de couro cru de bovino adquirida e curtida; da quantidade de leite fluido cru; e da variação da produção física de ovos de galinha, respectivamente, em âmbito nacional.

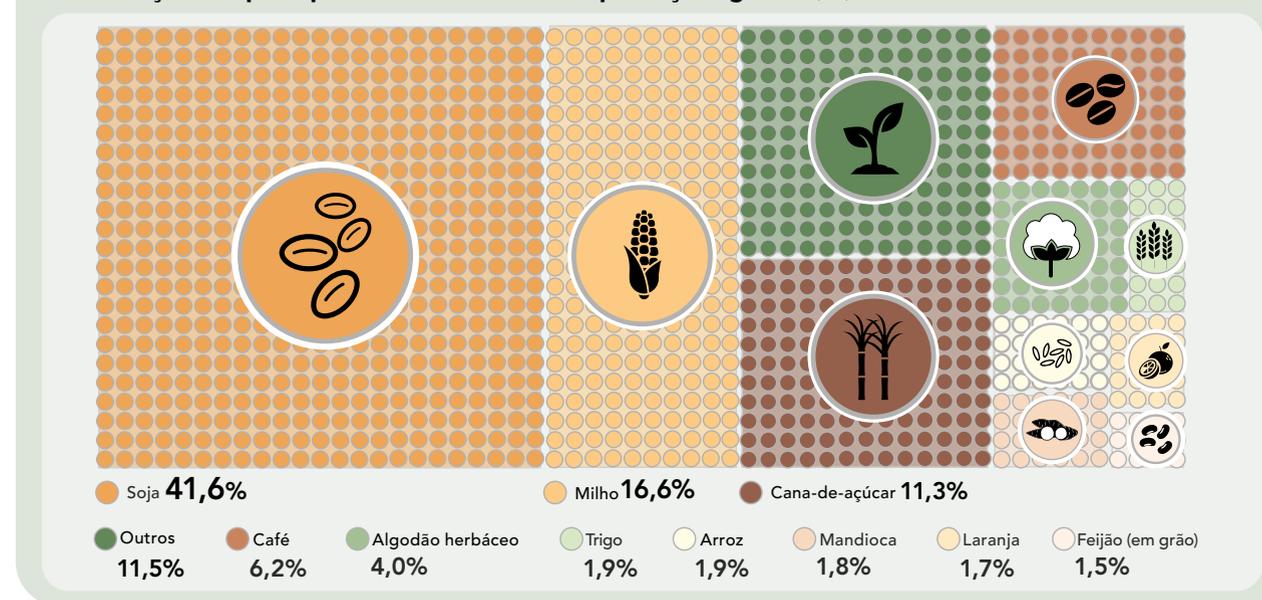
Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, que fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecio-

nados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Permite não apenas o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prognóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Produção Agrícola Municipal - PAM, que investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam pela importância econômica na pauta de exportações e por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o Município.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Distribuição das principais culturas no valor da produção agrícola (%)

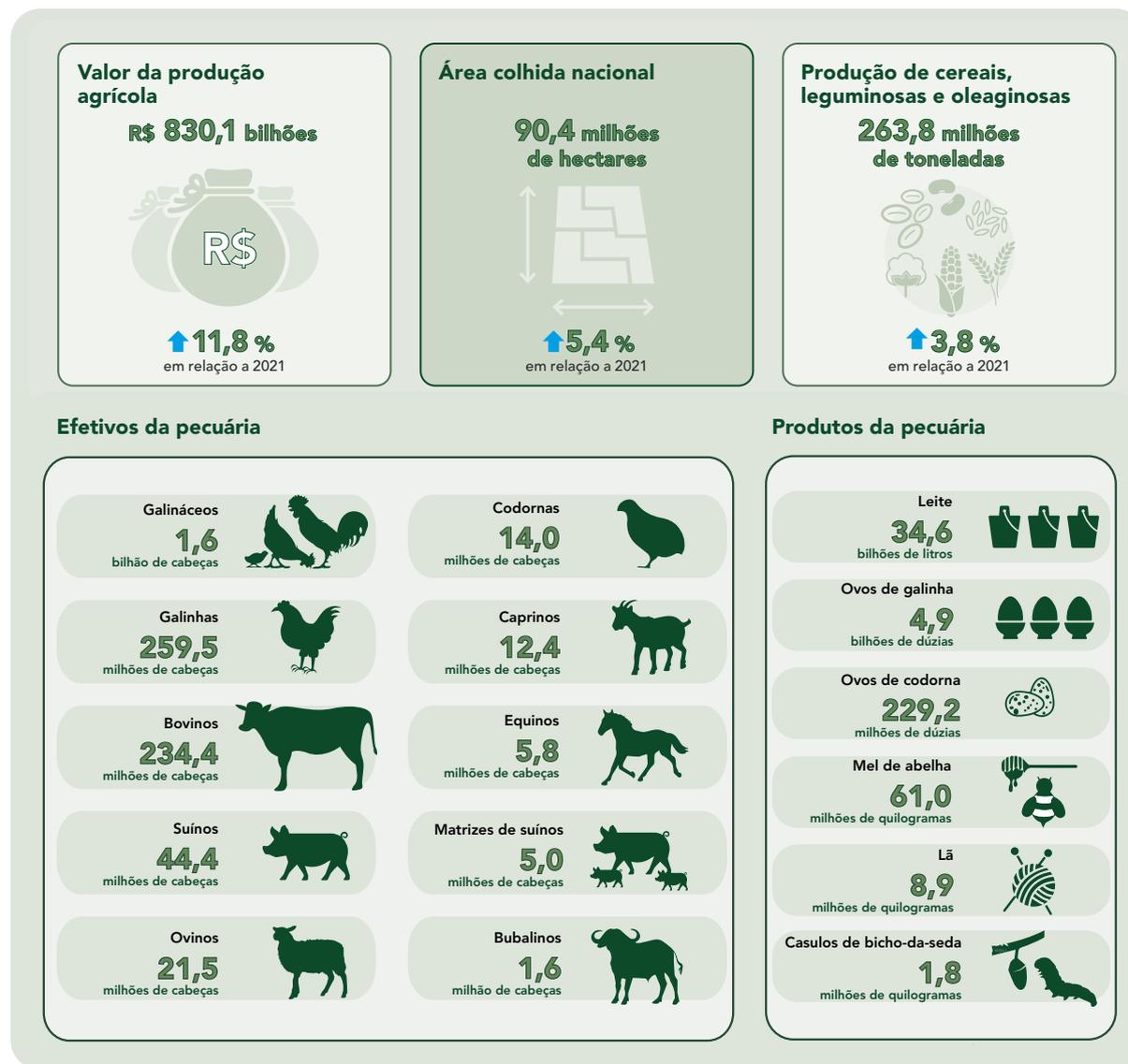


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção Agrícola Municipal 2022.

Pesquisa de Estoques, que investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre onde é feita a sua guarda. Tem como unidade de coleta o estabelecimento que possui instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.

Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM, que fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no Município na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla: a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinocultura e malacocultura.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) .



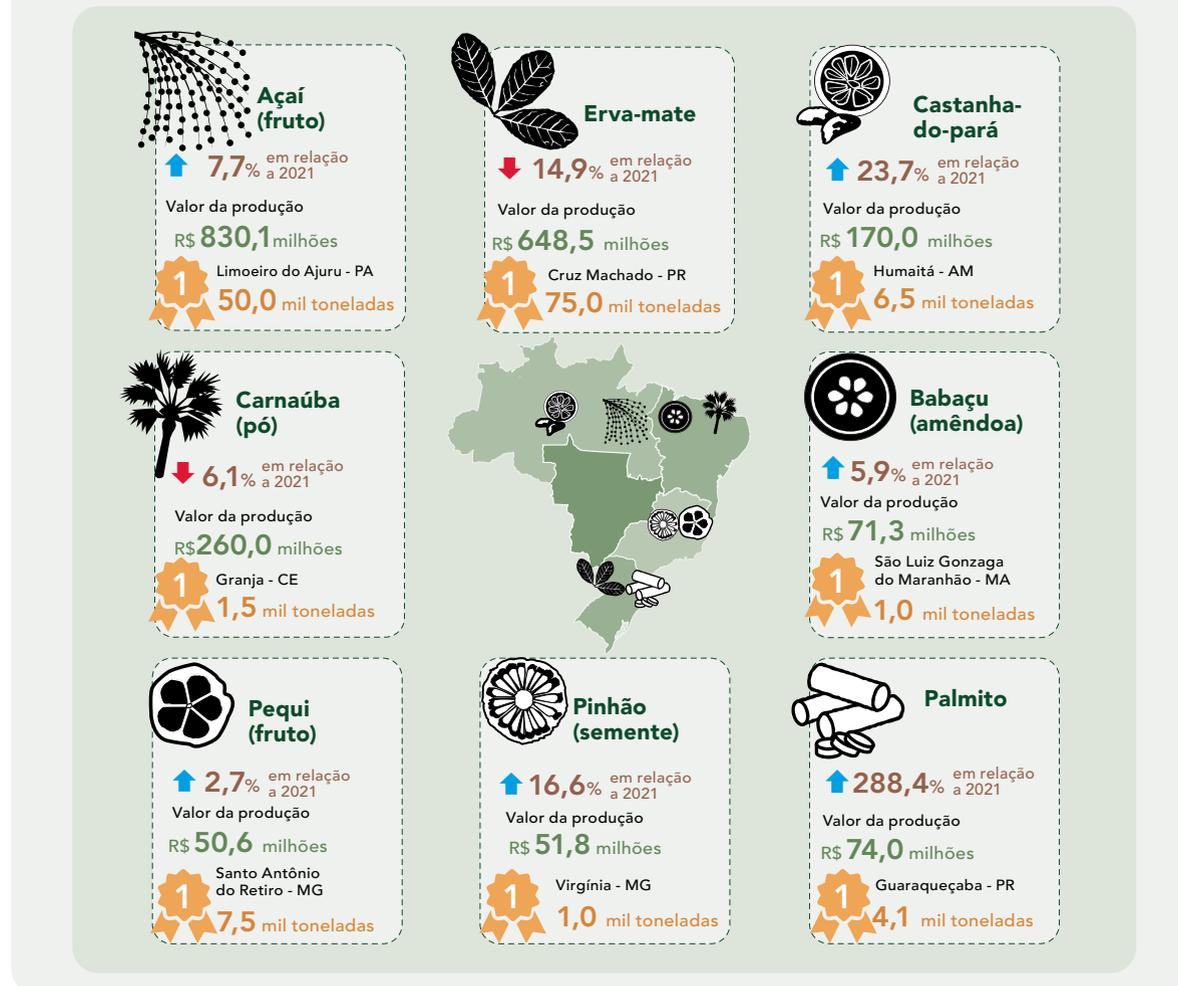
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção Agrícola Municipal 2022.

Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o Município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Variação anual do valor de produção dos principais produtos não madeireiros do extrativismo



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2022.

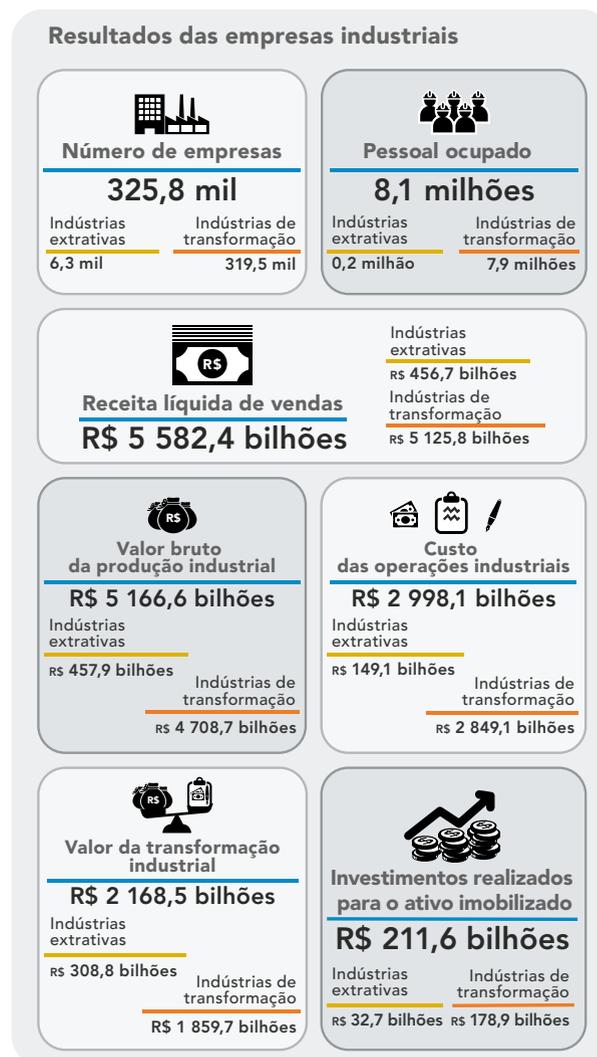
Indústria e construção

Este tema investiga as atividades das indústrias extrativas, de transformação e da construção, que pertencem às seções B, C e F da CNAE 2.0, respectivamente, a partir de pesquisas que levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos das atividades específicas. As principais pesquisas que tiveram resultados divulgados para essa área foram:

Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF, que produz indicadores de curto prazo, desde a década de 1970, relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa, que identifica as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem esse segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).



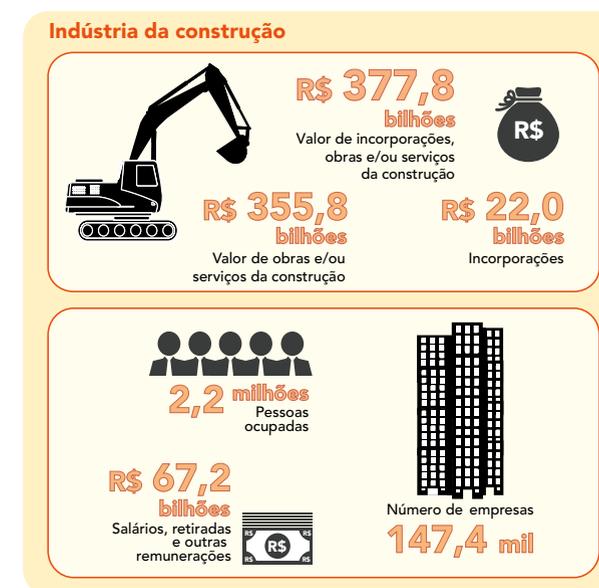
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2021.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, que identifica, anualmente, as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção, da mão de obra ocupada e sua remuneração e dos investimentos em capital fixo, entre outras.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2021.

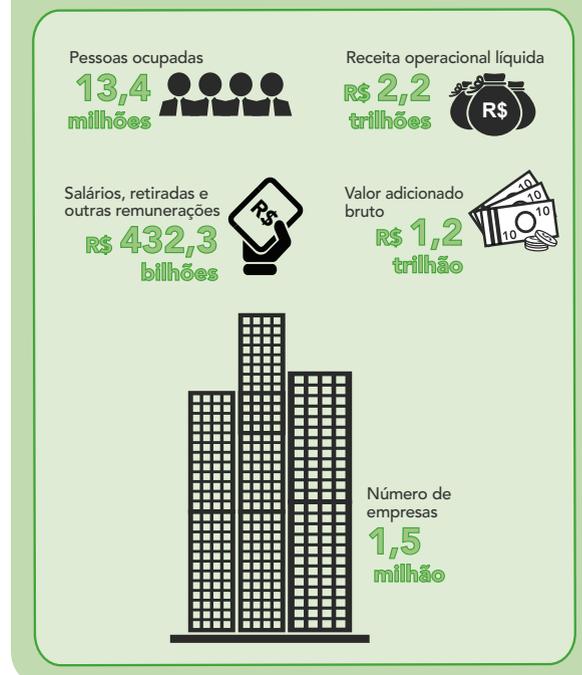
Serviços

O tema engloba as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos serviços que pertencem às seções H, I, J, L, M, N, R (parte) e S da CNAE 2.0. Os resultados divulgados desse tema são referentes à seguintes pesquisas:

Pesquisa Mensal de Serviços - PMS, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

Pesquisa Anual de Serviços - PAS, que levanta dados econômico-financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e serviços de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.

Empresas prestadoras de serviços não financeiros



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual de Serviços 2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Comércio

Tema que abrange as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades do comércio e de reparação de veículos automotores e motocicletas, que pertencem à seção G da CNAE 2.0. Os resultados divulgados desse tema são referentes à seguintes pesquisas:

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas e cuja atividade principal é o comércio varejista e atividades de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção, que incluem o ramo atacadista.

Pesquisa Anual de Comércio - PAC constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto - PIB.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual de Comércio 2012/2021.

Principais variações da receita operacional líquida nas atividades comerciais (%)

Atividade	2012	2021	Variação (p.p.)
Comércio por atacado de matérias-primas agrícolas e animais vivos	2,7	6,2	↑ 3,5
Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes	6,4	8,2	↑ 1,8
Hipermercados e supermercados	10,5	12,0	↑ 1,5
Comércio de veículos automotores	9,5	5,3	↓ 4,2
Comércio varejista de tecidos, vestuário, calçados e armarinho	4,6	2,7	↓ 1,9
Comércio varejista de informática, comunicação e artigos de uso doméstico	6,0	4,9	↓ 1,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual de Comércio 2012/2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Preços e custos

Abrange as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, englobando índices de preços ao consumidor e ao produtor, e comparações internacionais, visando a mensuração das paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno Bruto - PIB, entre outros aspectos. Compreende, também, as informações sobre custos e índices da construção civil. O tema é composto pelos seguintes produtos que tiveram seus resultados divulgados em 2023:

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referente ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, o que representa uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas consideradas no Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, por sua vez, tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento – famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada.

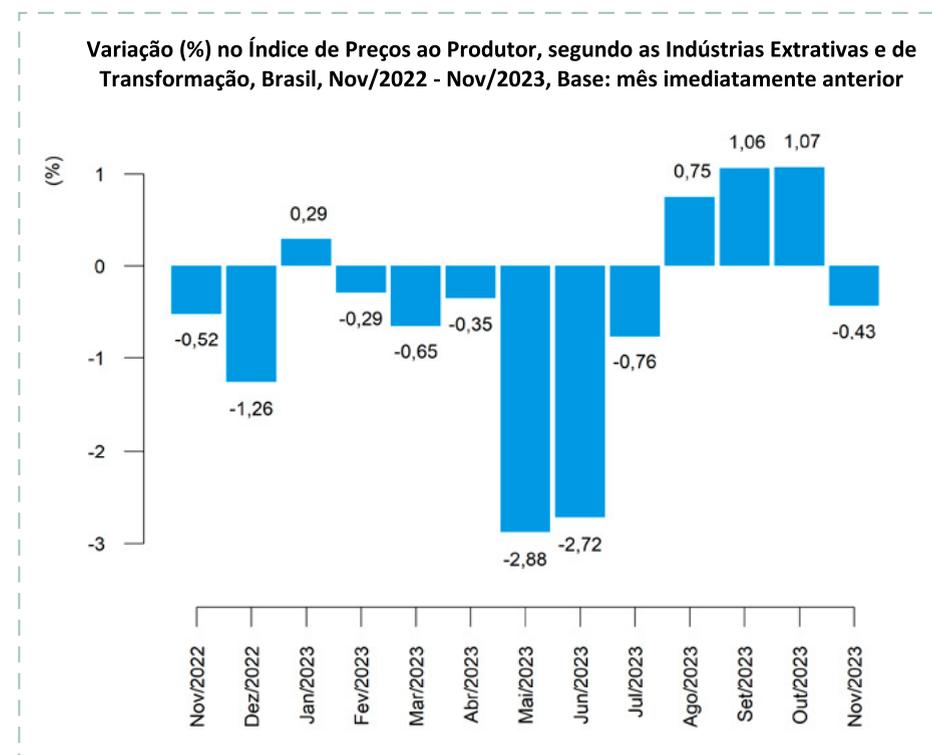
O IPCA e o INPC são produzidos contínua e sistematicamente pelo SNIPC. Ambos têm como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

O **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI** tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas, equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O SINAPI é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal - CEF, realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao IBGE as responsabilidades de coleta, apuração e cálculo. À CEF cabe a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais para a programação de investimentos, sobretudo para o setor público. Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - IPP, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, que tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Conjunturais em Empresas.



Contas nacionais

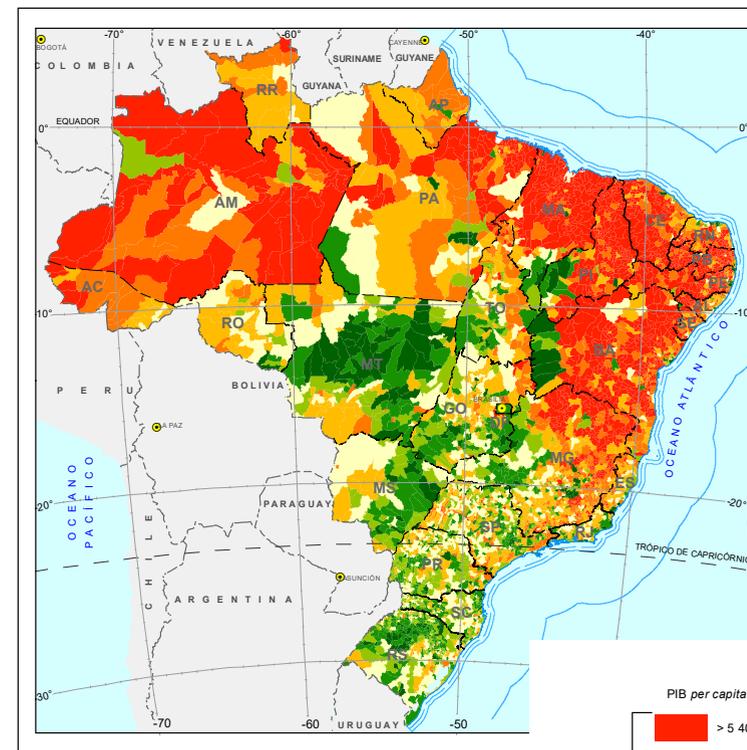
Tema que compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e a do resto do mundo, abrangendo indicadores como PIB, PIB *per capita*, e Renda Nacional Bruta, entre outros aspectos. Tem como referências metodológicas as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts - SNA*. Compreende, também, Contas Regionais e PIB dos Municípios. Os resultados divulgados, em 2023, foram referentes às seguintes fontes de informação:

O **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT** apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100), trimestralmente, para o PIB a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

O **Produto Interno Bruto dos Municípios** é uma operação estatística para que o IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, divulgue as estimativas do PIB dos Municípios.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Produto Interno Bruto *per capita* 2021



PIB <i>per capita</i> por Município (R\$)	Número de Municípios por classe
> 5 408 a 14 000	1 602
> 14 000 a 20 000	821
> 20 000 a 30 000	1 013
> 30 000 a 42 247	822
> 42 247 a 55 000	543
> 55 000 a 100 000	569
> 100 000 a 920 834	200

Produto Interno Bruto *per capita* brasileiro: R\$ 42 247,52

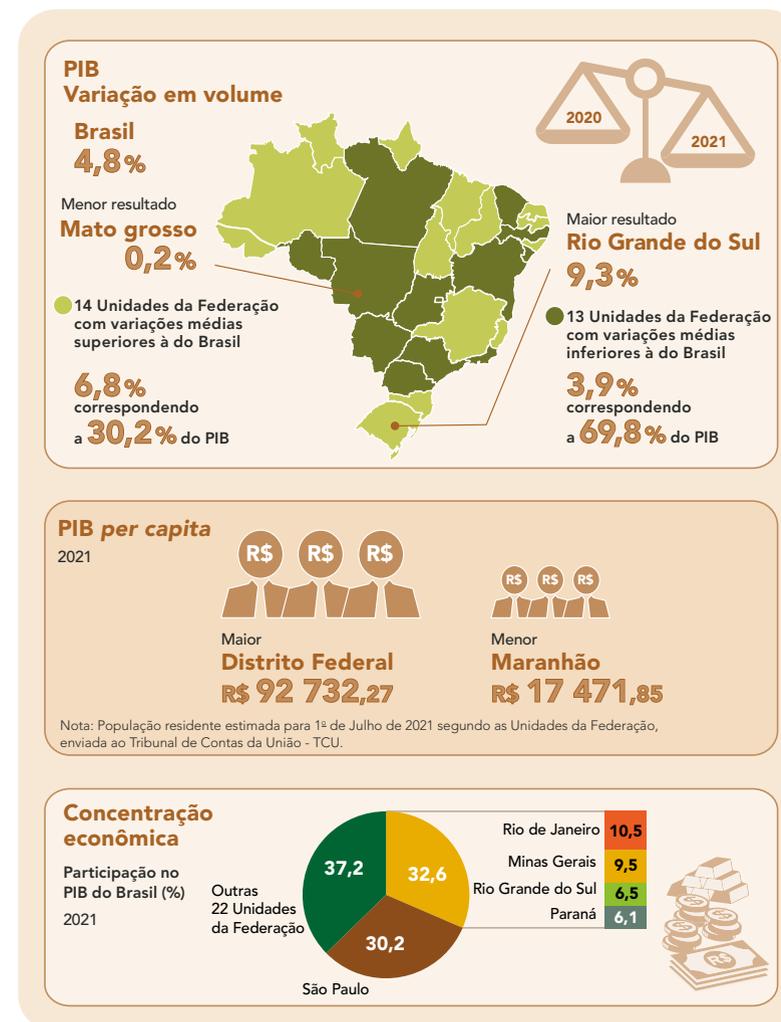
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.



O **Sistema de Contas Nacionais - SCN** apresenta, como resultados: (i) as Tabelas de Recursos e Usos, que mostram os fluxos de oferta e demanda dos bens e serviços, bem como a geração de renda e do emprego em cada atividade econômica; (ii) as Contas Econômicas Integradas, que oferecem uma visão do conjunto da economia, descrevendo, para cada setor institucional, seus fenômenos essenciais – produção, consumo, acumulação e patrimônio – e suas inter-relações; e (iii) as Tabelas Sinóticas, que reúnem as principais grandezas calculadas no SCN e permitem identificar, para cada ano do período considerado: o PIB; a composição da demanda agregada; a geração, a distribuição e o uso da renda nacional; a acumulação de capital; a capacidade ou necessidade de financiamento; as transações correntes com o resto do mundo; a renda *per capita*; a evolução da carga tributária; e a desagregação dos setores público e privado, para alguns agregados, entre outras informações da economia brasileira.

Foram publicados, ainda, no caso das contas nacionais: **Sistema de Contas Regionais - SCR: Brasil 2021** [↗](#), **Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2022** [↗](#) e **Contas Econômicas Ambientais da Água: Brasil 2018-2020** [↗](#).

O SCR fornece estimativas do PIB de cada Unidade da Federação, pelas óticas da produção e da renda, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O informativo *Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo* apresenta estatísticas sobre as finanças públicas do governo geral – setor institucional que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social por elas controlados – referentes a 2022. A parceria tem o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados dessas instituições, por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos, fortalecendo e aprimorando a metodologia de apuração da conta intermediária do setor governo e das estatísticas de finanças públicas.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) .

Outras estatísticas econômicas

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE

O CEMPRE reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações formalmente constituídas e suas respectivas unidades locais existentes no País. A atualização do CEMPRE é realizada, anualmente, a partir das informações provenientes das pesquisas estruturais (Comércio, Construção, Indústria e Serviços) e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SIMCAD, bem como de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, que estão sendo substituídos gradativamente pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Demonstrativo de Operações - Governo Geral	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
1 Receita	2 986 152	1 345 878	1 047 916	- 1 130 338	4 249 607
1.1 Impostos	1 484 318	803 965	198 843	0	2 487 125
1.2 Contribuições sociais	851 952	114 841	50 413	0	1 017 207
1.3 Transferências / Doações	951	326 009	726 120	- 1 053 057	22
1.4 Outras receitas	648 931	101 062	72 541	- 77 281	745 253
2M Despesa (2+3.1)	3 417 550	1 369 766	973 460	- 1 130 338	4 630 437
2 Gasto	3 440 643	1 334 537	945 665	- 1 130 338	4 590 507
2.1 Remuneração de empregados	320 344	432 232	421 103	0	1 173 678
2.2 Uso de bens e serviços	71 222	180 363	294 048	0	545 633
2.3 Consumo de capital fixo	43 183	57 060	55 901	0	156 144
2.4 Juros	772 031	94 391	8 980	- 77 281	798 121
2.5 Subsídios	17 670	2 057	7 413	0	27 140
2.6 Transferências / Doações	792 930	258 056	4 452	- 1 053 057	2 381
2.7 Benefícios previdenciários e assistenciais	1 376 092	237 341	76 109	0	1 689 542
2.8 Outros gastos	47 170	73 037	77 659	0	197 867
3.1 Investimento líquido	- 23 093	35 229	27 795	0	39 931
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)	- 431 398	- 23 889	74 457	0	- 380 830
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	37 929	50 251	45 066	0	133 247

Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Na publicação, constam informações das organizações formais ativas no País, tais como: número total de empresas e outras organizações; pessoal ocupado total; pessoal ocupado assalariado; salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo a atividade econômica, de acordo com a CNAE 2.0; e porte, segundo faixas de pessoal ocupado total e distribuição geográfica. A temática conta ainda com estatísticas de comércio exterior, apresentando a participação no CEMPRES do número de empresas exportadoras/importadoras e do seu pessoal ocupado assalariado, segundo a atividade econômica e o porte.

Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo as faixas de pessoal ocupado total - Brasil - 2021

Faixas de pessoal ocupado total	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal (R\$)
	Absoluto	Relativo (%)	Total		Assalariado		Absoluto	Relativo (%)	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)			
Total	5 748 599	100,0	55 296 012	100,0	47 616 457	100,0	1 994 858 026	100,0	3 266,53
0 a 9 pessoas	5 111 730	88,9	12 214 149	22,1	5 759 034	12,1	131 975 005	6,6	1 717,09
10 a 49 pessoas	544 378	9,5	9 903 100	17,9	8 811 535	18,5	229 648 645	11,5	2 065,19
50 a 249 pessoas	71 464	1,2	7 052 660	12,8	6 945 407	14,6	247 679 534	12,4	2 829,58
250 pessoas ou mais	21 027	0,4	26 126 103	47,2	26 100 481	54,8	1 385 554 842	69,5	4 134,71

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo

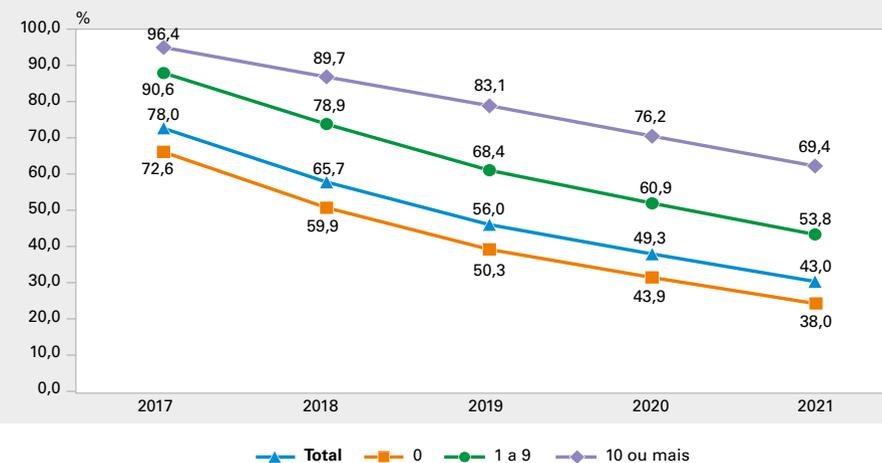
Apresenta a dinâmica demográfica das empresas formais brasileiras e as estatísticas de empreendedorismo, a partir dos conceitos definidos nos documentos técnicos *EUROSTAT-OECD manual on business demography statistics* e *Measuring entrepreneurship: a collection of indicators*, am-

bos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), com base nas informações do CEMPRES, do IBGE.

A análise dos resultados referentes à demografia apresenta as taxas de entrada, saída e sobrevivência, segundo o porte e a atividade econômica das empresas. Para as unidades locais, também se avalia resultados regionais.

Quanto ao empreendedorismo, a análise destaca a importância das empresas de alto crescimento na geração de postos de trabalho assalariados formais e sua participação no valor adicionado bruto, na produtividade do trabalho e na receita líquida em relação àquelas com dez ou mais pessoas assalariadas, em 2021.

Taxas de sobrevivência das empresas nascidas em 2016, por faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2017-2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016-2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Organização do território

Estrutura territorial

Engloba o conjunto de informações sobre a estrutura territorial legal brasileira, ao longo do tempo, com sua divisão político-administrativa.

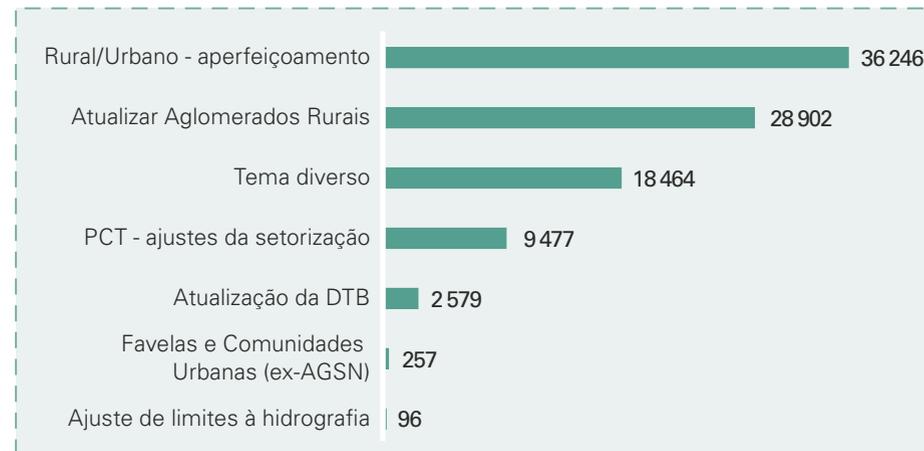
Em virtude da coleta do Censo Demográfico, em 2022 e 2023, as atualizações das representações das estruturas territoriais se limitaram ao acompanhamento da evolução da Divisão político-administrativa do Brasil informada ao IBGE até a data de referência metodológica do Censo Demográfico 2022.

As informações obtidas com a coleta do Censo Demográfico 2022 foram geoprocessadas, para permitir a atualização da malha territorial de disseminação dos resultados, a ser divulgada em 2024. Foram gerados indicadores, que foram descentralizados para análise das SES, resultando em **95 442 ações de melhoria** na forma e na classificação da malha de Setores Censitários, que, de forma inédita, irá incorporar a atualização da representação da extensão das áreas urbanizadas (ou seja, do crescimento horizontal das cidades e vilas), dos aglomerados rurais surgidos recentemente (povoados, lugarejos etc.) e dos agrupamentos indígenas e quilombolas.

A atualização dos recortes territoriais legais ou oficiais do Brasil vai ao encontro dos compromissos assumidos pelo IBGE com a sociedade brasileira e sua missão institucional. Anualmente, o Instituto realiza a publicação dos recortes territoriais mais relevantes para a produção de pesquisas e estatísticas que permitam a geração de conhecimento sobre o País.

Em 2023, houve a incorporação de Municípios na área de atuação da **SUFRAMA** e a atualização do **Semiárido**. Na Faixa de Fronteira, foram apresentadas, pela primeira vez, as **Cidades Gêmeas**, além de atua-

Aperfeiçoamentos planejados para a Base Territorial, por temas



Fonte: IBGE, 2023.

lizações rotineiras em relação aos **Recortes Metropolitanos - Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas**.

Os recortes geográficos foram atualizados no **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas**, referência para a divulgação dos resultados do **Censo Demográfico 2022, via PGI**, contemplando novos limites e nomenclaturas verificados na **Divisão Territorial Brasileira 2022**.

A atualização dos recortes territoriais legais ou oficiais do Brasil é uma demanda da sociedade brasileira e contribui para a produção de informações estatísticas sobre o País.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

A seguir, outros produtos de destaque para o tema Estrutura territorial.

Divisão Territorial Brasileira

Anualmente, é apresentada a relação atualizada de Subdistritos, Distritos e Municípios que compõem a **Divisão Territorial Brasileira** [↗](#), conforme utilizada para os fins do IBGE.

A relação divulgada em março de 2023, com referência em 2022, mantém **5 568 municípios**, valor que não se altera desde 2013. As divisões intramunicipais totalizam **10 649 Distritos** e **643 Subdistritos**.



Distritos Municipais criados em 2022

UF	Município	Novo Distrito
AM	Manicoré	Santo Antônio do Matupi
MG	Água Boa	Novo Bonfim
	Água Boa	Catequeses
	Bicas	Santa Helena de Bicas
	Carvalhos	Muquem de São Lázaro
	Comercinho	Taboa
	Dores de Guanhães	Vila Esperança
	Gouveia	Vila Alexandre Mascarenhas
	Itabirinha	São Sebastião do Itabira
	Monte Carmelo	Celso Bueno
	Olaria	São Sebastião da Vista Alegre
	Patos de Minas	Alagoas
	Piedade dos Gerais	Medeiros dos Gerais
	Ressaquinha	Peixoto
MT	São Gonçalo do Abaeté	Beira Rio
	Silveirânia	São José da Soledade
	Unaí	Boa Vista de Santa Maria
	Itiquira	Ouro Branco do Sul

UF	Município	Novo Distrito
PE	Petrolândia	Icó-Mandantes
	Quipapá	Vila do Cruzeiro
	Quixaba	Lagoa da Cruz
	Santa Filomena	Campo Santo
		Socorro
		Poço Comprido
	São José do Belmonte	Livramento
		Carmo
Terra Nova	Guarani	
RO	Costa Marques	São Domingos do Guaporé

Para mais informações sobre o produto, [clique aqui](#) [↗](#).

Áreas territoriais

Anualmente, os valores das áreas territoriais brasileiras são reprocessados devido às atualizações de limites territoriais municipais e à evolução das geotecnologias aplicadas no monitoramento da dinâmica da divisão territorial brasileira.

O cálculo da área territorial do Brasil resultou no valor total de **8 510 417,771 quilômetros**

quadrados, publicado em 2023, retratando a atualização contínua da base territorial, especificamente em relação à melhoria na representação e ajustes cartográficos em vários Municípios, em função da disponibilidade de novos insumos.

Para mais informações sobre o produto, [clique aqui](#).

Malhas territoriais

Compreende as representações cartográficas da estrutura territorial brasileira em nível de Estado, Município, Distrito e Subdistrito.

Em março de 2023, foi divulgada a **Malha Municipal Digital 2022**, constituída por **5 572 geocódigos**, sendo:

- 5 568 Municípios;
- 1 Distrito Federal: Brasília (DF);
- 1 Distrito Estadual: Fernando de Noronha (PE);
- 2 Áreas Estaduais Operacionais: Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim, ambas atribuídas ao Rio Grande do Sul.

A Malha Municipal retrata, em formato de base de dados, a situação vigente da Divisão político-administrativa, por meio da representação vetorial das linhas definidoras das divisas estaduais e dos limites municipais

utilizada na coleta dos censos demográficos e demais pesquisas do IBGE. Nesta versão do produto, foram incorporadas atualizações territoriais em Municípios provenientes de: nova legislação; decisões judiciais (liminares e mandados); e alterações cartográficas (relatórios técnicos dos órgãos estaduais responsáveis pela divisão político-administrativa que atualizam os memoriais descritivos legais à luz das novas geotecnologias).

Representação de territórios municipais atualizados por UF

UF	Número de Municípios atualizados
GO	2
MA	3
MT	6
PE	50
PR	47
RN	3
RS	61
TO	2
Total	174

Fonte: IBGE, 2023.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Tipologias do território

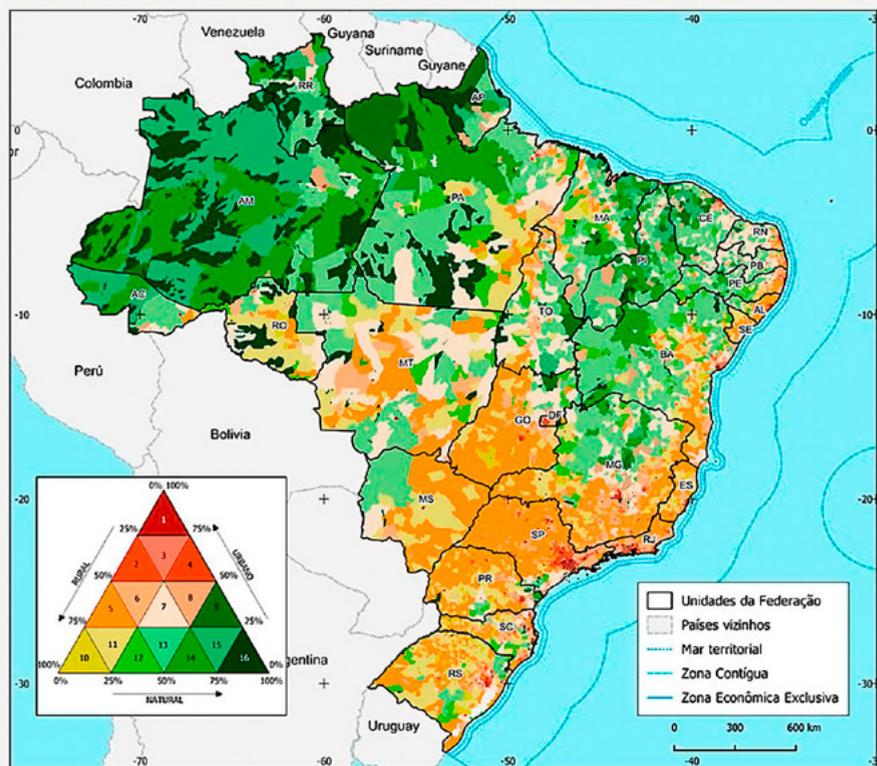
Envolve análises geográficas que classificam recortes territoriais segundo critérios sociais, econômicos e ambientais, agregando áreas com características semelhantes.

O IBGE divulgou, em 2023, o estudo **Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil**, com o objetivo de contribuir para o debate em torno da revisão da classificação desses espaços. Trata-se de uma investigação experimental do IBGE com base nos dados do Censo Demográfico 2010 e outras fontes de referência, que diferencia os espaços do território nacional e insere a natureza como uma terceira categoria na classificação.

Esse estudo é relevante para a formulação de políticas públicas e privadas, além de servir de base para a renovação na temática de pesquisas, do ponto de vista conceitual e das categorias pertinentes. Por ser um estudo ainda em fase experimental e de caráter exploratório, tem por objetivo a discussão acadêmica e institucional sobre as características que definem estes espaços. Após o amadurecimento e a discussão desse estudo, o IBGE pretende atualizá-lo com dados do Censo Demográfico 2022, de modo a fornecer um quadro de referência que venha a subsidiar os planejamentos territoriais no Brasil.



Tipologia final dos espaços do urbano, do rural e da natureza



Símbologia	Tipo	Faixa percentual urbana	Faixa percentual rural	Faixa percentual natural	Enquadramento em três categorias	Enquadramento em duas categorias
■	1	75,1 a 100,0	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	Urbana	Urbana
■	2	50,1 a 75,0	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	Urbana	Urbana
■	3	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	Urbana	Urbana
■	4	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	Urbana	Urbana
■	5	25,1 a 50,0	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	6	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	7	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	Rural	Rural
■	8	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	Natural	Rural
■	9	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	Natural	Rural
■	10	0,0 a 25,0	75,1 a 100,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	11	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	12	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	25,1 a 50,0	Rural	Rural
■	13	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	Rural	Rural
■	14	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	50,1 a 75,0	Natural	Rural
■	15	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	Natural	Rural
■	16	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	75,1 a 100,0	Natural	Rural

Fonte: IBGE, 2023.

Ainda nesse tema, foi realizado o **I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil**, que teve como objetivo promover o diálogo entre diferentes atores envolvidos, para que fossem pensadas novas abordagens concernentes às favelas e às comunidades urbanas brasileiras no que tange, especialmente, à produção, à análise e à disseminação de informações estatísticas. Os debates e as reflexões subsidiaram a reformulação da nomenclatura Aglomerado Subnormal, conceito até então utilizado pelo IBGE e, que **passará a ser Favelas e Comunidades Urbanas**, cuja divulgação oficial está prevista para ocorrer em janeiro de 2024.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Métodos e documentos de referência

Revista e manuais técnicos

Compreende as publicações que apresentam os conceitos e as metodologias das atividades de Geociências.

Em 2023, foram disponibilizados dois volumes da [Revista Brasileira de Geografia - RBG](#). No [segundo número do volume 67 da RBG](#) foram publicados oito artigos, sendo um de submissão contínua e sete referentes à comemoração dos 25 anos da criação do curso de especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, oferecido pelo IBGE por meio de sua [Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE](#). Também foram publicadas uma nota técnica e uma entrevista.

O [primeiro número do volume 68 da RBG](#) apresentou um artigo, um ensaio, uma entrevista e a estreia de uma seção dedicada aos novos produtos lançados pelo IBGE. O assunto que inaugurou a nova seção foi o lançamento da ["Proposta Metodológica para a Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil"](#), já referido anteriormente.

Foi publicada a segunda edição do relatório metodológico [Modelo hgeoHNOR2020 para](#)

[Conversão de Altitudes Geométricas em Altitudes Normais](#), contribuindo para um amplo entendimento dos usuários do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB sobre a obtenção de altitude física.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

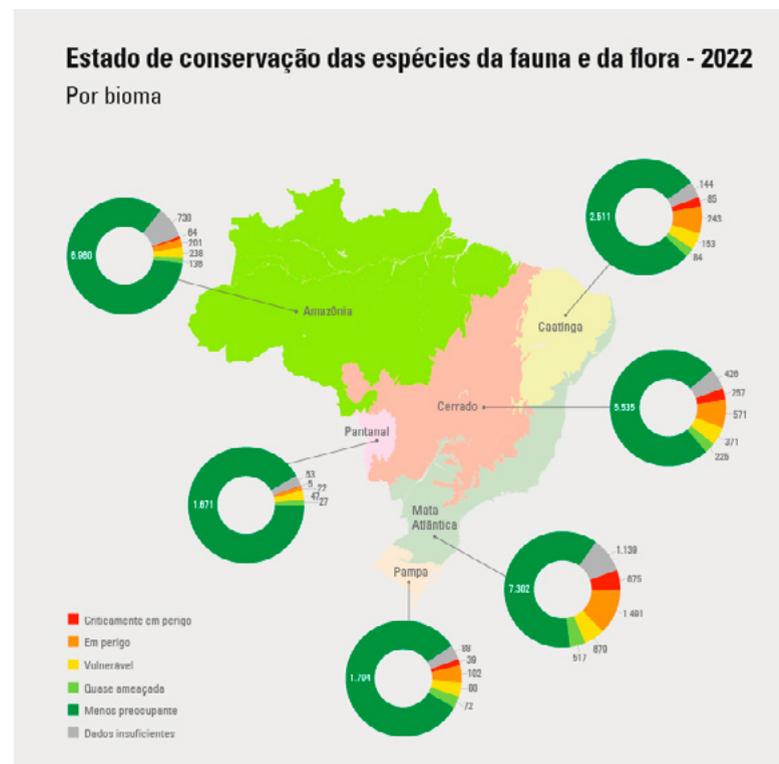
Informações ambientais

Estatísticas e indicadores ambientais

A atualização da pesquisa [Contas de Ecossistemas: Espécies Ameaçadas de Extinção - 2022](#) apresenta uma síntese das Listas Nacionais Oficiais de Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção, produzidas, respectivamente,

pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e pelo Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - CNCFlora/JBRJ. Nela, são apresentados os números de espécies, por categorias de ameaça, desagregados para os diferentes biomas brasileiros e os tipos de ambientes (terrestre, água doce e marinho), seguindo o marco metodológico do *System of Environmental Economic Accounting - Ecosystem Accounting - SEEA-EA*. Os resultados referentes aos anos de 2014 e 2022 estão disponíveis para consulta no [Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: Contas de Ecossistemas - Espécies ameaçadas de Extinção no Brasil.



Recursos Naturais

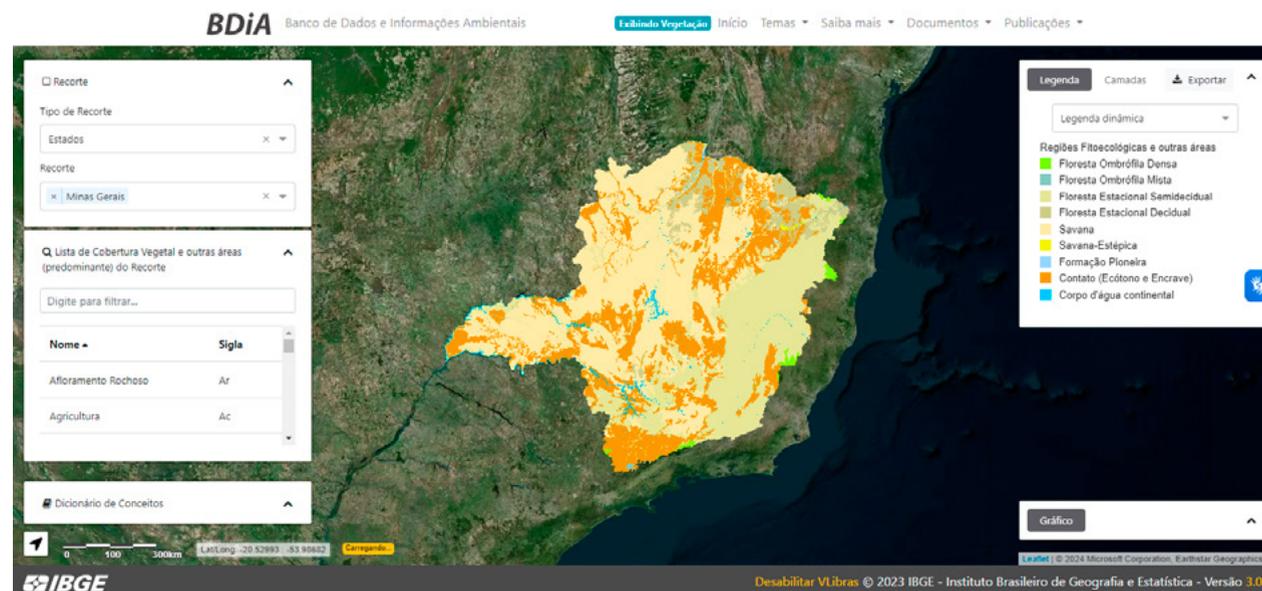
Compreende os seguintes temas: [Cobertura e uso da terra](#), [Biodiversidade](#), [Climatologia](#), [Geologia](#), [Geomorfologia](#), [Pedologia](#) e [Vegetação](#).

A respeito desses temas, em 2023, destacam-se os seguintes produtos:

Banco de Dados e Informações Ambientais - BDIA

O Banco de Dados e Informações Ambientais - BDIA, que reúne a coleção de bases temáticas de recursos naturais do Brasil na escala 1:250 000, para os temas Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Vegetação, foi atualizado em dois conjuntos de dados temáticos e no módulo de consulta na [Grade Estatística de Dados Ambientais](#), com a possibilidade de exportação e a inclusão de novos temas (biodiversidade, população de 2010, e bacias e regiões hidrográficas). A Grade Estatística de Dados Ambientais faz parte das Investigações Geocientíficas Experimentais. Mais detalhes podem ser encontrados nas seguintes Notas Metodológicas: [Banco de Dados e Informações Ambientais - BDIA: Mapeamento de Recursos Naturais - MRN – Escala 1:250 000](#) e [Grade Estatística de Dados Ambientais – Versão 2023](#).

Banco de Dados e Informações Ambientais do IBGE na web



Fonte: BDIA, 2023.

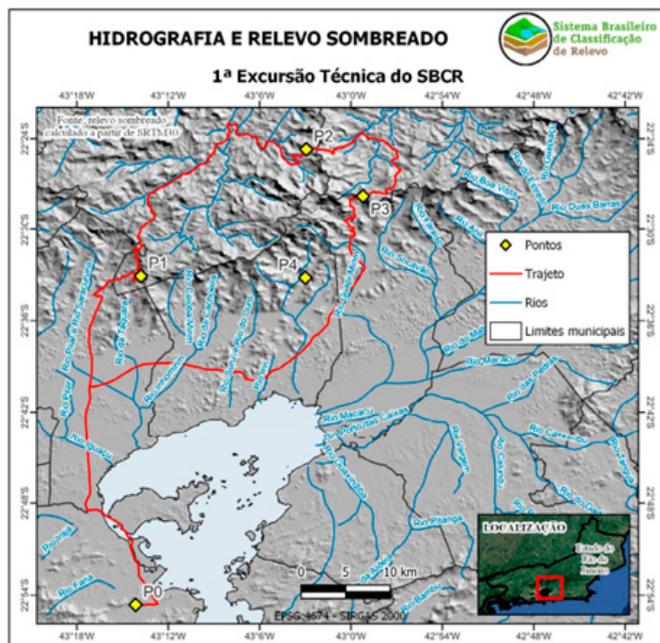
Para mais informações sobre o produto, [clique aqui](#).

Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo

O IBGE vem atuando com o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, a União da Geomorfologia Brasileira - UGB e pesquisadores de diversas instituições de pesquisa científica e ensino do País para a elaboração do Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo - SBCR. Nesse escopo,

a publicação [Excursões Técnicas Pelas montanhas do Rio de Janeiro](#) apresenta o roteiro e as discussões ocorridas durante a Excursão Técnica do SBCR, denominada “Pelos Montanhas do Rio de Janeiro”, divulgada em agosto de 2023, no âmbito do XIX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Trajeto da excursão com relevo sombreado e hidrografia



Fonte: IBGE, 2023.

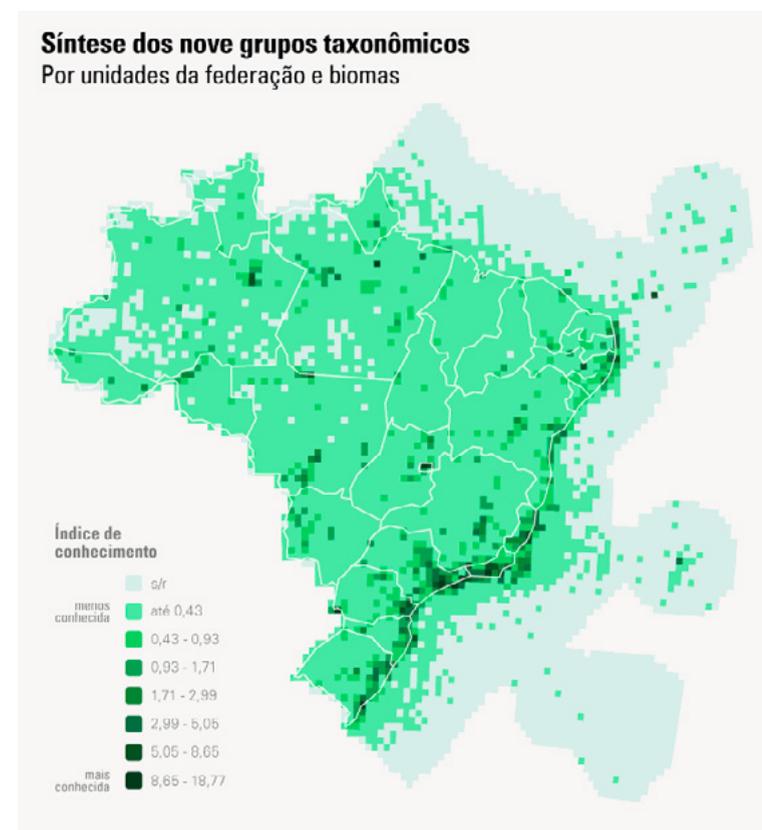
Para mais informações sobre o produto, [clique aqui](#).

Avaliação dos Dados sobre a Biodiversidade do Brasil 2022

Dando continuidade às ações ligadas à biodiversidade brasileira, foi produzida e publicada a [Investigação Experimental: Avaliação dos Dados sobre a Biodiversidade do Brasil 2022](#). Trata-se de uma avaliação da qualidade e das coberturas espacial e temporal dos registros de ocorrência de espécies, até 2022, disponibilizados no Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SiBBr, plataforma governamental que integra dados e informações provenientes de diferentes fontes. O estudo tem como finalidade identificar lacunas e limitações,

favorecendo estratégias para seu aperfeiçoamento e melhor conhecimento da biodiversidade do País. O Herbário do IBGE conta hoje com 97% dos registros informatizados, e um total de 81 556 imagens publicadas no [Herbário Virtual REFLORA](#).

Índice de conhecimento da Biodiversidade - Brasil - 1656-2023



Fontes: 1. IBGE. 2. SiBBr.

Para mais informações sobre o produto, [clique aqui](#).

Posicionamento geodésico

Redes geodésicas

O IBGE é responsável por manter e disponibilizar a infraestrutura de referência posicional no País, constituída pelas redes de estações e respectivas informações planimétricas, altimétricas, planialtimétricas e gravimétricas. Com o avanço tecnológico, principalmente os Sistemas Globais de Navegação por Satélites - GNSS, é possível realizar o monitoramento posicional de fenômenos que ocorrem no meio ambiente. Redes geodésicas de operação contínua, como a **Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC**, a **Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG**, o **Banco de Dados Geodésicos - BDG**, o **modelo hgeoH-NOR2020** para conversão de altitudes, são essenciais nesse contexto.

A RBMC, em parceria com diversas instituições, contou com um quantitativo de **147 estações**. **Seis novas estações foram instaladas** nos Municípios de Blumenau (SC), Cascavel (PR) e Guaira (PR), Guajará-Mirim (RO), Irecê (BA) e Resende (RJ).

Seis novas estações da RBMC instaladas em 2023



Fonte: IBGE, 2023.

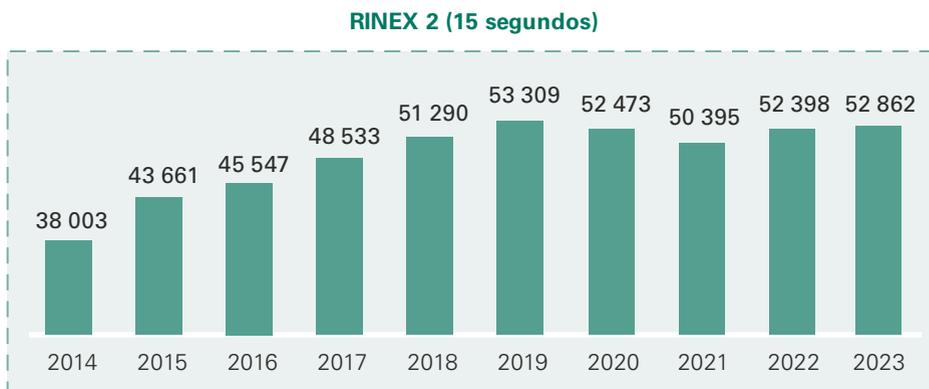
Em relação a 2022, notou-se uma transição dos usuários para a versão mais avançada do dado GNSS no Brasil. O RINEX 3 é capaz de armazenar dados GNSS multiconstelação, que inclui GPS, GLONASS, GALILEO e BEIDOU. A adoção dessa tecnologia mais moderna proporciona aos usuários acesso a dados GNSS mais abrangentes e atualizados.

Disponibilização e download de dados das estações RBMC em 2023

Dados	Intervalo de coleta de 15 segundos (arquivos diários)		Intervalo de coleta de 1 segundo (arquivos de 15 min)
	RINEX 2	RINEX 3	RINEX 3
Arquivos disponibilizados	52 862	27 122	1 498 893
Arquivos baixados	5 058 218	1 281 843	4 573 234

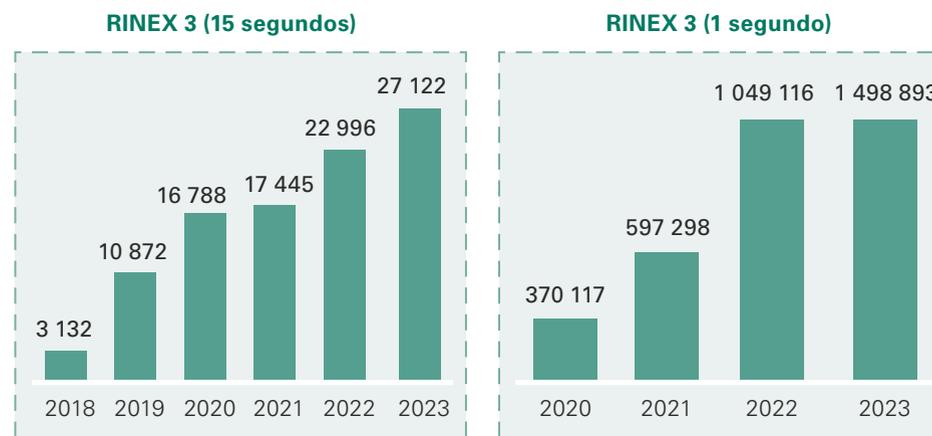
Fonte: IBGE, 2023.

Evolução do quantitativo de arquivos RINEX 2 disponíveis



Fonte: IBGE, 2023.

Evolução do quantitativo de arquivos multiconstelação (RINEX 3) disponíveis



Fonte: IBGE, 2023.

A RMPG é formada por um conjunto de sete estações maregráficas, que visam monitorar a relação entre o **Datum Vertical Brasileiro**, definido em Imbituba (SC) e Santana (AP) e outros níveis de referência maregráficos subsidiando estudos sobre a modernização das altitudes brasileiras. Foram disponibilizados **2 151 arquivos de variação do nível do mar** e **448 036 downloads** foram realizados.

Evolução do quantitativo de arquivos disponíveis das estações RMPG (2014-2023)



Fonte: IBGE, 2023.

Outras ações ligadas à melhoria da infraestrutura de referência posicional no Brasil:

- Inclusão de **oito novas estações geodésicas planialtimétricas** sobre o Território Nacional;
- Atualização de informações referentes a **1 256 estações geodésicas no BDG**, sendo 264 estações com coordenadas melhoradas;
- Atualização de **27 335 Relatórios de Estações Geodésicas** com imagens Google;
- Nova interface de programação de aplicação (*Application Programming Interface - APIs*), da RMPG;

- Disponibilização das séries temporais das coordenadas das Estações da RBMC;
- Disponibilização das séries temporais dos dados de variação do nível do mar das estações maregráficas; e
- Homologação de **48 novas estações GPS** oriundas de contribuições de entidades externas.

Ainda no âmbito das redes geodésicas, foram realizadas as seguintes atividades de campo:

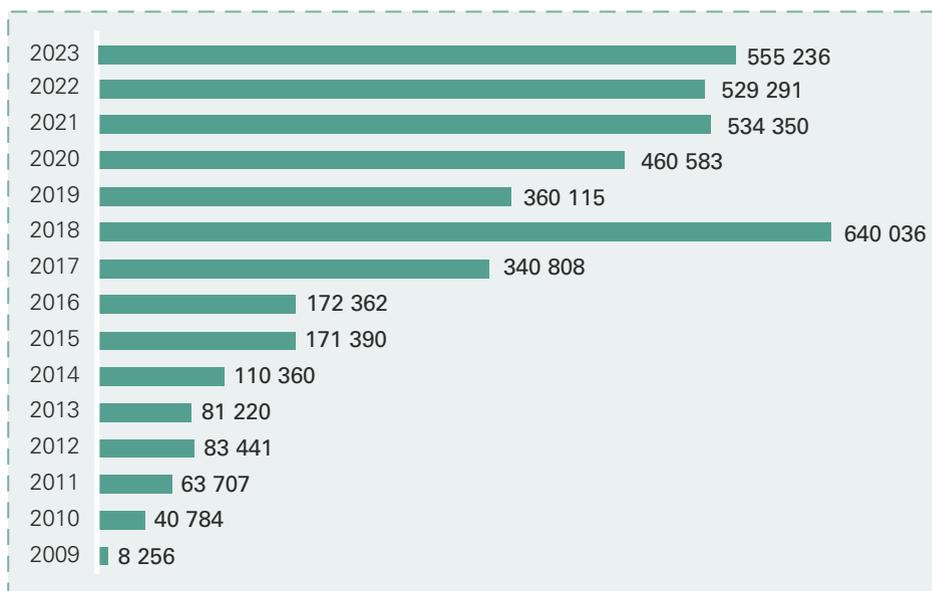
- Manutenção e controle geodésico das estações maregráficas;
- **Instalação da estação meteomaregráfica de Salvador (BA)** nas dependências da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA;
- Medição dos marcos fiduciais do **projeto Rede Geodésica de Referência Costeira - RGRC**; e
- Densificação altimétrica, gravimétrica e planialtimétrica na região de Marabá (PA) e Fortaleza (CE), visando à integração das estações RBMC de Marabá e Fortaleza ao Sistema de Referência Internacional de Altitudes (*International Height Reference System - IHRs*).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)

Serviços para posicionamento geodésico

Em 2023, o serviço on-line de Posicionamento por Ponto Preciso - **IBGE-IPP** [↗](#), que fornece coordenadas de latitude, longitude e altitude de qualquer ponto do planeta, realizou **555 236 processamentos**. Desde 2009, são 3 951 393 processamentos, de um total de 104 070 usuários diferentes, no Brasil e no exterior.

Evolução do número de processamentos entre 2009 e 2023 - IBGE-PPP



Fonte: IBGE, 2023.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

Cartas e Mapas

Bases cartográficas contínuas

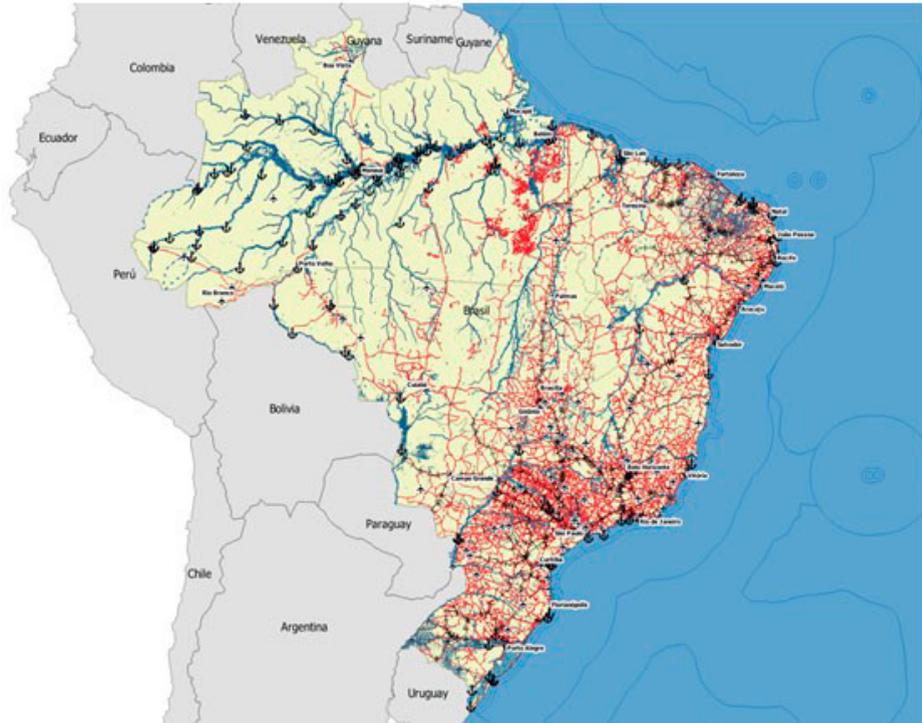
São conjuntos de dados geoespaciais de referência, estruturados em bases únicas de dados digitais, que permitem uma visão integrada do território mapeado, em diferentes escalas e coberturas.

Em 2023, foi publicada a **atualização da Base Cartográfica Contínua do Brasil** [↗](#), cobrindo todo o Território Nacional na escala 1:250 000 - BC250 e lançada a base do Estado do Acre, escala 1:100 000 - BC100_AC.

A versão 2023 da BC250 corresponde à sexta edição deste produto. Lançado inicialmente em 2013, completou 10 anos de sua primeira publicação.



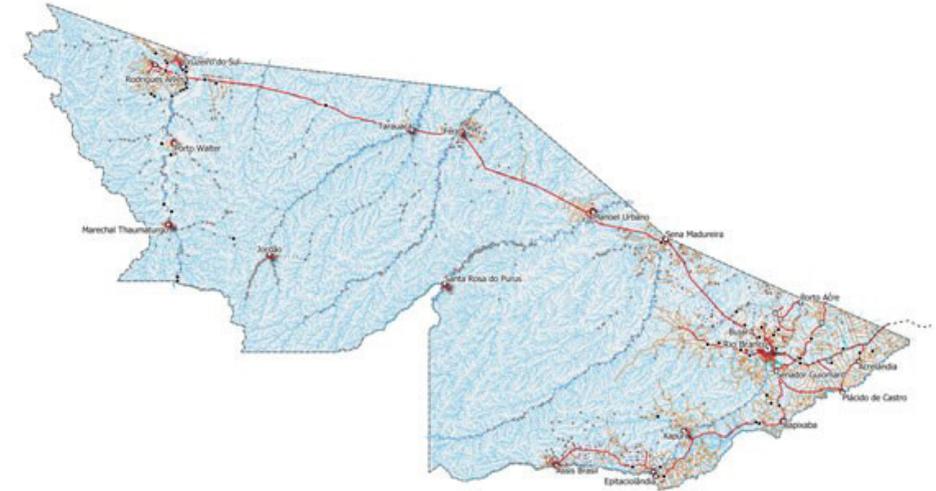
Brasil - BC250 versão 2023



Fonte: IBGE, 2023.

A **Base Cartográfica Contínua do Estado do Acre** integra o projeto Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:100 000 - BC100, que objetiva mapear todas as 27 Unidades da Federação, possibilitando a elaboração de um produto cartográfico de maior detalhamento e de abrangência nacional.

Acre - BC100_AC versão 2023



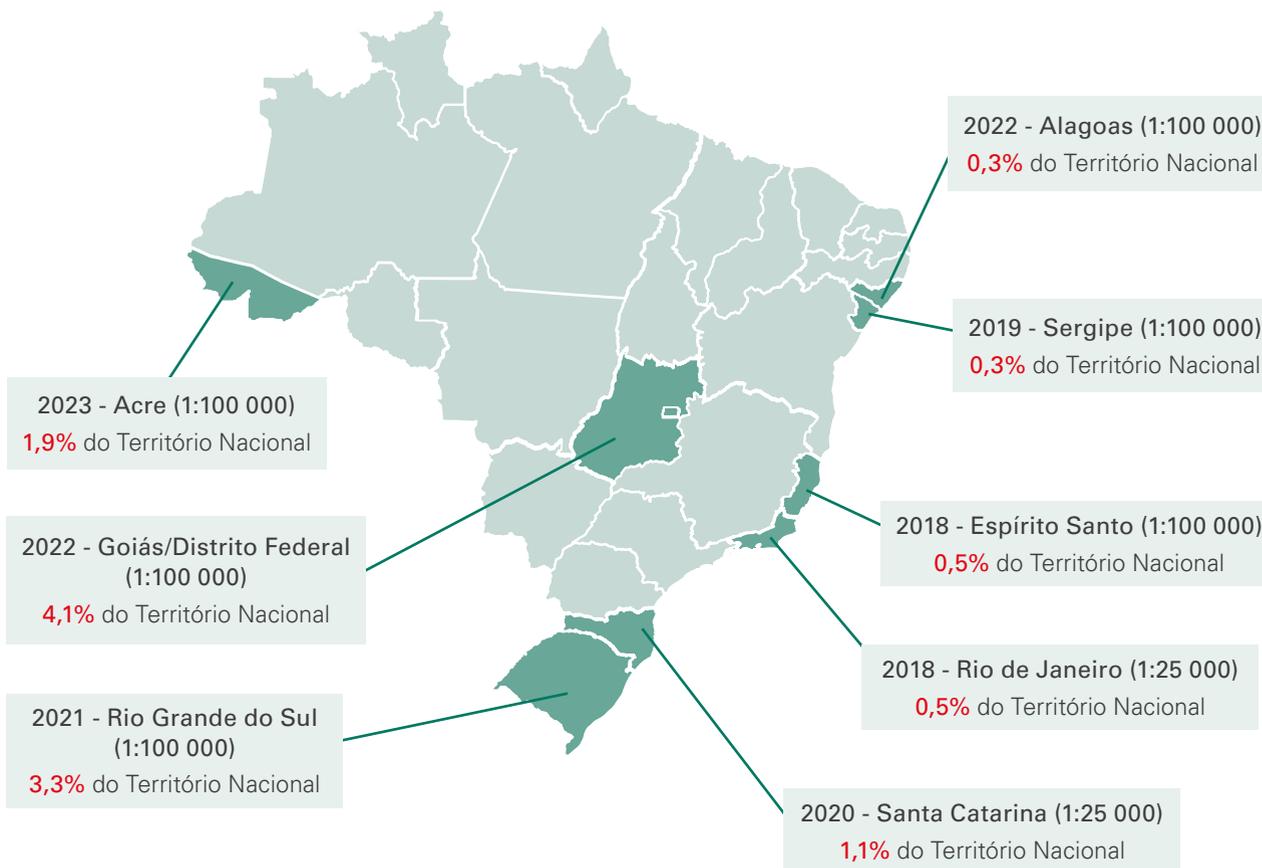
Fonte: IBGE, 2023.

Além disso, também foram publicadas as Bases Cartográficas Contínuas do Estado do Espírito Santo, escala 1:100 000 - BC100_ES e do Estado do Rio de Janeiro, escala 1:25 000 - RJ25, ambas em suas versões de 2018, atualizadas de acordo com a versão 3.0 das Especificações Técnicas para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV 3.0).

Bases Cartográficas Contínuas Estaduais lançadas entre 2018 e 2023

Total mapeado até 2023

12,0% do Território Nacional

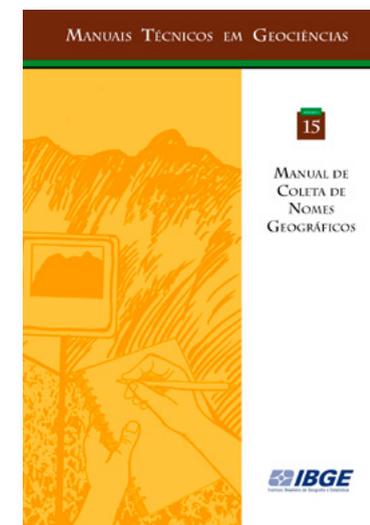


Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)

Manuais Técnicos em Geociências

Publicado o [Manual de Coleta de Nomes Geográficos](#), que detalha a metodologia desenvolvida pelo IBGE no processo de coleta dos nomes de lugares e feições do território. Tem como objetivo fornecer um método para os produtores de mapeamento e pesquisadores que desenvolvem projetos em Toponímia.

O manual também é destinado ao uso em países lusófonos, colaborando com a Divisão dos Países de Língua Portuguesa - DPLP do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos - UNGEGN.



Outros destaques da produção de informações geocientíficas

Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE

Promove a integração de dados geoespaciais dispersos no setor público e oferece mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos para localização e acesso facilitado a dados geoespaciais. O IBGE destaca-se como produtor desses dados, gerenciando o **Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais - DBDG**, a rede de servidores que reúne produtores de

dados geoespaciais e usuários pela internet. Além de manter o geoportal oficial da INDE, o IBGE presta suporte técnico ao DBDG, realiza capacitações e contribui para normas e padrões. O **portal da INDE**, inaugurado em 2010, evolui constantemente.

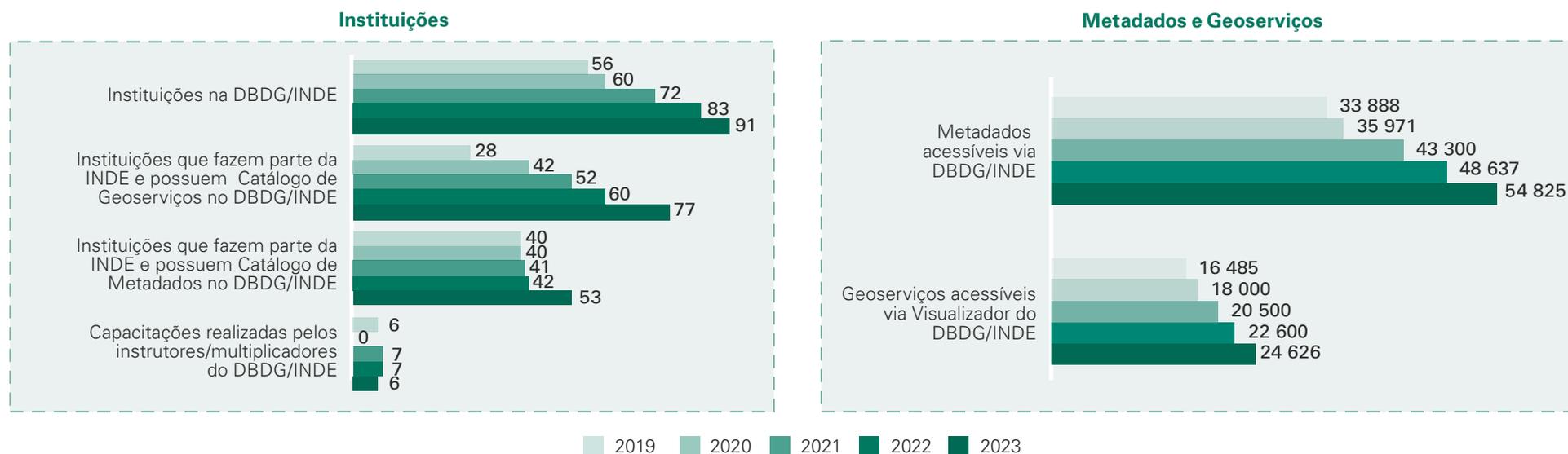
Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas

O **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas** é composto por um conjunto de di-

ferentes recortes geográficos que são usados para a disseminação das informações estatísticas que o IBGE produz.

Além da **PGI**, onde os recortes são atualizados rotineiramente e podem ser visualizados em forma de mapas interativos, a página do IBGE referente ao Quadro Geográfico passou a oferecer aos usuários acesso mais fácil e amigável aos recortes geográficos, assim como às estatísticas associadas, *download* de arquivos em vários formatos, consumo de geosserviços e a consulta a metadados em ambas as plataformas.

Indicadores da INDE



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geomática, 2023.

Disseminação e comunicação

Em um sistema estatístico e geocientífico, a produção, o armazenamento e a disseminação são processos que caminham juntos. O preparo, a documentação, a difusão e a comunicação das informações produzidas são elementos constitutivos do IBGE, essência da disseminação e base de suas ações e realizações, sem os quais o Instituto não seria capaz de cumprir com a sua missão institucional. Além disso, a realização de iniciativas que visem a ampliação e o fortalecimento da disseminação e da comunicação com a sociedade atendem ao Objetivo Estratégico 4 do **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025** .

O centro das atividades de disseminação e comunicação, no ano de 2023, esteve orientado para a continuação de promoção e divulgação do Censo Demográfico 2022, com várias iniciativas de comunicação que alcançaram e contemplaram diferentes e variadas mídias. Ao mesmo tempo foi mantido o calendário regular de divulgação das pesquisas conjunturais, estruturais, atividades geocientíficas e educativas.

Um dos setores da disseminação é o que combina **as produções editorial, gráfica, documentação e normalização**. Em 2023, foram publicados **58 produtos editoriais**, entre li-



vros e informativos, disponibilizados no portal do IBGE na internet. Realizou-se a edição de todas as publicações regulares e especiais do IBGE, entre elas:

- [Anuário Estatístico do Brasil 2022](#) 
- [Brasil em Números 2023](#) , em parceria com o Museu da Natureza e professores colaboradores;
- [Atlas Geográfico Escolar](#) , 9ª edição revista e atualizada, com divulgação prevista para 2024, entre outras importantes publicações.

A **produção gráfica** do Instituto, para atendimento das demandas recebidas no sistema do Programa Editorial e Gráfico - PEG, superou **1,5 milhões de exemplares**, entre publicações, instrumentos de coleta, materiais de treinamento, peças promocionais e de divulgação e materiais de sensibilização ao informante do IBGE.

Um dos aspectos singulares da disseminação e comunicação é a **gestão da informação e do conhecimento**. Nesse âmbito, destacam-se as iniciativas permanentes da [Biblioteca do IBGE](#)  e da [Memória IBGE](#) . Para a Memória IBGE, foi lançado, em 2023, o [Podcast Censos do Brasil](#) , reproduzido mais de 3 mil vezes.

A intranet é a principal ferramenta de **comunicação interna** do IBGE e isto é demonstrado pela manutenção do número de acessos ao longo do ano (**média diária de 3 095 usuários**) e pelas publicações de conteúdo noticioso por todas as unidades do Instituto. Em 2023, **foram publicados 1 868 notícias, informes e comunicados**. Atentos a esses números e a fim de sempre melhorar o serviço prestado aos servidores do IBGE pela intranet, foram realizadas as seguintes iniciativas: (i) criação de uma área específica para os comunicados da DTI; (ii) criação de uma nova seção com conteúdos relacionados à Gestão (estratégia, riscos, processos, planejamento orçamentário e sustentabilidade); (iii) modernização dos textos e abordagens do menu superior; (iv) aumento do número de notícias no Carrossel e nos Destaques; e (v) continuidade ao trabalho de desenvolvimento de indicadores de monitoramento da intranet.

A fim de **estreitar a relação com os conteudistas** foram realizados um encontro técnico sobre a intranet para discussão de orientações e boas práticas e a divulgação do [Manual de Uso da Intranet IBGE aos conteudistas](#), além da promoção de um seminário voltado para os servidores em geral, no sentido de disseminar e aumentar o conhecimento e a adesão à comunicação interna do Instituto.

No que se refere à comercialização **dos produtos** do IBGE, registrou-se um **aumento de 176,37% no volume de vendas/serviços anuais em comparação ao ano de 2021**. Foram 3 372 itens vendidos, que representaram 342 atendimentos, sendo **20% de atendimentos a pessoas jurídicas**, com destaque a livrarias parceiras, associações, escolas e distribuidoras, que representaram, em quantidades vendidas, **88% do total de vendas/serviços**. Os produtos *Atlas Geográfico Escolar - 8ª edição*, *Meu Primeiro Atlas* e o *Atlas Geográfico Escolar: ensino fundamental do 6º ao 9º ano* foram os mais pedidos por esse grupo.

Na **gestão da comunicação**, que objetiva garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais para a mídia e a sociedade, o IBGE atuou em duas frentes: atendimento à imprensa e produção de conteúdo multimídia para a [Agência IBGE Notícias](#) , em alinhamento aos valores e objetivos de sua [Política de Comunicação Integrada](#) .

Em especial, destaca-se a execução do **Plano de Comunicação do Censo Demográfico 2022**, que, no ano de 2023, se concentrou em divulgar os **esforços de finalização da coleta** (tal como nas ações **Favela no Mapa** e **Con-**



domínio no Mapa) e os primeiros resultados definitivos do universo.

Essas ações foram acompanhadas por entrevistas coletivas e individuais, presenciais e on-line, produção de releases-notícias, vídeos e gravação de podcasts.

Além disso, todas as divulgações de resultados do Censo Demográfico 2022 contaram com coletivas de imprensa presenciais, sendo duas delas realizadas no Rio de Janeiro (RJ), uma em Brasília (DF), uma em Belém (PA) e uma em Salvador (BA).

O IBGE também divulgou o calendário de pesquisas e estudos com uma estratégia específica e adequada para cada demanda, que envolve reuniões de *briefing* com os técnicos, pré-embargos com as equipes que atuam nos Estados, embargo com os jornalistas, coletivas e entrevistas presenciais e on-line. Foram realizadas 62 reuniões de pré-embargo e embargo e 112 coletivas de imprensa.

Foram cerca de 250 produtos divulgados relativos a informações sociodemográficas, econômicas e de multidomínio, levantamentos geocientíficos e pautas institucionais relacionadas à atividade acadêmica desenvolvida pela ENCE (ensino, pesquisa e extensão).

A Agência IBGE Notícias distribuiu 145 releases e 283 notícias, 39 Minutos IBGE, além de vídeos, infográficos e imagens. Ademais, foram publicadas 66 notícias sobre o Projeto Diálogos IBGE 90 Anos na intranet do IBGE, além da cobertura interna e externa do evento “Encontro Diálogos IBGE 90 Anos”, realizado em Parada de Lucas, no Município do Rio de Janeiro (RJ).

Durante todo o ano, foram feitos mais de 800 atendimentos à imprensa (sem considerar os atendimentos à mídia nos Estados).

O grande volume de divulgações acarretou alto grau de veiculação de matérias na mídia com citações ao IBGE, que, segundo

a empresa contratada, ultrapassaram 382 mil em 2023, uma alta expressiva quando se compara com os anos anteriores: 2022 (300 mil); 2021 (273 689); e 2020 (199 904), em decorrência, principalmente, das divulgações do Censo e do aumento no número de produtos divulgados. Em 2023, o mês de maior número de notícias captadas foi outubro, com mais de 72 mil inserções. Ressalta-se que houve mudança na empresa de *clipping*.

Na área de capacitação, foi oferecido curso para a utilização do SIDRA , que permite a consulta aos dados armazenados no banco de tabelas estatísticas do IBGE, para o jornal Folha de São Paulo e para novos analistas censitários (jornalistas) e estagiários de Jornalismo.



Ensino superior, pesquisa e extensão

Além de retratar a realidade brasileira, o IBGE possui outra importante atribuição: ofertar ensino superior de forma integrada à pesquisa acadêmica e à extensão. Nesse aspecto, o Instituto tem como principais entregas para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

O IBGE, por meio da ENCE, oferece o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* “População, Território e Estatísticas Públicas”, o curso *lato sensu* de “Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território” e um curso de graduação, o Bacharelado em Estatística. Em 2023, os resultados alcançados pela ENCE contribuíram com as iniciativas relacionadas ao Objetivo Estratégico 3 do **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025** [📄](#) “Ampliar e fortalecer a difusão do conhecimento”.

Para saber mais sobre a história e a organização da ENCE, [clique aqui](#) [📄](#) para assistir ao **vídeo institucional da ENCE**.

Em relação aos cursos ofertados, destacam-se as seguintes ações, em 2023:

- Inclusão de vagas destinadas a **ações afirmativas** no processo seletivo para as turmas de 2024, em todos os cursos;
- Em relação à graduação, as atividades de extensão foram incorporadas ao currículo do curso, com o desenvolvimento de cinco projetos que contaram com a atuação de, aproximadamente, **50 alunos**;
- Estabelecimento do Regulamento da Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território; e
- Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, destaca-se o **projeto “Aspectos da dinâmica Demográfica Brasileira pós-covid-19 a partir dos dados do Censo Demográfico 2022”**, contemplado no Programa PROBRAL, resultante da cooperação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico - DAAD, que apoia projetos conjuntos de pesquisa desenvolvidos por grupos brasileiros e alemães vinculados a instituições de ensino superior e/ou pesquisa. O projeto conta com pesquisadores do IBGE e da UERJ. Destacam-se, em 2023: (i) o início do estágio de pós-doutorado no Max Planck Institute for Demographic Research - MPIDR, em Rostock, Alemanha, de um pesquisador egresso do Programa da ENCE; e a realização de intercâmbio

da rede de pesquisadores do projeto (dois pesquisadores da ENCE estiveram no MPIDR e os demógrafos do MPIDR estiveram na ENCE).

Corpo docente e discente

O quantitativo de docentes que atuaram nos três cursos, em 2023, está descrito na tabela abaixo.

Número de docentes em 2023

Docentes		2022/1	2022/2
Graduação	Permanentes	25	26
	Colaboradores	5	3
Mestrado/ Doutorado	Permanentes	17	16
	Colaboradores	4	4
Especialização	Permanentes	7	7
	Colaboradores	9	9

Fonte: IBGE, ENCE.

As informações sobre o número de turmas abertas nos três cursos, em 2023, constam na tabela na página seguinte.

Em 2023, na graduação, foram realizadas 263 matrículas no 1º semestre letivo e 294 matrículas no 2º semestre letivo, em dois turnos. No Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, estiveram regularmente matriculados **73 alunos** durante o 1º semestre e **75 alunos** no 2º. Desses, **22 alunos ingressaram em 2023**,



sendo 12 em nível de mestrado e 10 em nível de doutorado. No tocante ao curso de especialização, estiveram regularmente matriculados **47 alunos** no primeiro semestre e **32** no 2º, sendo que **23 deles ingressaram em 2023**. Assim, em média, estiveram matriculados **393 alunos**.

Para ingresso em 2024, os processos seletivos ofertaram **120 vagas na graduação**, sendo 60 vagas para o turno noturno (1º semestre) e 60 vagas para o turno matutino (2º semestre). Para os programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, são feitos processos seletivos anuais, ofertando até 20 vagas para o mestrado, até 10 para o doutorado e até 30 para a especialização.

O quantitativo de concluintes por nível de ensino consta na tabela a seguir.

Número de alunos concluintes por nível de ensino em 2023

Nível	Alunos concluintes
Graduação (1)	33
Mestrado	11
Doutorado	6
Especialização	18
Total	58

Fonte: IBGE, ENCE.

(1) Número de alunos que concluíram a graduação (colação de grau) em 2022.

Número de turmas abertas em 2023

Nível	Graduação (semestre)		Mestrado/Doutorado (trimestre)			Especialização (trimestre)			
	2023/1	2023/2	2023/Verão	2023/1	2023/2	2023/3	2023/1	2023/2	2023/3
Período	2023/1	2023/2	2023/Verão	2023/1	2023/2	2023/3	2023/1	2023/2	2023/3
Disciplinas obrigatórias	32	32	0	3	3	3	6	6	7
Disciplinas eletivas	9	9	2	3	3	5	0	0	0
Total	41	41	2	6	6	8	6	6	7

Fonte: IBGE, ENCE.

Atividades de ensino e eventos acadêmicos

No 1º semestre letivo de 2023, **48 alunos** de graduação realizaram **estágio supervisionado**, com remuneração média de R\$ 1 487,00. No 2º semestre letivo de 2023, **47 alunos** realizaram estágio supervisionado, com remuneração média de R\$ 1 518,00. As atividades de estágio são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE.

A ENCE organizou a **VII Semana de Iniciação Científica - SEMIC**, as **Tardes Culturais** e uma série de eventos que marcaram a **comemoração de 70 anos da Escola**. Destacam-se: (i) as palestras proferidas em seminários; (ii) a **Semana dos Egressos**, semana de integração

entre egressos e alunos dos cursos de graduação, pós-graduação e de capacitação; (iii) a 2ª edição do evento **ENCE Portas Abertas**, que trouxe, para a Escola, alunos de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental da Escola Orlando Villas Boas; e (iv) a **2ª Mostra de Talentos**.

No âmbito da Especialização, ocorreram a aula inaugural sobre o tema “Reflexos do capitalismo dependente sobre a zona costeira brasileira” e dois seminários: “População em áreas de risco a desastres no Brasil” e “Favelas e Comunidades Urbanas no IBGE”.

Foi publicada, na **RBG**, uma seção especial de **celebração aos 25 anos do curso de Especialização**, contando com sete artigos pro-



duzidos, a partir de monografias defendidas entre 2018 e 2022.

Foi realizada uma **avaliação do potencial de uso turístico da Estrada Velha da Estrela**, trecho da Estrada Real que liga as cidades de Magé (RJ) e Petrópolis (RJ). Ainda, foram realizadas atividades extraclasse na Comunidade Quilombola Baía Formosa, localizada em Armação dos Búzios (RJ), e no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, foram conduzidos, de forma conjunta com a graduação, os **Seminários ENCE**, em que palestrantes de diversas instituições (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Unidade EMBRAPA Solos), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Fundação Getúlio Vargas - FGV, UERJ, Institu-

to de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Universidade Federal Fluminense - UFF) apresentaram suas temáticas de pesquisa, compartilhando, por meio de videoconferências, seus conhecimentos, métodos e abordagens de pesquisa.

Destaca-se a realização, em conjunto com a UFRJ, do **VII Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios da UFRJ**, em que foram discutidas diversas temáticas e perspectivas acerca do estudo da migração no Brasil.

Bolsas de estudo e auxílios

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, a ENCE ofertou **83 bolsas de estudo** aos alunos matriculados nos cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Na graduação, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa foi garantida com a oferta de **bolsas de monitoria**. Com o intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o **Programa de Iniciação Científica**, com bolsas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pelo IBGE. Outra iniciativa é o **Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social**,

cujos objetivos são propiciar condições de permanência de alunos com carência financeira na graduação, com maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar.

Número de bolsas e auxílios ofertados a nível de graduação

Programa ou fonte financiadora	1º semestre	2º semestre
Monitoria	3	7
Programa de Iniciação Científica	(1) 7	(2) 10
Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social	8	12
Total	18	29

Fonte: IBGE, ENCE.

(1) Todas pelo CNPq. (2) Sete pelo CNPq e 3 pelo IBGE.

No Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, foram ofertadas **27 bolsas** com recursos da CAPES, por meio do Programa de Demanda Social - DS e do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - PDPG. Outras **quatro bolsas** foram ofertadas, com recursos provenientes de TED firmado com o Ministério da Saúde, viabilizando o desenvolvimento e acúmulo de experiências pelos estudantes do Programa de Pós-Graduação e o desenvolvimento de estudos sobre a produção e análise de estatísticas públicas no âmbito da **Pesquisa Nacional de**

Demografia e Saúde - PNDS. Adicionalmente, foram ofertadas **duas bolsas de monitoria**, financiadas pelo IBGE.

Por meio do PDPG - Pós-Doutorado Estratégico, da CAPES, com o projeto intitulado "Censo Demográfico 2022: agregando valor com análises da qualidade, dos métodos, das inovações e dos resultados", foram concedidas **duas bolsas de pós-doutorado**. Esse projeto conta, atualmente, com mais dois pesquisadores não-bolsistas, com tutoria por professores do quadro permanente do Programa, contribuindo nas atividades acadêmicas.

Atividades de pesquisa e extensão

Em 2023, o IBGE organizou e publicou a **primeira edição da publicação anual "ENCE em Foco"** que, por meio de artigos de opinião, fala sobre as principais atividades da ENCE. A primeira edição marcou os 70 anos da Escola, trazendo, inclusive, um artigo com a história ao longo das sete décadas de sua existência.

Ademais, lançou a segunda edição do **Catálogo de Projetos da ENCE**, que contém projetos de pesquisa, de extensão, dentre outros, coordenados por docentes da Escola, contando, na sua maioria, com a partici-

pação discente. A edição traz **71 projetos de pesquisa**, dentre os quais figuram 29 projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e nove do Programa Institucional de Projeto de Pesquisa para Alunos de Graduação - PPAG. Essa edição traz, ainda, como parte das atividades da Escola: (i) oito projetos de extensão; (ii) sete projetos em colaboração com outras áreas do IBGE ou outras instituições; (iii) um livro em revisão; e (iv) quatro livros publicados como resultado de estudos e pesquisas realizados. Para dar mais visibilidade a tais projetos, foi realizado o **III Seminário do Núcleo de Pesquisas da ENCE**, no qual projetos selecionados foram detalhados pelos pesquisadores responsáveis.

Por meio do [Hub Regional da ONU para Big Data](#), o IBGE realizou diversas atividades de capacitação, pesquisa e disseminação, para alavancar o uso de *big data* na produção estatística pelos institutos nacionais da América Latina e do Caribe.

As atividades de capacitação incluíram duas oficinas sobre o uso de imagens de satélite para calcular o indicador ODS 11.7.1 “Proporção da área construída das cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência”, além de nove webinários sobre o uso de dados de telefonia móvel para a produção de estatísticas e sobre uso de *big data* por institutos nacionais de estatística da América Latina e do Caribe.

Estiveram em curso, em 2023, **cinco projetos de pesquisa** envolvendo os seguintes temas: (i) *web scraping* para estudar comércio digital; (ii) uso de imagens de satélite para a gestão de resíduos sólidos; (iii) uso de imagens de satélite para identificar assentamentos humanos precários; (iv) qualidade em *big*

data; e (v) confidencialidade em *big data*. Houve, também, a consolidação do Grupo de Pesquisas sobre Gênero, Sexualidades, Reprodução e suas Interseccionalidades - GENERIS e a criação do grupo “*Big Data Para Estatísticas Oficiais*”, ambos registrados no Diretório de Pesquisa do CNPq.

Ainda, por meio do *Hub*, o IBGE:

- organizou uma conferência e colaborou na organização do Datathon das Nações Unidas e do Festival de Datos, realizados em Montevideú, Uruguai;
- acompanhou e disseminou o estado da arte do uso de *big data* na América Latina e no Caribe, por meio da realização da segunda edição da Consulta Internacional sobre o Uso de *Big Data*, realizada com os institutos nacionais de estatística da região; e
- colaborou, como organizador e como mentor, com o Programa Acelerador do Uso de Ciência de Dados, do instituto de estatística do Reino Unido.



Melhoria e inovação

Na **Cadeia de Valor do IBGE**  está presente a linha de negócio Melhoria e Inovação, a qual engloba as atividades cujo objetivo é o desenvolvimento da capacidade institucional para realizar novas atividades ou aprimorar a eficiência daquelas já existentes. Algumas dessas atividades se inserem em projetos ligados ao Objetivo Estratégico 5 “Aprimorar procedimentos para o uso de registros administrativos, bases de dados e dados não estruturados”.

Abordaremos, a seguir, as principais atividades e resultados para o ano de 2023.

Registros administrativos

Principais iniciativas e resultados

Uma série de bases de dados de registros administrativos foi incorporada às pesquisas para complementar e melhorar seus processos, além de terem sido realizadas etapas preparatórias para o aproveitamento de novos registros em outras pesquisas. A seguir, é apresentada a lista das principais iniciativas e resultados nesse sentido:

- Utilização de bases de registros administrativos externos e internos, para pareamento de informações, nas pesquisas domiciliares, realizadas de forma pioneira por telefone, com a

finalidade de **identificação dos números de telefone dos moradores**. Foram nove bases no total: Auxílio Emergencial, Cadastro Único, Receita Federal, Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina - SERCOMTEL, Base dos Servidores, Vivo, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Ministério da Saúde e Oi;

- Utilização de registros administrativos na PPM, com a finalidade de apoiar **a estimativa da produção de origem de animal** (leite, mel, produção da aquicultura) e a **identificação e estimativa dos rebanhos nos Municípios**. Os registros utilizados fazem parte da base de dados da Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, das Defesas Agropecuárias Estaduais, além de bases de dados de grandes empresas integradoras, principalmente ligadas à avicultura e à suinocultura;
- **Imputação de dados das Pesquisas Trimestrais da Pecuária** utilizando a base de dados da PGA do MAPA, para estabelecimentos industriais de abate e aquisição/industrialização de leite, cadastrados no Serviço de Inspeção Sanitária Federal - SIF do MAPA;
- Utilização de **imputação da base de dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS para uso na Conta da Água**, em pesquisas de Contas Nacionais;
- Avanço nos **estudos de pareamento das bases de dados do Registro Civil do IBGE com as bases de dados do Sistema Nacional de Infor-**

mações de Registro Civil - SIRC. Verificou-se resultados satisfatórios quanto a possibilidade de uso dos dados do SIRC para substituir a coleta feita diretamente pelo IBGE aos cartórios.

- Avanços no **Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura: Estimativas Desagregadas dos Totais de Nascidos Vivos e Óbitos** , para aprimoramento dos indicadores desagregados pelas variáveis que compõem o modelo utilizado para **estimar os totais de nascidos vivos e de óbitos**, cuja divulgação anual é realizada com o selo de Estatísticas Experimentais (uma **Nota Técnica**  foi publicada em 2023);
- Acordo de Cooperação Técnica com MJSP, Polícia Federal - PF e Universidade de Brasília - UnB para **parear, harmonizar, sistematizar e disseminar registros administrativos sobre migrações internacionais e refúgio**, entre eles autorizações de trabalho, autorizações de residência, movimentação pelos postos de fronteiras, solicitações e concessão de refúgio, RAIS e CAGED;
- Avanço no trabalho com registros administrativos longitudinais que possam **orientar o comportamento da mobilidade espacial interna da população**, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, firmado para estimular e promover o intercâmbio e o desenvolvimento conjunto de estudos e pesquisas, produtos de disseminação de conhecimento técnico-científico, orga-

nização e participação em atividades e eventos para a ampliação e o desenvolvimento da capacidade técnica e da experiência das equipes;

- Estudos para uso dos dados do Cadastro Ambiental Rural - CAR, juntamente com os dados do Censo Agropecuário 2017, para **validação dos estabelecimentos e identificação automática de objetos de interesse** (culturas, sede, silos, arruamentos etc.);
- Desenvolvimento do estudo *Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais de 2021* , com o apoio dos registros administrativos da Receita Federal do Brasil, utilizando-se da base de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF. Em relação ao CNPJ, foram explorados os indicadores relativos aos Microempreendedores Individuais - MEIs, juntamente com suas datas de entrada e saída, que resultou na produção de indicadores abrangentes sobre os MEIs em todo o país, adotando uma abordagem fundamentada exclusivamente em registros administrativos criteriosamente selecionados. O estudo foi divulgado com o selo de Estatísticas Experimentais;
- **Desenvolvimento do CEMPRE**, viabilizado por meio da integração estratégica dos registros administrativos provenientes da RAIS, CAGED e eSocial do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, a utilização da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, em colaboração com as informações provenientes das Pesquisas Es-

truturais por Empresas do IBGE, confere robustez e abrangência ao processo e é crucial para a produção e divulgação de informações confiáveis sobre o panorama empresarial nacional;

- Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, com dois objetivos: (i) realizar simulações, que auxiliarão na **elaboração do desenho amostral da Pesquisa de Inovação - PINTEC 2023**; e (ii) produzir estatísticas oficiais sobre **métodos de proteção da propriedade intelectual em empresas inovadoras**, a partir de cruzamentos entre as bases de dados das duas instituições, as quais servirão de subsídio para o monitoramento de metas consubstanciadas na Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual;
- Incorporação dos registros administrativos provenientes do “Formulário de informações sobre atividades de pesquisa da Lei do Bem - FORM-P&D” na **crítica e imputação da variável “Dispêndios em P&D” realizados pelas empresas industriais de 100 ou mais pessoas ocupadas no ano de 2022**, constante da PINTEC Semestral 2022: Indicadores básicos. Esses registros são compostos pela declaração das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais estabelecidos no Capítulo III da **Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005**  - Lei do Bem; e
- Utilização dos dados administrativos de Pessoal ocupado - PO e Salário - SL da RAIS/eSocial, para **regionalização automática dos dados da PAIC**.

Os registros administrativos recebidos de outras instituições estão resguardados sob o sigilo estatístico adotado amplamente pelo IBGE em todas as suas atividades, princípio pelo qual todo dado que contenha informações pessoais e individualizadas não pode ser repassado ou divulgado pelo Instituto.

A segurança da informação para o uso de registros administrativos

Para o desenvolvimento de iniciativas que envolvam o uso de registros administrativos, o IBGE observa: a explicitação dos metadados dos acervos; a forma de obtenção regular dos dados; a periodicidade; o sigilo; o retorno; e a contrapartida, se houver. Nesse sentido, a **Política de Governança de Dados do IBGE** direciona as atividades principais a serem desenvolvidas para incorporação segura desses dados, bem como as responsabilidades de cada área na disponibilização deles.

Desde o início das negociações para a incorporação de registros administrativos, uma série de ações de planejamento são adotadas: (i) **a preparação para a recepção dos dados**, do ponto de vista de tecnologias e produção, para que haja a disponibilização de infraestrutura adequada (*links*, segurança, *storage*, gerenciadores de bancos/acervos, automatização de processos,

janelas temporais para as transmissões e outros do gênero); e (ii) a **avaliação da área de desenvolvimento de sistemas e de acervos** quanto à inserção dos dados no IBGE, a entrada desses nos sistemas e o seu uso para análise, além da incorporação ao acervo do IBGE, o que poderá ser apartado ou não do acervo de produção própria, em uma decisão posterior.

Em outra escala, o IBGE está atento a **procedimentos de digitalização, de mineração e de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED**. O grande volume de dados e as ofertas de acesso aos dados por diferentes fontes tecnológicas demandam a implementação de uma governança de dados cada vez mais eficiente, área em que o Instituto pode avançar sobremaneira.

Deve-se destacar, também, a **obrigação de proteger os dados**, tanto os coletados quanto os adquiridos por registros administrativos de entes públicos, como os obtidos pelo **Programa ConectaGov**. Esse programa fomenta o compartilhamento de dados entre órgãos governamentais, ou privados, garantindo sempre a rastreabilidade e o privilégio mínimo. As ações relacionadas ao Programa ConectaGov estão definidas no **Plano de Transformação Digital do IBGE**, pactuado com o MGI, tais

como: (i) a implantação das tecnologias de *blockchain* para as informações cadastrais de pessoa física e pessoa jurídica da Receita Federal do Brasil; e (ii) integrações de dados e sistemas utilizando APIs disponíveis no **Catálogo de APIs do Governo Federal**. A governança dos dados também é muito relevante nesse objetivo, assim como a **Política de Privacidade e Termo de Uso de portais e serviços digitais do IBGE**, para garantir a observância dos princípios de proteção de dados estabelecidos na **Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Lei n. 13.709, de 14.08.2018**.

O IBGE elaborou normativos para regular essas interações com outros órgãos e empresas para o compartilhamento de dados, o que deve ser observado e submetido aos parceiros externos. Em função dos contatos e intercâmbio de cadastros, dados e informações já realizados, o IBGE amadureceu ainda mais seus procedimentos, não somente na estruturação de um documento formal, mas, também, nas tecnologias que apoiam tal intercâmbio.

Pesquisas amostrais

Em relação às atividades realizadas para a inovação institucional, foram elaborados diversos planos amostrais para novas pesquisas ou alteração de periodicidade de pesquisas já exis-

tentes, bem como estudos sobre novos planos amostrais e sobre sigilo em microdados e tabelas, conforme lista abaixo:

- Estudos sobre **sigilo nos microdados e para o processo de calibração**, ambos relativos à amostra do Censo Demográfico 2022;
- Cálculo dos **fatores de expansão da Pesquisa de Pós Enumeração** do Censo Demográfico;
- Elaboração do **plano amostral da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2024**;
- **Desenho amostral da PINTEC Semestral 2022: indicadores básicos**, bem como tratamento dos resultados (calibração, imputação de dados qualitativos com utilização do *software* estatístico *Canadian Census Edit and Imputation System* - CANCEIS e expansão);
- **Cálculo do tamanho da amostra da PNDS 2023**;
- Criação de grupo de trabalho para a **atualização da Amostra Mestra** para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD;
- **Adaptação das amostras das pesquisas econômicas ano base 2020** às mudanças metodológicas oriundas da substituição gradativa da RAIS pelo eSocial; e
- Elaboração da **nova amostra e soluções cadastrais da PIM-PF**.

Avanços no uso da tecnologia

Na gestão das mudanças tecnológicas, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *big data*, ao uso de novas ferramentas de coleta, como o *web scraping*, e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados. Houve implementação de novas ferramentas de tecnologia da informação, expansão no uso dessas e de outras ferramentas e automatização de processos. Também, foram realizadas ações para viabilizar novas melhorias no futuro próximo. As implementações e ações de viabilização, referentes às suas pesquisas, constam a seguir:

- Finalização do trabalho previsto em ACT firmado com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, a fim de desenvolver **metodologia para produzir indicadores de tecnologia e comércio eletrônico com base em informações presentes na internet**, utilizando técnicas de *web scraping*, a partir de informações de empresas respondentes da PAC. **Os trabalhos realizados não trouxeram os resultados esperados**, dada a dificuldade de se estabelecer o vínculo entre os CNPJs/Razão social de respondentes da PAC e os domínios .br de posse do NIC.br;
- **Automatização da crítica das pesquisas anuais da agropecuária** (PAM, PEVS e PPM) e das pesquisas trimestrais da pecuária (redu-

zindo o tempo entre a finalização da coleta e o envio da crítica de dados para a supervisão estadual), **elaboração de modelo de imputação de dados nas pesquisas trimestrais** e a **automação de saída de tabelas para a divulgação dos principais produtos da safra brasileira**, segundo os maiores valores de produção (em todos os casos, por meio da utilização de programas desenvolvidos na linguagem *Python*);

- Estudos de viabilidade do uso de técnicas de *web scraping* para **coleta de preços on-line de hospedagem**;
- Desenvolvimento de um projeto de **utilização do sensoriamento remoto para auxiliar a produção de estatísticas agropecuárias**, reduzindo a subjetividade que permeia algumas pesquisas;
- Implantação dos **questionários das pesquisas agropecuárias no Dispositivo Móvel de Coleta - DMC**, o mesmo utilizado na PNAD Contínua e em outras pesquisas do IBGE, o que ainda está em desenvolvimento, de modo a substituir os questionários em papel utilizados hoje por questionários eletrônicos;
- **Realização de duas edições da PINTEC Semestral**, com coleta híbrida, através de entrevistas assistidas por telefone (*Computer-assisted Telephone Interviewing* - CATI) e autopreenchimento eletrônico (*Computer Assisted Self-Interviewing* - CASI). Em 2023, foi realizada a coleta e a divulgação da publicação **Pesquisa de Inovação Semestral 2022: indicadores temáticos:**

tecnologias digitais avançadas, teletrabalho e cibersegurança , com o selo de Estatísticas Experimentais. A PINTEC Semestral 2022: indicadores básicos foi coletada no segundo semestre de 2023 e deverá ter seus resultados divulgados em março de 2024.

- **Aprimoramento da automatização de diversos processos de análise de resultados, crítica e divulgação das pesquisas estruturais por empresa** (PAS, PAC, PIA-Empresa, PIA-Produto e PAIC), por meio de programas em *SAS* e *R*, com ganho de produtividade e diminuição de erros;
- Aprimoramento de metodologia para a **imputação manual de variáveis e blocos de variáveis da PAS**;
- Aprimoramento no **desenho de uma rotina para identificar prioridades para a rede de coleta a partir dos agregados da PAS**, a qual permite que se identifique problemas no dado agregado regional com maior antecedência, podendo ser um mecanismo de tornar mais eficiente a crítica regional da PAS;
- Automação do **atendimento a usuários vinculados a Organismos Multilaterais**;
- **Implementação de dashboards interativos e automatizados para a PINTEC Semestral**, através do uso da ferramenta *Power BI*. Os painéis são utilizados com dois objetivos: internamente, para controle da coleta de dados, e para divulgação de resultados da pesquisa;

- **Utilização de aplicativo de inteligência artificial para produção de relatório interno** (Panorama CESET 2023);
- **Implementação de ferramenta de ajuda na PAIC** dentro do Sistema Integrado de Pesquisas Econômicas Anuais - SIPEA;
- **Desenvolvimento em curso do Sistema de Contas Anuais**, especialmente para uso na nova base do Sistema de Contas Nacionais 2021, para cumprir o objetivo de consolidar a compilação dessa estatística, por meio do registro de operações econômicas e trazendo funcionalidades que permitam a análise e consolidação desses dados, utilizando um grau avançado de automação que permita o foco dos analistas econômicos na avaliação dos dados em detrimento de tarefas operacionais;
- Iniciado **estudo de uso da aprendizagem de máquina** (*learning machine*) para previsão das estimativas de produtos estocados da Pesquisa de Estoques;
- **Revisão da série histórica do abate de frangos da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**, publicada em 2023, baseada em modelo matemático desenvolvido pela EMBRAPA Suínos e Aves e para estimativa de conversão de peso de carcaça animal. A EMBRAPA participou de reuniões técnicas virtuais para planejamento e avaliação;
- Início do **desenvolvimento da metodologia para predição automática da área ocupada**

com culturas temporárias no Brasil. O projeto fará uso intensivo de métodos de aprendizado de máquina (não supervisionado, representacional e supervisionado) para a produção do conjunto de dados inicial e de um modelo base (*foundational model*), sendo que este será usado como base para diversas tarefas;

- **Migração da solução de automação dos slides da divulgação da pesquisa**, de VBA para R, diminuindo tempo de execução e facilitando o processo de divulgação. Criação de *dashboard* automático, em Excel, para apoio à divulgação da PMC;
- Adaptação e aprimoramento contínuos da **solução de geração de material de divulgação e de apoio à análise dos resultados do IPP**, bem como a finalização da primeira versão da **ferramenta de monitoramento de risco e qualidade da informação coletada pelo IPP** (“Monitor IPP”), ambas ancoradas em R;
- Desenvolvimento e entrega de **solução ancorada em R para atualização automatizada do Caderno da PIM-PF Regional** e geração de material de apoio à análise;
- Estruturação de **uma nova metodologia para as investigações experimentais do Projeto Aprimoramento do Mapeamento de Cobertura e Uso da Terra**, conforme previsto no **Plano Estratégico 2022-2025 do IBGE** [📄](#). Com o objetivo de aprimorar a resolução espacial e temática do produto **Monitoramento de Cobertura e Uso da Terra do Brasil** [📄](#), detalhar

sua legenda e garantir a periodicidade do mapeamento, foi proposto um fluxo de trabalho utilizando técnicas de *machine learning* utilizando insumos de imagens de satélite em *big data* em infraestrutura nacional, estruturas de coleta de dados on-line e algoritmos de classificação baseados em inteligência artificial. O fluxo proposto foi testado em uma área piloto para verificar sua aplicabilidade, bem como para capacitar a equipe responsável nas novas técnicas que pretendem ser incorporadas à produção;

- Para a **divulgação das coordenadas geográficas dos endereços coletados no Censo Demográfico 2022**, foi elaborado um **algoritmo para reparar as inconsistências e erros de campo relacionados à localização dos endereços**. Caso um par de coordenadas geográficas seja classificado como inválido, o código de programação em *Python* efetua cálculos e gera a localização o mais precisa possível – a partir de outros dados disponíveis; e
- Quanto à **Base de Informações Operacionais de Setores Censitários - BIOS**, que reúne informações estratégicas para o planejar o deslocamento no território durante as operações censitárias, foram iniciadas, em 2023, **discussões multissetoriais para a remodelação do sistema, visando a ampliar sua utilização nas pesquisas regulares e futuras operações censitárias**, aprimorando o planejamento e execução dos trabalhos de campo.

Equipe técnica

O Relatório de Gestão do exercício 2023 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que essa Instituição está obrigada, nos termos do parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da [Instrução Normativa n. 84, de 22.04.2020](#), e da [Decisão Normativa TCU n. 198, de 23.03.2022](#).

Diretoria-Executiva

Coordenação de Planejamento e Gestão

Ana Cristina Martins Bruno

Gerência de Estratégia e Sustentabilidade

Gestão da elaboração

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Revisão e integração textual

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Clovis Alberto Garcia de Barros

Flavia Azevedo Mendes de Melo

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação

Thiago Goulart da Silva

Programação visual e infografia

Leonardo Martins

Thiago Goulart da Silva

Colaboradores

Coordenação-Geral de Comunicação Social

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Pontos focais - Titulares e suplentes

Alinne Magalhaes Gomes

Adriana Goncalves Saraiva

Alexandre Vincenzo Barone

Ana Carolina Marchezi Cobe

Ana Cristina Martins Bruno

Andressa Vinhas de Figueiredo Reis Soares

Antônio Caminada Franklin de Oliveira

Arnaldo Lyrio Barreto

Bárbara Conceição Teixeira Coelho

Bruno de Vizia Ignacio Oliveira

Carlos José Lessa de Vasconcellos

Claudia Rodrigues do Prado

Clovis Alberto Garcia de Barros

Denise Maria Penna Kronemberger

Elizabeth Rodrigues da Costa

Filipe Keuper Rodrigues Pereira

Flavia Azevedo Mendes de Melo

Henrique Romero Vasquez

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Irene Cavaliere Gomes

Isabela Coutinho de Souza Biagio

Jacqueline dos Santos Manhaes

Joice de Souza Soares

Juarez Silva Filho

Luciana Lopes Monteiro

Luiz Felipe Walter Barros

Marcelo Henrique Ferreira Barbosa

Marta de Oliveira Antunes

Massashige Takiguchi

Miguel Angelo Montenegro da Franca

Nelio Ferreira Machado

Paula Leite da Cunha e Melo

Philippe Alcantara Gebara Tavares

Rachel Cristina Borges Simoes Micaelo

Raissa Batista Madureira

Roberto Neves Sant Anna

Rogério Odivan Brito Serrao

Sandra Martins Lino

Sheila Souza Fonseca

Sonia Val Dias

Vinicius Duarte Figueira

Vivaldi Campos Junior

Willyam Gonçalves da Silva





www.ibge.gov.br 0800 721 8181